



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

**PNAES: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA.**

**ELISANGELA MARCIA CRUZ DOS REIS**  
**PPGP/FUP**

**Brasília - DF**  
**Abril 2016**

**ELISANGELA MARCIA CRUZ DOS REIS**

**PNAES: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão Pública – PPGP da Faculdade de Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

**Linha de atuação:** Monitoramento e avaliação da gestão pública.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea de Oliveira Gonçalves

**Brasília - DF**

**Abril – 2016**

R375p Reis, Elisangela Marcia Cruz dos Reis  
PNAES: uma análise da implementação da política de assistência estudantil no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Brasília. / Elisangela Marcia Cruz dos Reis Reis; orientador Andrea de Oliveira Gonçalves Gonçalves. -- Brasília, 2016.  
196 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão Pública) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Programa Nacional de Assistência Estudantil.  
2. Ensino técnico e superior. 3. Política pública..  
I. Gonçalves, Andrea de Oliveira Gonçalves, orient.  
II. Título.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**ELISANGELA MARCIA CRUZ DOS REIS**

**PNAES: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão Pública – PPGP da Faculdade de Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

**Aprovada em sua versão final pelos abaixo assinados em: 28/04/2016**

**Professora Doutora Andrea de Oliveira Gonçalves**

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Universidade de Brasília  
- Orientadora -

**Professor Doutor Mauro Eduardo Del Grossi**

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Universidade de Brasília  
- Membro Interno -

**Professor Doutor Remi Castioni**

Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de Brasília  
- Membro Externo -

## **AGRADECIMENTOS**

*Durante o curso, contei com o apoio, o carinho e o incentivo de pessoas muito especiais. A todos vocês, mestres, pais, irmãos, colegas, amigos, que me apoiaram, me estimularam, me instigaram, ou pelo menos me compreenderam, dedico meus sinceros agradecimentos.*

*Em primeiro lugar agradeço a Deus, que iluminou o meu caminho, me deu forças, coragem e determinação para superar as adversidades e tornar esse sonho possível.*

*À minha família que sempre entendeu, apoiou e contribuiu com as minhas buscas pelo conhecimento. Sem ela, eu não teria chegado até aqui. Em especial aos meus pais Terezinha Cruz dos Reis e José Reis Filho, meus irmãos Eliam Cássia Cruz dos Reis e Edinei Cruz dos Reis e cunhada Patrícia Bragança dos Reis e in memoriam dos meus irmãos Erivam Marcos Cruz dos Reis e Elder Evangelista Cruz dos Reis.*

*As minhas, maravilhosas e lindas, filhas Karen e Kariny e sobrinhas Yasmin e Giovanna que compreenderam os meus momentos de afastamento e isolamento, os quais foram necessários para a concretização de mais esta etapa do meu aprimoramento intelectual.*

*À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP), aos professores do curso e, em especial, aqueles que pelas aulas, reflexões e debates me estimularam a novos conhecimentos, em especial Andrea Gonçalves, Alexandre Almeida, Luís Honorato, Mário Ávila, Jonilto Costa Sousa, Maria Raquel, André Nunes, Lucijane Monteiro, Elioenai Dornelles Alves (in memoriam).*

*À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andrea Gonçalves, um profundo agradecimento pela convivência na etapa de elaboração e desenvolvimento dessa pesquisa, repleta de aprendizados e por colocar sua inteligência e competência no exercício da orientação que me deu grandes direcionamentos para a realização desta produção científica.*

*Aos Professores que compuseram o Laboratório de Defesa Prof<sup>ª</sup>. Rosane Maria Pio, Prof. Helder Kashiwakura e Prof. Alex Laquis; a banca de qualificação e ou banca examinadora: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves, Prof. Dr. Remi Castioni e Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi pelas relevantes contribuições.*

*Aos colegas do curso de Pós-Graduação em Gestão Pública pela troca de ideias, discussões teóricas, generosidades, compartilhamento de material de estudo, amizades e boas risadas nos momentos de descontração, nervosismos e ansiedades, em especial aos colegas do Instituto Federal de Brasília Pedro, Luidson, Elias, Daniel e Anderson.*

*Aos colegas de trabalho pelas mensagens de motivação, suporte e contribuição, em especial: Adriana Aparecida, Adriana Fabiana, Alexandre de Sousa, Anderson Costa, Amanda Carolina, Ana Carolina, Bruna Benevides; Caroline Anderson, Cicero Penteado, Cláudia Fernandes, Daniela Rodrigues, Genilson Dias, Guilherme Silva, Karla Caroline, Keilla Araújo, Leia Nunes, Lidiane Dias, Maria Morais, Nádia Oliveira, Shoichi Kishi, Samuel de Abreu, Simone Penteado, Vandliny Paiva, Werlem Bernardes, Dr. Wilson Conciani, Dra. Maria Cristina, Dra. Luciana Massukado, bem como todos os servidores da Pró-Reitoria de Administração e de Ensino, os Diretores de Administração e os componentes da execução e contabilidade da Reitoria e dos Campi.*

*A todos os Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília que colaboraram imensamente de forma amável e solícita, durante a coleta de dados e na busca de informações para o estudo.*

*A amigos Jaqueline, Kelly, Elias, Flávia, Luciana, Gisela, Thyciane, Leila e tantos outros que por falta de tempo não consegui dar a atenção merecida.*

*Muito obrigada a todos aqueles que direta ou indiretamente me apoiaram e me deram forças que se refletiram em muitas conquistas pessoais e profissionais.*

“A teoria sem prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”

Paulo Freire

## RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES foi instituído com o intuito de garantir o ingresso e a permanência dos alunos, vulneráveis socioeconomicamente, em instituições públicas de ensino, por meio da Portaria nº 39 de 12/12/2007, do Ministério da Educação. O mencionado Programa foi regulamentado pela publicação do Decreto nº 7.234, de 19/07/2010. No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, em decorrência do PNAES, regulamentou-se uma política própria por meio da Resolução nº 26/2011/CS. Atualmente, encontra-se vigente a Política de Assistência Estudantil instituída pela Resolução nº 14/2014/CS-IFB. O presente trabalho analisou a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, utilizando-se como método o estudo de caso exploratório descritivo de natureza qualitativa e pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista e documentos institucionais, estruturada em duas dimensões de análise: Implementação da política de Assistência Estudantil na nova Gestão Pública e Política orçamental. Os resultados apontaram que a Política de Assistência Estudantil no Instituto está disseminada em todos os campi, sem significativas diferenças nos objetivos e público-alvo. Durante sua implementação, que ocorreu a partir de 2011, os principais problemas apontados foram o desconhecimento da Política pelos próprios implementadores e insuficiência de pessoal. Na dimensão referente à orçamentação percebeu-se uma discrepância entre os créditos orçamentários recebidos e efetivamente aplicados na Política de Assistência Estudantil, denotando a necessidade de melhorar o processo de planejamento das ações buscando o aperfeiçoamento do controle orçamentário e consequente ampliação do alcance dos programas de atendimento dos estudantes.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Assistência Estudantil. Ensino técnico e superior. Política pública. Brasil.



## ABSTRACT

The National Student Assistance Program-PNAES was established in order to guarantee the access and the permanence of economically vulnerable students in public educational institutions through the Ordinance No. 39 of 2007, December 12, 2007 of the Ministry of education. The Program became a strong policy with the publication of Decree No. 7234 July 7, 2010. At the Federal Institute of Education Science and Technology of Brasilia, due to the PNAES, a own police was established under the Resolution n° 26/2011/CS. Currently, is in effect the Student Assistance Policy instituted by resolution No. 142014CS-IFB. This study analyzed the trajectory of the Student Assistance policy implementation at the Federal Institute of Education Science and Technology of Brasilia, using the case study method descriptive exploratory qualitative in nature and documentary research. The data were collected through interviews and institutional documents, structured in two dimensions of analysis: implementation of Student Assistance Policy on new public management and Budgetary Policy. The results showed that the Student assistance policy in the Institute is disseminated in all campi, without significant differences in objectives and target audience. During their implementation, which occurred from 2011, the main problems related were the lack of knowledge of politics by implementers, lack of personnel and fiscal disarray. In the dimension concerning the budgeting was a discrepancy between the budgetary credits received and effectively applied in Student assistance policy, denoting the need to improve the process of planning the actions seeking to improve the budget control and expansion of the scope of the service programs of the students.

**Keywords:** National Program of Students Assistance. Technical and higher Education. Public Polices. Brasil.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Créditos para custear assistência estudantil na Rede Federal .....	16
Tabela 2: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB .....	16
Tabela 3: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB .....	111

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB.....	17
Gráfico 2: Créditos orçamentários da assistência estudantil e recebidos e devolvidos.....	115

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Níveis de hierarquia dos burocratas ao nível de rua .....	33
Figura 2: Distribuição dos <i>Campi</i> do Instituto Federal de Brasília .....	43
Figura 3: Organização da Reitoria do IFB .....	45
Figura 4: Evolução do número de servidores do IBF .....	46
Figura 5: Objetivos estratégicos previstos no PDI .....	71
Figura 6: Estruturas de movimentação orçamentária e financeira .....	109

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social .....	20
Quadro 2: Proporção de famílias em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal 2010 ...	20
Quadro 3: Índice de Vulnerabilidade Social Distrito Federal 2010 .....	21
Quadro 4: Características básicas dos modelos organizacionais.....	40
Quadro 5: Atos autorizativos.....	43
Quadro 6: Apresentação dos <i>Campi</i> do Instituto Federal de Brasília .....	44
Quadro 7: Relação de cursos aprovados.....	44
Quadro 8: Normativos .....	52
Quadro 9: Codificação dos entrevistados .....	53
Quadro 10: Constructos do Roteiro de Entrevista.....	55
Quadro 11: Roteiro de entrevista.....	56
Quadro 12: Correspondência entre objetivos e entrevista.....	58
Quadro 13: Estruturação em categorias.....	61
Quadro 14: Divisão de dimensões .....	62
Quadro 15: modelo de análise da pesquisa.....	64
Quadro 16: Descrição dos objetivos de compreensão da política de assistência estudantil.....	66
Quadro 17: Órgãos Colegiados do IFB .....	70
Quadro 18: Comparativo entre a Portaria nº 39/2007 e o Decreto nº 7.234/2010.....	74
Quadro 19: Comparativo entre a Resolução 26/11 e a Resolução 14/2014 .....	78
Quadro 20: Descrição dos objetivos de implementação da política de assistência estudantil .	83
Quadro 21: Descrição e características da Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFB.....	84
Quadro 22: Descrição do objetivo referente aos programas .....	93
Quadro 23: Identificação de Programas .....	95
Quadro 24: Descrição do objetivo referente às dificuldades de implementação.....	98
Quadro 25: Dificuldades de Implementação .....	98
Quadro 26: Descrição do objetivo referente ao financiamento da política .....	107
Quadro 27: Evolução orçamentária .....	108
Quadro 28: Datas de sanção da Lei Orçamentária Anual.....	110
Quadro 29: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2012 .....	112
Quadro 30: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2013 .....	112
Quadro 31: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2014 .....	113

Quadro 32: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2015 .....	113
Quadro 33: Evolução dos valores dos Créditos orçamentários por Campi .....	114

## LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PAE	Política de Assistência Estudantil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	ix
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE FIGURAS .....	xi
LISTA DE QUADROS .....	xii
LISTA DE SIGLAS .....	xiv
SUMÁRIO.....	xv
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivos.....	4
1.1.1. Objetivo Geral .....	4
1.1.2. Objetivos Específicos .....	4
1.1.3. Justificativa.....	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PNAES E DA PAE.....	7
2.1. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.....	7
2.2. Política de Assistência Estudantil do IFB.....	11
2.3. Financiamento do Programa de Assistência Estudantil.....	14
2.4. Vulnerabilidade socioeconômica.....	17
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
3.1. Políticas Públicas.....	22
3.2. Fases da Política Pública .....	24
3.3. Implementação de Política Pública.....	26
3.4. Burocratas ao nível de rua .....	30
3.5. Evolução da administração pública .....	34
4. PERCURSO METODOLÓGICO .....	41
4.1. Lócus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília .....	41
4.2. Tipo de pesquisa .....	47
4.3. Classificação da Pesquisa .....	49
4.4. Técnica de coleta dos dados .....	50
4.5. Técnica de análise dos dados.....	58
4.5. Limitações da pesquisa.....	62
5. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS .....	65



5.1.Dimensão I - Implementação da Política de Assistência Estudantil na Nova Gestão Pública .....	65
5.1.1.Categoria – Política pública e o PNAES .....	66
5.1.2.Categoria – Implementação da Política de Assistência Estudantil.....	83
5.1.3.Categoria –Programas da Política de Assistência Estudantil no IFB .....	93
5.1.4.Categoria – Dificuldades de Implementação.....	98
5.2.Dimensão II – Política orçamental .....	107
5.2.1.Categoria – Financiamento da política .....	107
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	117
6.1. Recomendações e sugestões para trabalhos futuros .....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	124
APÊNDICE - RELATÓRIO TÉCNICO.....	130
ANEXO 1 – Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 .....	144
ANEXO 2 – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.....	147
ANEXO 3 – Edital de seleção .....	151
ANEXO 3.1 – Edital de seleção - Quadro de pontuação socioeconômica.....	161
ANEXO 3.2 – Edital de seleção - Formulário para comprovação de renda.....	162
ANEXO 3.3 – Edital de seleção – Relação de documentos .....	163
ANEXO 3.4 – Edital de seleção – Lista de checagem .....	167
ANEXO 3.5 – Edital de seleção – Formulário para recursos .....	169
ANEXO 3.6 – Edital de seleção – Modelos de declarações.....	171
ANEXO 3.7 – Edital de seleção – Formulário para repagamento do auxílio .....	176
ANEXO 4 – Formulário de inscrição .....	177
ANEXO 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	195

## **1. INTRODUÇÃO**

Acredita-se que no Brasil e no mundo a educação seja reconhecida como uma das principais condições para garantir o progresso profissional do cidadão e, conseqüentemente, um dos principais meios de ascensão social. Buscando acelerar esse processo, o governo, ao final de 2007, criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES com o intuito de garantir o ingresso e a permanência dos alunos, vulneráveis socioeconomicamente, em instituições de ensino técnico e superior.

Com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE ganharam relevância os debates sobre a temática da assistência estudantil, constituindo-se como um importante marco para o estabelecimento de uma política de assistência estudantil em âmbito nacional.

O FONAPRACE, em 1995, iniciou um levantamento amostral do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, na perspectiva de apresentar dados que possibilitassem construir uma política de assistência, onde fosse assegurado não só o acesso como também a permanência dos estudantes nas universidades. Em 1997, o resultado do levantamento, foi apresentado a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e ao Ministério da Educação, e com esse resultado da 1ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras foi possível elaborar o Plano Nacional de Assistência.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi instituído por meio da Portaria nº 39 de 12/12/2007, do Ministério da Educação, cujo texto original define as ações de assistência estudantil a serem efetivadas no Ensino Superior. O mencionado Programa foi regulamentado com a publicação do Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 com a finalidade de

ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública, abrangendo Universidades e Institutos Federais de Educação.

Nesse contexto convém trazer para o presente estudo os dados provenientes da versão 2014 da Síntese de Indicadores Sociais, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que traz uma análise das condições de vida da população brasileira e este por sua vez apresentou indicadores para este estudo ao passo que a principal fonte de informação para a construção dos indicadores é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2013).

Os indicadores apresentados pelo IBGE indicou um crescimento na proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequentavam o ensino superior, que passou de 10,4%, em 2004, para 16,4% em 2013. Para atender a meta 12 do Plano Nacional de Educação, que prevê a evolução da taxa bruta de matrículas na educação superior, esse percentual terá que dobrar até 2020.

Dessa forma, conforme demonstrado nos dados apresentados pelo IBGE (2013), o crescente aumento da taxa de frequência escolar líquida no ensino médio observada entre os estudantes de 15 a 17 anos de idade nos últimos anos poderá acelerar o crescimento do número de alunos no ensino superior.

Sendo assim, caso permaneça o quadro atual, de os alunos que frequentam o ensino médio continuarem seus estudos, dando sequência no nível superior, aumentará o índice de estudantes e, por conseguinte de concluintes no ensino superior.

Outro importante dado para este estudo é o relatório comparativo entre os países membros onde o indicador divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE indicou que o Brasil possui uma pequena proporção de pessoas com ensino superior com faixa etária de 25 a 34 anos. Entretanto, na última década,

houve um incremento significativo desse indicador, que praticamente dobrou de valor se comparada com a de 2004, passando de 8,1% para 15,2%, em 2013.

Contudo, com base no cenário mencionado anteriormente o governo brasileiro deverá envidar esforços para conseguir dobrar o quantitativo de alunos no ensino superior para alcançar as metas previstas no Plano Nacional de Educação – PNE.

Após perpassar por alguns dos dados apresentados na Síntese de Indicadores Sociais, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013) fica demonstrado a necessidade de haver uma manutenção e ampliação não apenas das políticas para incentivar o ingresso dos discentes no ensino, mas também, políticas para assegurar a permanência desse discente no curso e na conclusão do mesmo.

Com o propósito de assegurar a manutenção da permanência e a conclusão do curso tendo como meta reduzir as taxas de evasão e naturalmente promover a inclusão social através da educação, a Portaria 39 de 12 de dezembro de 2007 e posteriormente o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 regularizaram as práticas individualizadas de assistência aos estudantes existentes nas instituições de ensino.

Convém destacar o Artigo 4º do mencionado Decreto, pois este incluiu no Programa Nacional de Assistência Estudantil os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades e áreas estratégicas de ensino, visando atender ao seu corpo discente. Dessa forma, a Assistência estudantil no âmbito dos Institutos Federais, inclui todos os seus alunos tanto do ensino técnico como do ensino superior.

Sendo assim, em decorrência do PNAES o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB buscou regulamentar sua política própria primeiramente por meio da Resolução nº 26/2011/CS-IFB e na atualidade encontra-se vigente a Política de Assistência Estudantil regulamentada por meio da Resolução nº 14/2014/CS-IFB. Na fala de

Najberg e Barbosa, (2006, p.1) a implementação constitui-se em importante fonte de experiência com que os gestores podem contar para testar e aprimorar suas ações.

Considerando que:

- o IFB está contemplado para a implementação do PNAES conforme pode ser observado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, fato este que proporcionou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília construir internamente sua Política de Assistência Estudantil – PAE com o intuito de garantir o acesso e, a permanência do discente no curso;

- que o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES pela sua amplitude e significância desperta o interesse em como o tema tem sido trabalhado no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior; e

- que a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio da Política de Assistência Estudantil - PAE, pelos agentes no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB apresenta significativo grau de discricionariedade e proatividade, alterando a própria concepção da política em alguns de seus aspectos, questiona-se:

**Qual a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília?**

## **1.1. Objetivos**

### **1.1.1. Objetivo Geral**

Analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e sua relação com o PNAES.

### **1.1.2. Objetivos Específicos**

1. Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

2. Descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
3. Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
4. Descrever evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
5. Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados pelos Campi.
6. Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

### **1.1.3. Justificativa**

A questão do acesso ao ensino pela população que se encontra em dificuldades socioeconômicas parece ser vastamente discutida no Brasil, e talvez, por consequência desse empenho, instituiu-se uma política, primeiramente por meio da Portaria nº 39/2007 e consolidada, posteriormente, com a edição do Decreto nº 7.234/2010, que abrange as instituições federais com o objetivo de dar resposta a essa demanda social.

No processo contínuo de democratização do ensino existe uma busca constante de reduzir as desigualdades socioeconômicas, porém talvez não se concretize esse processo apenas com a facilitação do acesso, sendo necessária talvez a criação de mecanismos que possibilitem garantir a permanência e, conseqüentemente, a conclusão do curso pelos estudantes que sofrem com os efeitos da desigualdade por serem provenientes de segmentos sociais financeiramente vulneráveis.

Dessa forma, quiçá para que o estudante possa ter o seu desenvolvimento em plenitude, seja necessário que haja uma política contínua de investimento que tenha por objetivo atender as necessidades, a exemplo, de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte e apoio acadêmico.

Nesse Contexto, esta pesquisa visa analisar a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e para tanto se buscou comentar sobre a Política de Assistência Estudantil criada no âmbito do IFB no exercício de 2011 e posteriormente atualizada no exercício de 2014.

Essa pesquisa torna-se relevante de acordo com as palavras de Najberg e Barbosa (2006, p.3), que relata que a implementação deve ser vista como um processo em evolução, pois novas circunstâncias estão sempre sendo enfrentadas, o que permite atualizar as ideias subjacentes à implementação. Afirmando ainda que, em outras palavras, ao ser implementada, a própria política pode ser alterada, pois os agentes implementadores não são agentes passivos diante da implementação, mas agentes ativos e proativos.

Sendo assim, o desenvolvimento desta pesquisa servirá de referencial, para o conhecimento da comunidade científica e comunidade acadêmica do IFB, no tocante à Política de Assistência Estudantil em especial no que se refere às dificuldades de implementação e implantação dos programas.

Na sequência, o referencial teórico traz uma explanação sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e aborda a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, e em relação ao percurso metodológico, adotou-se a linha de um estudo de caso e análise conteúdo.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PNAES E DA PAE**

Este capítulo apresenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - PAE perpassando sobre a vulnerabilidade socioeconômica que possivelmente foi o elemento fundamental que originou a necessidade de existência do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

### **2.1. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**

Na era Vargas, surgiu pela primeira vez no Brasil, uma ação delineada dirigida à organização nacional da Educação como decorrência da industrialização e da urbanização, pois na década de trinta, a Educação passou a ser reconhecida como direito de todos e regulamentado pelo Estado.

Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1937)

Araújo e Bezerra (2007, p.3) descrevem que a trajetória histórica da assistência estudantil teve sua origem com os programas de alimentação e moradia universitária implantadas na década de trinta, porém o seu desenvolvimento e ampliação como uma política só foi efetivada nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil.

Cabe inserir neste contexto que a Lei nº 4.024/61 que trata das Diretrizes e Bases da Educação foi a primeira lei a tratar especificamente da educação após treze anos de debates de diferentes correntes educacionais.

A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, criada com base em dispositivo constitucional, que regula a competência da União, entendeu que a função de



legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional deveria constar de um texto legal único. Assim, o poder executivo, em 1.948, encaminhou ao Congresso Projeto de Lei que originou muitos debates entre diferentes correntes educacionais, resultando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024/61, a primeira a tratar especificamente da educação nacional, após 15 anos da promulgação da Constituição de 1.946. (REIS, 2007, p.2)

Após a promulgação da Constituição de 1967, foi publicada a Lei nº 5.540/68 que se trata da organização e funcionamento do ensino superior, contudo, houve necessidade de fazer alterações na Lei nº 4.024/61 em razão de solicitações do Congresso Nacional, então neste patamar foi publicada a Lei 5.692/71 que se trata da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB.

Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1.971. As alterações propostas têm início em maio de 1.971, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde numeroso grupo representante de diferentes estâncias educacionais de todo o Brasil, é convidado pelo então Ministro Jarbas Passarinho do Ministério da Educação e Cultura, a participar do "Curso de Especialização sobre o ensino de 1º e 2º graus", com a finalidade de se elaborar o ante-projeto da lei de reforma do ensino, a qual redundou na Lei 5.692/71, também conhecida como "Reforma Passarinho". (REIS, 2007, p.3).

De acordo com Araújo e Bezerra (2007, p. 4) a década de 1980, no Brasil, foi marcada pela consolidação do poder público, com destaque para projetos de reestruturação da política educacional e citou como exemplo a “Comissão Nacional da Reformulação da Educação Superior Brasileira” que foi constituída em 1985, tendo como proposta “uma Nova Política para a Educação Superior”.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários - FONAPRACE foi criado em 1987, bem como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Essas frentes políticas impulsionaram as discussões sobre as questões educacionais dando ênfase aos quesitos referentes à assistência estudantil.

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica. (VASCONCELOS, 2010, p. 402).

Em 1988 após pressões políticas e dos diversos movimentos populares foi promulgada a Constituição Federal, que representou um marco histórico nas questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos brasileiros.

A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal. (VASCONCELOS, 2010, p. 402)

A Constituição de 1988, precisamente em seu artigo 6º expõe que a educação consiste em um dos direitos sociais e mais à frente, na seção I do Capítulo III, estabelece que a educação seja direito de todos e dever do estado e da família. Desta forma coube à União com base no art. 22 legislar privativamente sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Tendo em vista a conjuntura da Constituição de 1988 foi publicada em 1996 a Lei nº 9.394 que se trata da mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, vigente até os dias atuais embora tenha sofrido alterações de seu texto em seu percurso. Esta LDB em seu Artigo 3º ampara a assistência estudantil quando diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Com a perspectiva de conhecer qual era o perfil socioeconômico e cultural dos discentes no ensino superior o FONAPRACE no interregno compreendido entre 1995 a 1997 realizou uma pesquisa com o intuito de concretizar esse levantamento.

O perfil de aluno traçado foi o seguinte: a maioria era do sexo feminino, com idade mediana de 22 anos, solteiros, um universo de 58% não trabalhava, enquanto o restante (42%) possuía uma atividade remunerada; um número significativo de pais desses alunos já possuía instrução universitária; outro dado apontado é que 12,17% dos universitários possuíam filhos. A pesquisa apontou, ainda, que 2,40% residiam nas moradias estudantis das IFES, os restaurantes universitários garantiam a alimentação diária de 19,10% e o transporte coletivo (60,6%) era o meio de locomoção até as aulas mais utilizado. (SILVEIRA, 2012, p. 60).

Com os resultados da pesquisa o FONAPRACE conseguiu averiguar que havia estudantes de várias classes sociais cursando o nível superior e não apenas estudantes oriundos de famílias ricas.

No documento, também constava a sugestão de que fossem cruzados os dados dessa pesquisa com outra realizada sobre evasão e retenção no ensino superior, com o objetivo de correlacionar a assistência estudantil e a produtividade acadêmica. (SILVEIRA, 2012, p.62)

No exercício de 2001 com base na pesquisa do perfil dos discentes o FONAPRACE elaborou uma proposta de Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior com o objetivo de listar diretrizes para a definição de programas de assistência ao estudante com o intuito de reduzir as desigualdades socioeconômicas.

No interregno compreendido entre 2003 e 2004 o FONAPRACE iniciou nova pesquisa de perfil de discentes com o intuito de atualização de dados e se depara com uma realidade na qual 43% do alunado se encontra em uma faixa de renda baixa, no qual as famílias parecem não possuir condições de manter o jovem nos estudos em razão dos custos.

Nas pesquisas realizadas, constatou-se que 43% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E, categorias que englobam alunos provenientes de famílias cuja renda familiar é baixa, às vezes não suficiente para manter um membro na universidade, com todos os gastos que isso gera. (SILVEIRA, 2012, p.67)

Com o intuito de garantir o acesso e permanência do aluno foi que, no final de 2007, o governo criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES para dar apoio aos estudantes que têm interesse em ingressar no ensino superior, mas não possui condição financeira necessária para permanência nas instituições e, conseqüentemente, possibilidade para conclusão do curso.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, foi implantado por meio da Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 sendo uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, com objetivo de atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação, das Instituições Federais de Ensino Superior, visando à permanência e conclusão dos cursos pelos alunos com insuficiência de condições financeiras.

O PNAES foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 julho de 2010. O referido Programa foi concebido para ser executado pelo Ministério da Educação – MEC,

tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Assim o PNAES estabeleceu diretrizes para a execução das ações referentes à assistência estudantil aos alunos que necessitavam de atendimento prioritário.

No PNAES ficou estabelecido que deveriam ser desenvolvidas ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O mencionado Programa atribui a cada instituição definir como serão desenvolvidas as ações e a forma como serão utilizados os recursos orçamentários. Sendo assim, cabe a cada instituição adequá-lo à sua realidade respeitando sempre as condições previstas no Decreto.

## **2.2. Política de Assistência Estudantil do IFB**

O Decreto nº 7.234, de 19 julho de 2010, no Artigo 4º incluiu no Programa de Assistência Estudantil os Institutos Federais de Educação, considerando suas especificidades e áreas estratégicas de ensino, visando atender ao seu corpo discente. Dessa forma a Assistência estudantil no âmbito dos Institutos Federais, incluiu todos os seus alunos tanto do ensino técnico como ensino superior

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (DECRETO nº 7.234, de 19 julho de 2010)

Com base no referido Decreto foi que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília criou sua política própria. Neste patamar visando melhorias na execução do programa por meio da Resolução 26/2011 regulamentou em dezembro de 2011 sua Política de Assistência Estudantil – PAE, que foi atualizada pela Resolução nº 14/2014/CS-IFB vigente até os dias atuais. O objetivo da PAE do IFB é claramente transcrito no Artigo 1º da Resolução nº 14/2014/CS-IFB.

Art.1º A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB – é um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. (RESOLUÇÃO nº 14/2014/CS-IFB)

A PAE prevê as diretrizes e princípios que norteiam a implantação de ações que visam à permanência dos alunos bem como traz a composição das equipes de trabalho e suas responsabilidades. Cabe aclarar que a Política de Assistência Estudantil do IFB é Coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino – PREN em parceria com os *Campi*, devendo outras coordenações tais como a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos *Campi* desenvolverem junto com outros setores ações e programas que tenham cunho social, cultural e científico.

Com base em seu Artigo 18 a Política instituiu três grupos de programas: os programas universais, os de promoção à permanência e os de incentivo ao desenvolvimento acadêmico, todos com objetivo de apoiar os estudantes de forma a favorecer a sua permanência e o êxito acadêmico. Na sequência, apresenta-se os programas instituídos para cada um desses grupos de acordo com a Resolução n º 14/2014-CS/IFB.

- Programas Universais:

- a) Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico.
- b) Programa de Promoção da Saúde.
- c) Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente.

- Programas de Promoção a Permanência:

- a) Programa Auxílio Permanência.
- b) Programa Apoio ao Proeja.
- c) Programa Auxílio Moradia.
- d) Programa de Residência Estudantil.
- e) Programa Auxílio Criança.
- f) Programa Apoio ao Integrado.

- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico

a) Programa Monitoria.

b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico.

Cada programa tem um regulamento próprio, para os programas de promoção à permanência, exceto o Programa de apoio ao integrado, o processo de seleção é feito por meio de Edital, podendo participar todos os estudantes matriculados no IFB. Durante o processo de seleção, os alunos passarão por estudo socioeconômico, a ser realizado pelos Assistentes Sociais, podendo ser submetidos ainda à entrevista e visitas domiciliares.

A apreciação da Equipe de Serviço Social dar-se-á pela análise dos dados apresentados tais como renda familiar per capita, número de habitantes na residência, tipo de moradia (cedida, alugada, financiada), local da moradia, número e idade dos filhos, portador de doença crônica, portador de deficiência ou responsável por portador de deficiência, cor, etnia, mulher chefe de família, situação de trabalho do discente ou do responsável mantenedor (empregado ou desempregado) e por último membro de família beneficiária da seguridade social (exemplo: beneficiários do Programa Bolsa - Família e/ou que possuem familiar que recebe Benefício de Prestação Continuada), conforme pode ser observado no modelo de Edital de seleção Constante no Anexo 3 e Formulário de inscrição constante no Anexo 4.

Depois de concluído o estudo, os discentes são classificados de acordo com o Art. 5º do Anexo IV da Resolução 14/2014 CS-IFB , em três grupos:

- Grupo 1 (G1): Situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. O discente apresenta grande dificuldade em satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, transporte, material escolar), fato tendencioso que pode resultar em abandono do curso por insuficiência de recurso financeiro.

- Grupo 2 (G2): Situação de média vulnerabilidade socioeconômica o discente encontra-se parcialmente suficiente para a manutenção dos estudos.

- Grupo 3 (G3): São classificados nesse grupo os discentes vulneráveis, mas não prioritários, ficando em lista de espera aguardando migração para o Grupo 2.

A divisão nos mencionados grupos tem como objetivo privilegiar os discentes que estão em maior vulnerabilidade com o intuito de evitar a evasão ou diminuição no aprendizado. Sendo assim, de acordo com a Portaria normativa nº 005, de 01 de agosto de 2014 o valor da bolsa do Auxílio Permanência no âmbito do Instituto Federal de Brasília para o G1 é R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e para o G2 é R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Esses valores são transferidos aos estudantes uma vez por mês por meio de ordem bancária após aferida a sua frequência às aulas, que é uma atividade realizada em conjunto pelos Docentes, Registro Acadêmico e Assistente Social.

### **2.3. Financiamento do Programa de Assistência Estudantil**

O orçamento público é uma peça fundamental de atuação do governo na política, bem como um importante e indispensável instrumento de gestão. Ao se analisar uma proposta orçamentária, por exemplo, é possível conhecer os gastos que serão realizados e listar quais prioridades foram eleitas. De acordo com Giacomoni (2010, p. 54), o orçamento público é caracterizado por possuir uma multiplicidade de aspectos: político, jurídico, econômico, financeiro, administrativo.

Em conformidade com Giacomoni (2010, p. 57) a eficiência no processo de gestão pública passa necessariamente pelo planejamento orçamentário, e pela sua boa execução, pois é no orçamento que se encontram demarcada todas as receitas e todas as despesas orçamentárias que serão realizadas.

Para Angélico (1995, 18) o orçamento não é essencialmente uma lei, mas um programa de trabalho do poder executivo e Giacomoni (2010, p.57) relata também que os orçamentos públicos deveriam constituir-se em instrumentos de administração, de forma que

auxiliassem o Executivo nas várias etapas do processo administrativo: programação, execução e controle.

O art. 165, da Constituição Federal de 1988, define o rol de instrumentos de planejamento orçamentário: a longo prazo - Plano Plurianual - PPA, médio prazo - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e curto prazo - Lei Orçamentária - LOA. Depois que entrou em vigor a Lei Complementar nº 101/2001, também conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO teve sua importância ampliada, em decorrência da exigência, por exemplo, do anexo de metas fiscais.

Os valores que compõem o orçamento e que se destinam às políticas públicas se submetem à disciplina constitucional e se inserem no planejamento global da política, pois segundo Machado Jr. (1992, p. 5), o orçamento é um plano que expressa em termos de financeiros, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa.

Desta forma, tendo em vista a Política Nacional de Assistência Estudantil o Decreto nº 7.234/2010 dispõe em seu art. 8º que as despesas para custear este Programa correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao MEC que por sua vez transferirá às instituições federais de ensino superior, sendo que o Poder Executivo compatibilizará a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes. Serão observados, no entanto os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. Caberá a cada instituição a responsabilidade de implementar as ações e definir quais os critérios de seleção dos alunos.

A tomada de decisões sobre quais serão os valores dos créditos orçamentários destinados para o PNAES tem relação direta com o índice de desenvolvimento humano – IDH de cada ente da federação, bem como o número de alunos e de vagas oferecidas por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU que é gerenciado pelo MEC. Porém o critério de



seleção dos discentes será definido pelas instituições conforme os preceitos do Decreto que rege o assunto levando em consideração o perfil socioeconômico.

De acordo com o previsto na metodologia da matriz CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica o valor destinado para Assistência Estudantil é dividido proporcionalmente entre as categorias presencial e a Educação à distância, sendo que os alunos presenciais foram considerados com peso 1 e os alunos da Educação à distância com peso 0,25.

Em se tratando de créditos orçamentários convém trazer para o estudo os valores dos créditos orçamentários dispendidos para custear as despesas com a assistência estudantil em toda a Rede Federal de Ensino técnico e superior de acordo com os dados constantes na Matriz CONIF.

**Tabela 1: Créditos para custear assistência estudantil na Rede Federal**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>VALOR</b>	200.998.754,00	247.377.490,00	356.580.780,00	400.796.797,00	433.807.935,00

Fonte: IFB(a) 2016

Ollaik et al (2010, p. 2), acrescenta que o orçamento é um instrumento que serve para subsidiar a prestação de contas, na medida em que torna os gestores públicos responsáveis pelas ações e gastos realizados. Nessa vertente de controle e responsabilização, dentre os valores apresentados na matriz CONIF com a finalidade de executar o Programa de Assistência Estudantil, no âmbito do IFB, foram transferidos pelo MEC os valores constantes na Tabela 2, extraídos do SIAFI por meio da Diretoria de Orçamento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, bem como suas respectivas demonstração gráficas.

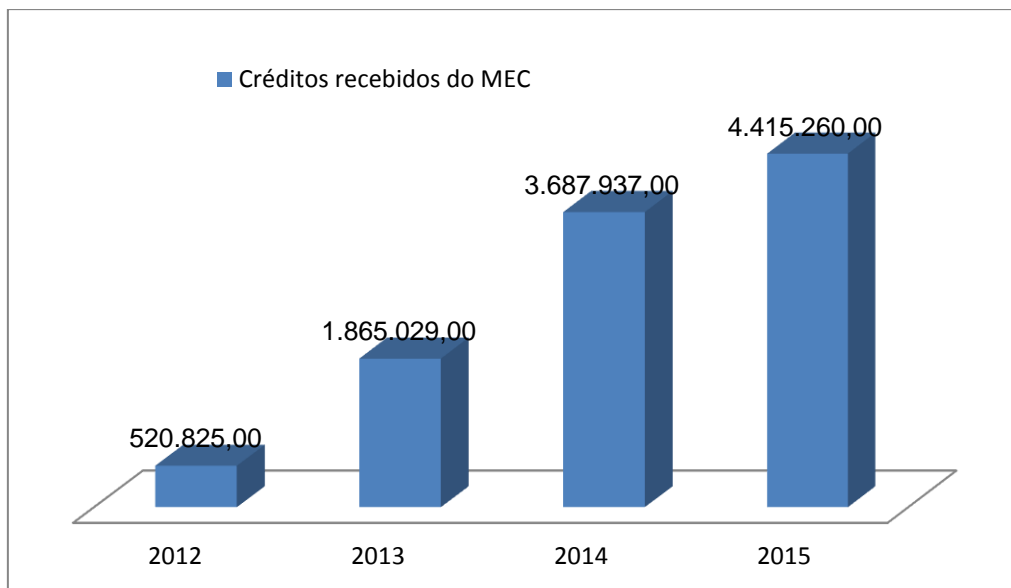
**Tabela 2: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>VALOR</b>	393.728,00	520.825,00	1.865.029,00	3.687.937,00	4.415.260,00

Fonte: IFB(a) 2016

Com base nos dados extraídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que corresponde ao principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal observa-se que há uma crescente evolução nos valores dos créditos orçamentários transferidos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

**Gráfico 1: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB**



Fonte: IFB(a) 2016

Tal fato ocorreu tendo em vista que Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília está em implantação e ampliação e ao passo que aumenta a quantidade de alunos matriculados na instituição, acresce o valor dos créditos orçamentários.

#### **2.4. Vulnerabilidade socioeconômica**

A vulnerabilidade social abarca pessoas que de alguma forma estão expostas à exclusão social, sendo assim, quando se fala em vulnerabilidade geralmente o termo está ligado à pobreza, no entanto, não pode ser entendida apenas como tal.

Neste contexto estão incluídas em vulnerabilidade social as pessoas que geralmente moram na rua, e/ou dependem de favores e ajuda de outras pessoas, ou mesmo quando não tem suas necessidades básicas satisfeitas, como exemplo pode-se citar aqueles que estão

abaixo da linha de pobreza. Para complementar a ideia, Katzman (2005) define vulnerabilidade como sendo:

Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a una situación de carencia efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan en el presente. (KATZMAN, 2005, p. 04).

Pode-se considerar que uma pessoa está em vulnerabilidade socioeconômica quando, temporariamente ou por longo período de tempo, apresentem sinais de desnutrição, esteja em condições precárias de moradia e/ou de saneamento, não possua família ou emprego. Estes são alguns fatores que compõe o risco social, ou seja, a pessoa é um cidadão, mas não consegue ter os mesmos direitos e deveres que os demais e são excluídas e impossibilitadas de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade remetendo no seu abandono e alijamento dos espaços da sociedade.

Dificuldades econômicas costumam estar associadas a fatores como desemprego, problemas habitacionais e de saneamento, baixa escolaridade, famílias com maior número de crianças ou dependentes (como idosos e doentes), dificuldades de acesso a recursos comunitários, presença de situações de violência. Fatores como esses expõem as famílias à vulnerabilidade social e de saúde física e mental. (SCHLITTLER et al, 2010, p.56)

Ao se tratar de vulnerabilidade traz-se a ideia de impossibilidade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas de aproveitar as oportunidades para a obtenção de uma melhora pessoal ou social. Dessa maneira para combater a vulnerabilidade socioeconômica é necessário implantar políticas sociais com o intuito de concretizar uma perspectiva preventiva e protetiva para afastar ou minimizar impactos causados as pessoas que estão em situações limites.

Vulnerabilidade caracteriza-se por ser um campo complexo que é constituído por diversas concepções que dependendo do caso volta-se para o enfoque econômico, de saúde, de educação e etc. No estudo realizado por Abramovay et al (2002) para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento relata, dentre outras informações, o fato de que as políticas sociais não alcançaram as raízes do fenômeno da vulnerabilidade social por se basearem basicamente em

indicadores de renda ou carência como sendo balizadores da insatisfação das necessidades básicas.

Apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles na América Latina. Tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população a serem atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas. (ABRAMOVAY, et al 2002, p. 23).

A supracitada autora ao colocar que são recentes os estudos sobre a vulnerabilidade destaca que as reflexões eram voltadas com mais ênfase para os aspectos relacionados à pobreza e esse fator serviu para identificar os setores mais pobres da população, pois os estudos eram baseados por exemplo em indicadores de renda e necessidades básicas .

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social. Tais obras se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral. Dessa maneira, partiam do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social de uma maneira dinâmica, bem como das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo. (ABRAMOVAY, 2002, p. 23)

A supracitada autora ainda complementou a ideia de insatisfação das necessidades básica mostrando uma perspectiva de trabalhos desenvolvidos com a preocupação de abordar a vulnerabilidade não apenas como um fenômeno ligado à pobreza, mas com uma visão mais ampla onde enquadra diversas modalidades de desvantagens sociais.

No Brasil, por obrigação legal, tem que se assegurar direitos e promover a educação. Nesta linha de raciocínio é que se introduzem as políticas públicas com o intuito de garantir o direito de igualdade e de oportunidades a todos os cidadãos. E foi neste cenário que surgiu a Política Nacional de Assistência Estudantil tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos discentes na educação, diminuído assim a evasão, aumentando o aproveitamento escolar e, desta forma, contribuindo para a conclusão do curso pretendido.

Em sua pequena extensão o Distrito Federal apresenta disparidades socioeconômicas, pois possui áreas mais privilegiadas do que outras, em razão de políticas de investimento e infraestrutura. Para identificar os Índices de Vulnerabilidade Social existentes no Distrito Federal, o DIEESE utiliza as condições socioeconômicas descritas no quadro 1.

### **Quadro 1: Características que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social**

Grupo I	– Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.
Grupo II	– Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.
Grupo III	– Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.
Grupo IV	– Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.
Grupo V	– Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.
Grupo VI	– Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.
Grupo VII	– Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
Grupo VIII	– Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.
Grupo IX	– Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

Fonte: DIEESE (2010) Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal

De acordo com os conceitos mencionados no Quadro 1 o Quadro 2 mostra os dados obtidos pelo DIEESE sobre a proporção de famílias que residem no Distrito Federal e estão em situação de vulnerabilidade no ano de 2010.

### **Quadro 2: Proporção de famílias em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal 2010**

Famílias em situação de vulnerabilidade	Em %
Grupo I	0,0
Grupo II	19,8
Grupo III	8,9
Grupo IV	23,9
Grupo V	9,9
Grupo VI	0,3
Grupo VII	15,4
Grupo VIII	11,4
Grupo IX	0,0
<b>Índice de vulnerabilidade Social</b>	<b>50,5</b>

Fonte: DIEESE (2010) Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal

Tendo em vista que este estudo tem como finalidade estudar os discentes matriculados nos diversos *Campi* do IFB e que estes, por sua vez, encontram-se localizados em algumas das regiões administrativas, convém trazer para complementar o entendimento o Índice de vulnerabilidade social das Regiões Administrativas do DF conforme pesquisa realizada pelo DIEESE constante no Quadro 3.

**Quadro 3: Índice de Vulnerabilidade Social Distrito Federal 2010**

Região Administrativa	Índice de vulnerabilidade Social (%)	Região Administrativa	Índice de vulnerabilidade Social (%)
Brasília	43,3	Recanto das Emas	54,4
Brazlândia	48,6	Riacho Fundo I	45,4
Candangolândia	36,4	Riacho Fundo II	44,3
Ceilândia	55,1	Samambaia	51,4
Estrutural	60,1	Santa Maria	48,6
Gama	48,3	São Sebastião	52,6
Guará	44,2	Sobradinho I	46,8
Itapuã	62,0	Sobradinho II	48,2
Núcleo Bandeirante	41,6	Taguatinga	42,5
Paranoá	52,6	Varjão	64,7
Planaltina	53,8	Vicente Pires	29,6

Fonte: DIEESE (2010) Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das principais ferramentas para se obter o padrão de qualidade de vida de uma determinada população. Para se calcular o mencionado índice são utilizados critérios como: o conhecimento (obtido por meio da média de anos de estudo da população adulta e a quantidade esperada de anos de estudo), saúde (expectativa de vida), Renda *per capita*.

No que se refere ao PNAES a condição socioeconômica do discente é extremamente importante e dentro da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília os programas são desenvolvidos de forma a atender a parcela da comunidade acadêmica que se encontra em situação vulnerável socioeconomicamente e para alcançar esse índice são utilizados indicadores tais como: renda familiar *per capita*, bens patrimoniais, *status* ocupacional, tipo de residência da família, situação de residência do estudante e procedência escolar do estudante, como pode ser observados no modelo de Edital de Seleção utilizado para classificação dos discentes (Anexos 3 e 4).

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Para contextualizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – PAE este capítulo aborda sobre: política pública, burocratas ao nível de rua e evolução da administração pública.

#### 3.1. Políticas Públicas

Em se tratando de vulnerabilidade no quesito socioeconômico é sabido que uma das maneiras para solucionar ou amenizar seus efeitos são as Políticas Públicas. Dessa forma, vale trazer para esse ensaio os conceitos necessários da abrangência do termo política, pois o mencionado conceito pode estar relacionado ao termo *policy*, ou seja, que dê ênfase aos elementos culturais e de identidade.

Os termos *policy*, *polity*, *politics* em inglês representam estas diferentes dimensões que em língua portuguesa não é possível tal diferenciação:

*Policy*: O termo refere-se à dimensão material, conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos. Possuem relação com a formação de agenda para tomada de decisões e ações;

*Polity*: O termo refere-se à dimensão institucional, a ordem do sistema político delimitada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;

*Politics*: Refere-se ao quadro da dimensão processual, tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos devido a questões políticas de tomadas de decisões e elaborações de agenda, refere-se ainda aos conteúdos e às decisões de distribuição. (ROSSI, 2013, p. 37)

Anteriormente foi descrito a definição de política trazendo as concepções dos termos: *policy*, *polity*, *politics*, contudo a definição que mais se adequa ao termo políticas públicas por se tratar de uma dimensão material de conteúdos concretos da política é o termo *policy* ou melhor *public policy*.

Para melhor delimitar o assunto, Secchi (2013, p.1) defende que as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões e completa definindo políticas públicas como sendo uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Segundo Bucci (1997, p. 90), o fundamento das políticas públicas, e que justifica o seu aparecimento, é a própria existência dos direitos sociais. Cumpre mencionar que a referida autora baseou-se no rol de direitos fundamentais do homem para concluir tal afirmação, e complementou sua declaração colocando que no sistema constitucional brasileiro, as políticas públicas se expressam mais comumente por meio de leis.

Então pode-se afirmar mediante as definições trazidas que política pública se apresenta para solucionar um problema que está sendo enfrentado por toda a sociedade ou por uma parcela dela.

Desta fora, parafraseando Secchi as políticas públicas existem para solucionar um problema que é considerado relevante para uma coletividade. No entanto, Secchi (2013, p.2) adverte que qualquer definição de política pública é arbitrária. Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública.

A essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública é a intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “pública”. (SECCHI, 2013, p.5)

Olhando por esse patamar pode-se afirmar que uma política somente poderá ser chamada de pública quando tratar-se de um assunto que gire em torno de um problema. E o problema por sua vez atinge certa dimensão da sociedade e que a resolução desse problema beneficiará a coletividade, pois está diretamente vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público.

Entretanto, quando se fala de um problema nesse contexto afirma-se que existe um problema na situação atual e que para beneficiar a coletividade é necessário chegar a uma situação ideal possível e a maneira de alcançar essa situação ideal possível é por meio de política pública, pois de acordo com Secchi (2013, p.11) as políticas públicas tomam forma de programas, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, entre outros.



Políticas Públicas consistem na influência mútua de atores que interagem entre si com o interesse de encontrar soluções para problemas públicos por meio do desenvolvimento de ações, sendo que o governo é o principal ator, pois segundo Thomas Dye (1972, p. 01) uma política é qualquer coisa que o governo decide fazer ou não fazer. Esta definição simplista resume popularmente o significado do termo Política Pública.

Outra definição de Política Pública bem difundida é a apresentada por Laswell (1936) que defende que a análise sobre política pública implica em responder as seguintes questões: quem ganha o quê, porque e que diferença faz.

### **3.2. Fases da Política Pública**

No que se refere às fases das políticas públicas Secchi (2013) relata que as classificou da seguinte forma: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisões, implementação, avaliação e extinção. No entanto, Howlett e Ramesh (1995), sintetizaram em cinco etapas: formação de agenda, formulação de políticas, decisão, implementação e avaliação.

Tendo em vista que não é o objetivo desse trabalho analisar todas as fases do ciclo da política pública, faz-se uma breve menção do que se trata cada uma delas, e aprofundando-se na fase de implementação que é o foco da presente discussão, para que se possa compreender a trajetória de implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Quando tratar de identificação do problema esse quesito refere-se à discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível, quando se falar em formação da agenda Secchi (2013) coloca que a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes e quanto à fase de formulação das alternativas refere-se ao estabelecimento de objetivos e estratégias de forma que um objetivo pode ser alcançado de várias formas, perpassando por diversos caminhos.

Lotta (2010, p.6) afirma que, com relação à agenda a literatura está centrada, principalmente, nos argumentos teóricos de como são construídas as decisões e os assuntos que serão trazidos e debatidos na esfera pública. A referida autora complementa descrevendo que são necessários eixos de debate que para que um assunto entre na agenda e como ele será tratado, quais dinâmicas sociais e processos de disputa vão fazer com que um assunto se torne ou não público.

Lotta (2010, p.6) diz que em relação à fase de formulação o debate da literatura está relacionado à quais modelos e como os governos tomarão decisões sobre as alternativas a serem colocadas em prática, e menciona alguns modelos tais como: incrementalista, lata de lixo e *advocacy coalition*.

A próxima fase a ser levada em consideração é a tomada de decisão. Secchi (2013, p.51) defende que é nesse momento que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Esse fato ocorre, pois é exatamente nessa etapa que são feitas as proposituras para se equacionar o problema, e para isso existem três maneiras para entender a dinâmica da tomada de decisões.

Na primeira opção os tomadores de decisão têm problemas e buscam soluções, uma segunda alternativa seria a que os tomadores de decisão ajustam os problemas às soluções e as soluções aos problemas e uma última dinâmica seria a que os tomadores de decisão possuem soluções e buscam problemas.

Quanto à implementação constitui-se segundo Secchi (2013, p.52) na fase onde ocorre a efetiva prática, ou seja, os programas são efetivamente implementados no sentido de colocar em vigência as rotinas as regras e os processos anteriormente esboçados na agenda, estudar essa fase equivale à possibilidade de conhecer os obstáculos e falhas de determinada política.

Segundo Secchi (2013, p.54) a avaliação não se atem somente a analisar a implementação, mas todo o processo desde a identificação do problema, com o intuito de medir o nível de alcance na solução daquele que foi o motivo de sua criação. A última fase da política é a extinção e esta ocorre de acordo com Secchi (2013, p. 55) quando o problema que motivou a política é resolvido ou mesmo deixa de ser relevante e sai da agenda ou mesmo quando os programas e normas pelos quais a política foi implementada torna-se ineficazes.

No que se refere à avaliação, Lotta (2010, p.6) afirma que é um processo que pode acontecer em diversos momentos da implementação ou pós-implementação e ainda que a avaliação possibilita um readequamento e realinhamento da política pública garantindo a ela um posicionamento mais correto na busca dos impactos desejados.

### **3.3. Implementação de Política Pública**

Najberg e Barbosa, (2006, p.1) afirmam que a implementação constitui-se em importante fonte de experiência com que os gestores podem contar para testar e aprimorar suas ações. Os autores mencionaram também que a expansão das pesquisas em implementação se deu principalmente nos Estados Unidos, a partir dos anos setenta.

No entanto, de acordo com Najberg e Barbosa (2006, p. 2) diz que na literatura especializada a conceituação do processo de implementação ainda goza de pouco consenso, pois para alguns autores a fase equivale a todo o processo desde a implementação até seus impactos, enquanto que há outras teorias que defendem que não se pode confundir o alcance do produto e os impactos gerados por uma determinada política com implementação. Para Howlett et al (2014, p. 98) a implementação de políticas públicas é um processo dinâmico e não linear.

Segundo Howlett et al (2014, p. 98) a implementação também é política e para além disso coloca que o processo de implementação em si não só cria vencedores e perdedores, mas é também o estágio, em que os riscos de ganhar ou perder começam a se manifestar de

forma muito clara para muitos participantes. Rua (1997) complementa essa ideia afirmando que a política precisa de acompanhamento, pois podem ocorrer oscilações em seus resultados.

A implementação diz respeito às ações necessárias para que uma política saia do papel e funcione efetivamente. Este processo precisa ser acompanhado, entre outras coisas, para que seja possível identificar porque muitas coisas dão certo enquanto muitas outras dão errado entre o momento em que uma política é formulada e o seu resultado concreto. (RUA, 1997, p.1)

Najberg e Barbosa (2006, p.3), concluiu após a análise dos comentários de especialistas na área de políticas públicas que a implementação deve ser vista como um processo em evolução, pois novas circunstâncias estão sempre sendo enfrentadas, o que permite atualizar as ideias subjacentes à implementação. Afirmando ainda que, em outras palavras, ao ser implementada, a própria política pode ser alterada.

A implementação ocorre na fase do processo de políticas públicas em que as decisões de política pública se traduzem em ações. Ela é considerada uma das etapas mais difíceis e críticas no processo de políticas para os gestores públicos – a fase em que qualquer deficiência na concepção das políticas ou quaisquer vulnerabilidades relacionadas ao ambiente externo se tornarão visíveis. Gestores públicos experientes sabem que serão basicamente julgados pela sua capacidade de dominar a “arte de fazer as coisas acontecerem” Howlett et al (2014, p. 97)

Em se tratando de melhor implementar uma política pública Rua (1997, p.1) indicam dez pré-condições necessárias para que haja uma implementação perfeita:

- 1) As circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem;
- 2) O programa deve dispor de tempo e recursos suficientes;
- 3) Não apenas não deve haver restrições em termos de recursos globais, mas também, em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível;
- 4) A política a ser implementada deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta);
- 5) Esta relação entre causa e efeito deve ser direta e, se houver fatores intervenientes, estes devem ser mínimos;
- 6) Deve haver uma só agência implementadora, que não depende de outras agências para ter sucesso; se outras agências estiverem envolvidas, a relação de dependência deverá ser mínima em número e em importância;
- 7) Deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e esta condição deve permanecer durante todo o processo de implementação;
- 8) Ao avançar em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em seqüência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante;
- 9) É necessário que haja perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa;
- 10) Os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos seus comandados. Rua (1997, p.1)

Najberg e Barbosa (2006, p.3), para melhor exemplificar as razões que demonstram a difícil tarefa da implementação enumera alguns aspectos que devem ser observados.

- Grau de complexidade, de inovação e de interdependência do problema a ser enfrentado;
- Tamanho do público-alvo - quanto maior e mais diverso o grupo a ser atingido, mais difícil é a implementação de um programa;
- Extensão da mudança comportamental esperada do grupo-alvo - afeta diretamente a dificuldade da política a ser implementada.
- Quanto mais gerais forem os assuntos tratados pelos políticos, maiores dificuldades encontrarão as agências executoras para a sua implementação e maior espaço se abrirá para a influência de grupos de pressão. (MENY e THOENIG *apud* NAJBERG e BARBOSA, 2006, p.2).

Najberg e Barbosa (2006, p.3) esclarecem ainda que no que diz respeito às circunstâncias ou ao contexto, merecem atenção as seguintes variáveis: sociais, econômicas, tecnológicas e políticas. Já com relação ao aparato administrativo, a implementação de políticas está sujeita aos conflitos intra e interorganizacionais, num mesmo nível ou em diferentes níveis governamentais.

Howlett et al (2014, p. 98) descreve que a implementação afeta – e é afetada – por uma infinidade de atores, que definem problemas e soluções em um determinado domínio de políticas públicas.

Najberg e Barbosa (2006, p.7), descreve que na visão clássica sobre políticas públicas, a implementação é entendida como um jogo de uma só rodada, onde a ação governamental é implementada de cima para baixo (*top-down*). Da maneira como a visão clássica impõe segundo a visão de Najberg e Barbosa, não se considera os efeitos retroalimentadores da implementação sobre a formulação, ou seja, não se considera o *policy cycle*. Reforçando esse entendimento Oliveira (2014, p. 520) coloca que as políticas são formuladas pelos superiores e a administração apenas executa o que foi pensado nas etapas anteriores. Lotta (2010, p.30), diz que o modelo *top-down* reflete-se nas estruturas tradicionais de governança, enfatizando a separação entre a política e a administração e focando o controle e a hierarquia.

Silva e Melo (2000, p.8) complementa afirmando que aperfeiçoando a visão clássica incorpora-se o monitoramento e a avaliação das políticas ao processo e esses instrumentos permitem uma correção de rota, porém essa abordagem, também conhecida como visão linear, guarda pressupostos simplistas ou até ingênuos, pois considera a fase de formulação como relativamente não problemática e atribui os obstáculos e dificuldades a implementação.

Oliveira (2014, p. 520), afirma que a discricionariedade dos burocratas implementadores não é encorajada e as regras devem ser claras a fim de impedir qualquer decisão individual dos agentes e critica a visão centrada no processo hierárquico e contribui afirmando que a implementação é parte de um processo contínuo que se desenvolve e se modifica a cada fase, e conceitua o modelo *bottom-up* (de baixo para cima).

Esse modelo propõe que a implementação deve ser um jogo que possibilite o aprendizado e a criação de políticas, que devem ser compreendidas como um processo de realização de experimentos que poderão desdobrar-se em novas políticas, não sendo possível exercer um controle perfeito ao longo de sua execução. (OLIVEIRA, 2014, p. 521)

Com o olhar voltado para o modelo *bottom-up*, de acordo com Oliveira (2014, p. 521) o processo de implementação deve ser entendido como um conjunto de interações entre os agentes implementadores e os destinatários da política. Segundo esse mesmo autor o processo de interação possibilita mudança e aprendizagem no campo das políticas públicas ao passo que valoriza as ideias individuais dos agentes, que por vez acaba gerando alguma transformação no programa.

Howlett et al (2014, p. 101) relata que os burocratas em nível de rua muitas vezes enfrentam uma tarefa impossível. Ambiguidade das políticas, recursos limitados e pressões de tempo podem tornar impossível a implementação de políticas públicas conforme o esperado.

Oliveira (2014, p. 521) nesse mesmo limiar afirma que a discricionariedade do agente envolvidos na implementação é a chave de todo o processo de implementação das políticas públicas. Lotta (2010, p.33), corrobora com essa mesma ideia quando afirma que a inserção

dos agentes de implementação nas análises significa considerar que as políticas são realizadas a partir da interação de diversos atores que transformam os processos.

Howlett et al (2014, p. 101) descreve que um treinamento adequado é essencial para desencadear o expressivo potencial dos gestores públicos na resolução de problemas públicos e que infelizmente, as literaturas existentes, tanto em Administração Pública, como em Ciência Política, fornecem pouca orientação sobre como desenvolver os papéis dos gestores públicos nas políticas públicas

Para melhor entender como ocorre a participação dos agentes nos processos de implementação de políticas públicas na seção seguinte apresenta-se o que a literatura traz sobre esses agentes implementadores também conhecidos como burocratas ao nível de rua.

#### **3.4. Burocratas ao nível de rua**

Denhart (2012, p.165) defende que as organizações públicas constituem parte do *policy process* e abre novos caminhos para as teorias da organização pública, pois considera as organizações públicas como parte integrante de todo o processo político. Com essa colocação Denhart traz para o rol das políticas públicas os agentes que se encontram desenvolvendo as atividades nas organizações.

Denhart (2012, p.166) confirma as afirmações acima quando descreve que os membros das organizações públicas exercem papel importante na formulação de políticas, e inserindo-os no *policy process* diz que a influência dos membros de uma organização é amplamente sentida do *design* das políticas e programas e que eles continuam a dar forma às políticas por meio de seus esforços de implementação independentemente de qual foi a esfera pública que a desenhou.

Com a necessidade do poder público estar presente em todo o território a figura dos membros das organizações, tornou-se peça importante que representa o estado em sua atuação. Os membros das organizações ou burocratas como também são chamados,

particularmente no que tange ao seu papel na implementação de políticas públicas, devem procurar entender sua influência nas direções, sentidos e efeitos das políticas, uma vez que os burocratas possuem um alto grau de discricionariedade e autonomia no atendimento e contato direto com o cidadão.

Para tanto, torna-se necessário definir sobre o que vem a ser o burocrata ao nível de rua, abordando de forma sintetizada a discussão acerca das características e tipos de agentes públicos. Segundo Guy Peters, (2013), os burocratas do nível de rua, devido seu papel direto com a sociedade, tem uma influencia muito grande na execução de políticas públicas. Os burocratas têm nas mãos muitas vezes o poder de decisão, no momento da ação podendo decidir por diversos fatores, legais ou ilegais, ou seja, imposição de sanções ou a isenção de penalidades, apesar de ser uma obrigação legal, o burocrata consegue no momento da tomada de decisão agir indevidamente usando erroneamente a discricionariedade, por confundi-la com a arbitrariedade.

As entidades públicas em sua grande maioria exercem as atividades cujos produtos são intangíveis, ou seja, são gerados serviços e não produtos propriamente ditos, serviços estes que são em sua maioria difíceis de avaliar ou ainda de monitorar. Esse conflito nos revela a fragilidade do sistema e aumenta a chance de gerar discricionariedade, quando o burocrata de linha de frente age da forma que melhor lhe convém ao momento e não de acordo com a legislação. Nos termos de Lipsky, (1980), os burocratas são aqueles que não apenas executam, mas moldam ativamente os resultados das políticas, interpretando regras e alocando recursos escassos. Por meio da sua rotina e das decisões que são tomadas, esses trabalhadores na realidade produzem políticas públicas.

Lipsky, (1980), acrescenta que os burocratas atuam como “agentes de controle social”. Vinzant e Crothers, (1998), defendem a reformulação da expressão para “líderes de nível de rua”. Enquanto Maynard Muno e Musheno, (2003), observam que os trabalhadores da linha



de frente não são adeptos do termo burocrata de nível de rua e auto intitulam-se agentes-cidadãos, e que no desenvolvimento de suas atividades ajudam a criar e manter a ordem normativa da sociedade, na aplicação de políticas públicas.

Public service workers who Interact directly with citizens in the course of their Jobs, and who have substantial discretion in the execution of their work are called street-level bureaucrats in this study. Public service agencies that employ a significant number of street-level bureaucrats in proportion to their work force are called street level bureaucracies. Typical street-level bureaucrats are teachers police officers and other law enforcement personnel, social workers, judges, public lawyers and other court officers, health workers, and many other public employees who grant access to government programs and provide services within them. (LIPSKY, 2010, p.3)

Lipsky (2010, p.3) define os burocratas, como servidores públicos que interagem diretamente com os cidadãos no cumprimento de suas tarefas e que tem grande discricção na execução de seu trabalho. Incluindo assim, professores, policiais, assistentes sociais, inspetores de saúde e demais servidores, agentes ou funcionários públicos que fazem cumprir leis e regulamentos.

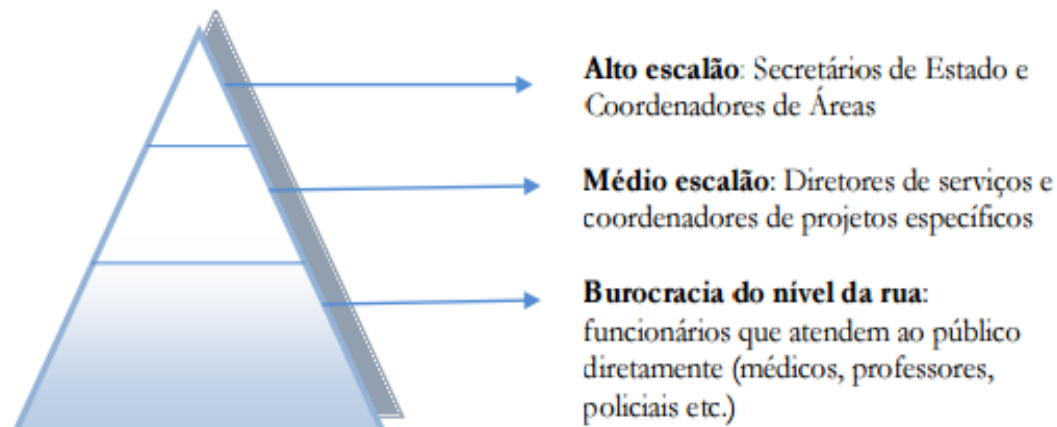
Segundo Lipsky, três premissas básicas definem o trabalho desses funcionários públicos alocados nas linhas de frente do Estado, os burocratas do nível de rua.

- 1- Eles trabalham, em um curso regular de rotina, em interação constante com os cidadãos;
- 2- Embora faça parte de uma estrutura burocrática, estes funcionários atuam com certa independência dessa estrutura. Um elemento dessa independência é o poder que lhe foi concebido em tomar decisões, ou seja, o poder discricionário inerente a sua função na organização;
- 3- O impacto potencial de suas decisões para os cidadãos com que lida é significativo. (LIPSKY, 2010, p. 4).

Araújo Filho (2013, p. 3) descreve que a burocracia do nível de rua está alocada num nível essencialmente problemático da burocracia, e explica essa afirmação justificando que esse fato ocorre porque esses burocratas são cobrados intensamente tanto da organização pela qual trabalham, por estarem no último nível de implementação das políticas e por isso carregam grandes responsabilidades sobre o sucesso dessas políticas, como também por outro lado, são pressionados pelos cidadãos cliente dessas políticas, por representam uma das principais interfaces do Estado para os cidadãos.

Para melhor exemplificar a questão dos burocratas ao nível de rua a figura abaixo, proposta por Oliveira e Abrucio, (2011, p.9) ilustra os níveis de hierarquia, identificando a posição dos burocratas no panorama governamental.

**Figura 1: Níveis de hierarquia dos burocratas ao nível de rua**



Fonte: Oliveira e Abrucio 2011

Araújo Filho (2013, p.3), complementa essa ideia mencionando que pelo viés organizacional, os burocratas do nível de rua estão no centro dos conflitos e cita três motivos principais:

- (1) primeiro por serem atores que, embora estejam localizados nos baixos estratos da cadeia hierárquica das organizações, têm alto grau de discricionariedade para a conformação da política, sendo assim, um fator de incerteza para seus gerentes e supervisores;
- (2) segundo porque representam proporcionalmente a maior parte dos investimentos financeiro de um governo para a implementação de uma política pública;
- (3) terceiro, porque, dentre todos os estratos burocráticos envolvidos em uma política pública, estes são os que a eficácia do trabalho está mais diretamente associada à eficácia da política como um todo, uma vez que estão nas pontas dos serviços e políticas. (Araújo Filho, 2013, p. 3).

Com o conhecimento desses motivos fica mais clara e evidente a situação conflituosa na qual se encontra o burocrata em nível de rua, pois o mesmo está inserido em um universo no qual suas ações são limitadas em decorrência do cargo que ocupa e ao mesmo tempo cotidianamente é pressionado, tanto pela instituição quanto pelos cidadãos, a tomar decisões que estão imersas em um grau enorme de discricionariedade.

Araújo Filho (2013, p. 5) traz para discussão o fato de que a discricionariedade dos burocratas nas linhas de frente do Estado está no poder determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios ou sanções planejadas por suas organizações estatais e esse fato ocorre porque a inúmeras demandas que não podem ser passíveis de serem programadas. O mencionado autor complementa que a discricionariedade está, por exemplo, no seu poder de agir seletivamente e criar critérios de prioridades sobre “quem” e “como” recebe os benefícios ou sanções do Poder Público, e essa atitude é essencial para a transformação desses objetivos institucionais em trabalho prático e diário.

(...) três fatores diferentes ligados às razões para que os burocratas do nível de rua exerçam discricionariedade:

- 1- Eles frequentemente trabalham em situações que não são passíveis de serem trabalhadas de forma programática;
- 2- Eles frequentemente trabalham em situações que os requer lidar com dimensões humanas, o que significa que devem lidar com elementos de grande incerteza, com grande possibilidade de efeitos não antecipáveis.
- 3- As burocracias do nível de rua normalmente são eficazes em fazer seus membros acreditarem em sua própria autoridade e, ao mesmo tempo, encoraja os cidadãos a crerem que estes burocratas possuem a chave para o seu bem-estar. LIPSKY, 2010, p. 5)

Com esses três fatores Lipsky demonstra o grau de responsabilidade no qual estão inseridos os burocratas, pois podem a todo o momento no desempenho de suas atribuições ser acometidos a tomar alguma atitude diante de um determinado problema, e na maioria das vezes esta decisão está envolvendo dimensões humanas e por vezes não se tem certeza qual serão seus efeitos.

Desta forma, o burocrata ao nível de rua esta constantemente suscetível a conflitos em decorrência de seu cotidiano de implementador das políticas públicas. Lipsky coloca inclusive o burocrata como sendo a chave para o bem estar dos cidadãos por serem efetivamente a face do estado para a sociedade.

### **3.5. Evolução da administração pública**

Antes de adentrar na Política de Assistência Estudantil vigente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, cabe contextualizar sobre a evolução da

Administração Pública e que direta ou indiretamente contribuíram para o surgimento da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Cabe esclarecer que no Brasil no que se refere à Administração Pública foram aplicados vários modelos, tais como: patrimonialista, burocrático e gerencialista também conhecido como a nova administração pública e segundo a colocação de Matias-Ferreira (2008, p. 110).

O Estado se apresenta concomitantemente como um sistema político e uma organização. Ele nasce com um sistema político absoluto, passa a ter um sistema político liberal ao longo do século XIX, e adota a democracia no século XX. Por sua vez, como organização, o Estado nasce como uma organização patrimonial, atravessa o século XIX e chega quase até o final do século XX como burocrático. No final do século XX, passa a ser uma organização gerencial. (MATIAS-FERREIRA, 2008, p. 110).

Não existe uma ruptura total de um modelo para o outro e o que acontece é a busca ao longo da história de aperfeiçoamento dos modelos anteriores com a intenção de sanar a deficiência existente no anterior. Matias-Ferreira (2008, p.111), defende que na trajetória histórica do Estado moderno ocorreram apenas duas reformas administrativas significativas: Reforma burocrática e Reforma da gestão pública.

O referido autor menciona tal fato defendendo a ideias que a Reforma burocrática trata-se do processo de transição do Estado patrimonial para o Estado burocrático weberiano e a Reforma da gestão pública equivale à transição do Estado burocrático para o Estado gerencial.

No que se refere à administração pública patrimonialista essa é típica de Estados absolutistas europeus que surgiu no século XVIII, e uma de suas características é que o Estado é a extensão do poder do administrador público e os seus servidores de acordo com Matias-Ferreira (2008, p.111) possuíam *status* de nobreza real e os cargos eram como recompensa gerando nepotismo. Com esses benefícios a prática da corrupção e conseqüentemente o controle dos órgãos públicos por parte dos soberanos era comum.

De um modo geral os governantes consideravam o Estado como seu e constantemente havia uma confusão entre o público e o privado e conseqüentemente era presente a corrupção e a prática do nepotismo dentre outros benefícios para os governantes. Matias-Ferreira (2008, p.111) relata que na vigência do Estado absoluto a administração podia ser patrimonial, visto que não havia nenhuma necessidade de os monarcas separarem o seu patrimônio do patrimônio público.

Matias-Ferreira (2008, p.111) coloca que no Estado liberal, com as conquistas políticas e sociais da população, a mudança se fez necessária. O modelo patrimonialista tornou-se ineficiente e inaceitável com o advento da Revolução Francesa, pois naquele período os ideais democráticos passaram a exigir uma administração pública profissionalizada e que atendesse aos princípios constitucionais recém-proclamados tais como: isonomia, moralidade, publicidade.

Nesse período da história onde o capitalismo industrial e as democracias foram surgindo, tornou-se primordial que ocorresse uma separação entre o Estado e o mercado, pois a democracia somente poderia existir com a separação entre sociedade e Estado. Dessa forma, com a necessidade de desenvolver uma administração que separasse o público do privado aflorou o modelo burocrático. Secchi (2009, p. 250) afirma que o modelo burocrático weberiano é um modelo organizacional que desfrutou notável disseminação nas administrações públicas durante o século XX em todo o mundo, mas afirma que no século XV já era bastante difundido sendo utilizados pela igreja e organizações militares.

Certamente o maior referencial teórico que há sobre burocracia nas ciências humanas é Max Weber. Seus textos foram base para uma compreensão sociológica do fenômeno burocrático, Weber ainda é a principal referência clássica para qualquer estudo sobre o tema. Para este autor a burocracia é um fenômeno inerente ao surgimento do Estado, e tendo ela atingido seu ponto máximo de racionalidade na Modernidade. A burocracia caracterizada por Weber é altamente funcional, uma vez que opera por uma organização interna altamente racional e pautada em regras racionais-legais, onde predominam a hierarquia, a disciplina e a especialização. (ARAÚJO FILHO, 2013.p. 5)

Esse modelo por sua vez cresceu com a proposta de reprimir a corrupção e o nepotismo, que eram características fortes do modelo patrimonialista, trazendo no jargão princípios tais como: impessoalidade, hierarquia funcional, carreira pública e a profissionalização do servidor.

Matias-Ferreira (2008, p.111), descreve que o modelo burocrático era necessário, pois naquele momento da história precisava de controle rígido dos processos e também no ingresso à carreira pública, com regras na admissão, controle nas compras, visando evitar abusos, ineficiência e incapacidade.

Araújo Filho (2013, p.5) traz que a burocracia, como descreveu Weber, pensada como o modelo ideal de funcionalidade para o contexto do Estado moderno, era associada a duas características fundamentais para que se compreenda sua manutenção e legitimidade: a impessoalidade e a universalidade. Araújo Filho (2013, p. 5) diz ainda que tal como se situa a burocracia ideal de Weber, não é possível existir brechas para o exercício de poder discricionário entre os burocratas.

Vale acrescentar que esse modelo está bem representado na Constituição Federal de 1988, bem como em todo o sistema do direito administrativo brasileiro. No entanto, com o passar do tempo o modelo burocrático que se baseava no formalismo e na presença constante de normas e rígidos procedimentos revelou-se um modelo moroso, caro e que não atendia a sociedade com a agilidade necessária. Matias-Ferreira (2008, p.111) afirma que o modelo burocrático tornou-se inadequado aos interesses da população, visto que suas regras passaram a se sobrepor aos interesses da sociedade.

No novo cenário que o mundo apresentou no século XX, o Estado pressionado com os novos anseios da sociedade vestiu-se de uma nova roupagem com o surgimento do Estado Social voltado para proporcionar à população dentre outras coisas o acesso à educação e a moradia. Com toda essa reviravolta ocorrendo no Estado os pensamentos neoliberalistas

ganharam força, em especial com a queda do muro de Berlim, e, como decorrência dessas mudanças que afetaram o estado, a administração pública evoluiu para o modelo gerencial.

Matias-Ferreira (2008, p.112), diz que com o aumento das pressões e a incapacidade do modelo burocrático de atender a sociedade de maneira satisfatória coloca em xeque o modelo, portanto, deu-se o início o processo de transformação, com a introdução da Reforma da gestão pública, que busca transformar o modelo burocrático em Estado gerencial.

Tendo em vista as necessidades e exigência da população como também as incertezas quanto à legitimidade do modelo burocrático em detrimento as demandas do povo a administração pública gerencial e o governo empreendedor se mostraram como uma saída para preencher as lacunas deixadas pelo modelo anterior. Dessa forma, o novo modelo tinha como foco a qualidade dos serviços, a redução de custos, accountability e o desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações sendo orientadas para resultados e aumento da governança do Estado. Esse foco se resumia em gerenciar as organizações com efetividade e eficiência.

A administração pública gerencial ou nova gestão pública (new public management) é um modelo normativo pós-burocrático para a estruturação e a gestão da administração pública baseado em valores de eficiência, eficácia e competitividade. (SECCHI 2009, p.354)

Com o modelo gerencial os cidadãos passaram a fazer parte do estado, nos dias atuais esse modelo vem se consolidando em virtude das mudanças ocorridas nas estruturas organizacionais, como por exemplo, a descentralização dos serviços públicos, a criação de agências reguladoras e a constante busca pela padronização dos processos visando à otimização de recursos e de tempo.

Hood (1995) coloca em seu texto que a administração pública gerencial avançou nas discussões e enumerou um conjunto de prescrições operativas do modelo, tais como: competição entre organizações públicas e entre organizações públicas e privadas, utilização de

práticas provenientes da administração privada, administradores empreendedores com autonomia para decidir, avaliação de desempenho entre outras.

No que se refere ao modelo do governo empreendedor esse por sua vez segundo Secchi, (2009, p. 356) foi utilizada originalmente nos Estados Unidos e que visando uma visão prescritiva Osborne e Gaebler elaborou uma lista contendo dez mandamentos para transformar uma administração pública burocrática em uma organização pública racional e eficaz.

(1) Catalytic Government: Steering rather than Rowing, (2) Community-Owned Government: Empowering rather than Serving, (3) Competitive Government: Injecting Competition into Service Delivery, (4) Mission-Driven Government: Transforming Rule-driven Organizations, (5) Results-oriented Government: Funding Outcomes, Not Inputs (6) Customer-driven Government: Meeting the Needs of the Customer, Not the Bureaucracy, (7) Enterprising Government: Earning rather than Spending, (8) Anticipatory Government: Prevention rather than Cure (9) Decentralized Government: From Hierarchy to Participation and Teamwork, and (10) Market-oriented Government: Leveraging Change through the Market. (OSBORNE E GAEBLER, 1992)

Secchi (2009, p. 256) coloca que se observados atentamente, uns mandamentos se sobrepõem a outros, como por exemplo, nos casos dos mandamentos de governo de resultados e governo orientado por missões. Apesar disso, a teoria defendida por Osborne e Gaebler mostra coerência em valores primários de racionalidade, eficácia e liberdade de escolha.

No tocante a governança trata-se de uma combinação de boas práticas que servem de requisito para conseguir recursos econômicos e apoio técnico nos acordos internacionais assim como descreve Secchi.

Teorias do desenvolvimento tratam a governança como um conjunto adequado de práticas democráticas e de gestão que ajudam os países a melhorar suas condições de desenvolvimento econômico e social. “Boa governança” é, portanto, a combinação de boas práticas de gestão pública. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial exigem “boa governança” como requisito para países em via de desenvolvimento receberem recursos econômicos e apoio técnico. (SECCHI, 2009, p.358)

Com o intuito de alcançar uma melhor visualização sobre os modelos organizacionais o quadro 4 demonstra de forma sintetizada as características de cada modelo.



#### Quadro 4: Características básicas dos modelos organizacionais

Características	Burocracia	Administração Pública Gerencial e Governo Empreendedor	Governança pública
Função sistêmica	Homeostase	Homeostase	Homeostase
Relação sistêmica com o ambiente	Fechado	Aberto	Aberto
Distinção entre política e administração	Separados	Trabalhando juntos sob comando político	Distinção superada
Funções administrativas	Controle e organização	Controle e planejamento	Controle e coordenação
Discrecionabilidade administrativa	Baixa	Alta	n.a
Cidadão	Usuário	Cliente	Parceiro

Fonte: Secchi , 2009, p.364

Convém destacar que o modelo de Administração Pública Gerencial também é conhecido como a Nova Gestão Pública e que não existe uma ruptura de um modelo para o outro e sim a busca de aperfeiçoamento dos modelos anteriores com a intenção de sanar a deficiência existe no anterior.

## **4. PERCURSO METODOLÓGICO**

Este capítulo apresenta os aspectos metodológicos desenvolvidos para se alcançar os objetivos almejados nesta pesquisa. Está dividido em cinco seções. Primeiramente optou-se por fazer uma breve contextualização sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília que corresponde ao lócus da pesquisa. Na segunda seção abordou-se o tipo de pesquisa; a terceira seção mencionou sobre a classificação da pesquisa; a quarta seção relatou sobre a técnica de coleta de dados e na quinta seção abordou-se sobre a técnica de análise de dados. Ao fim deste capítulo apresenta-se o modelo de análise da pesquisa que permitirá ao leitor, visualizar as escolhas metodológicas e os pontos centrais sintetizados tratados no decorrer deste capítulo.

### **4.1. Lócus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**

A educação profissionalizante no Brasil iniciou-se em 1809 com a criação do Colégio das Fábricas, também chamado de Casa do Antigo Guindaste, por meio de um Decreto de 23 de março desse mesmo ano.

A primeira notícia de um esforço governamental em direção à profissionalização data de 1809, quando um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o “Colégio das Fábricas”, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

Em 1909 o então presidente Nilo Peçanha instituiu por meio do Decreto 7.566/1909 as escolas de Aprendizes Artífices destinadas a formar operários e contra-mestres. E por meio do Decreto nº 8.319/1910 foi criado o ensino agrônômico no Brasil sob a supervisão do Ministério da Agricultura.

Essas escolas desempenharam importante papel na história da educação profissional brasileira, ao se tornarem os embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte. (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

Conforme elencado no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional - 2009 a 2013) em decorrência do nascimento das escolas agrícolas em fevereiro de 1959 por meio da Lei nº 3.552/1959 e Exposição de Motivos nº 95/1959 teve início a história da Escola técnica

de Brasília, sendo inaugurada em 21 de abril de 1962, na Região Administrativa de Planaltina-DF, a Escola Agrotécnica de Brasília.

A história da Escola Técnica de Brasília começa em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e Exposição de Motivos nº 95 – DOU de 19/02/59) e inaugurado em 21 de abril de 1962, com a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com o objetivo de ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola. (Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2009 a 2013).

Com a edição do Decreto nº 82.711, de 23 de novembro de 1978, o Governo Federal transferiu a instituição de ensino, nesta época com a nomenclatura de Colégio Agrícola de Brasília, juntamente com todos os seus bens, instalações e equipamentos ao Distrito Federal, sob a administração da Fundação Educacional.

Após longo percurso histórico, no ano de 2008, por meio da Lei nº 11.892 foi Instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nessa mesma Lei, dentre outras, é realizada a transformação da Escola Técnica de Brasília em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB.

O Instituto Federal de Brasília é uma instituição pública que oferece Educação Profissional gratuita, na forma de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, articulados a projetos de pesquisa e extensão. A estrutura multicampi do IFB faculta à instituição fixar-se em vários eixos tecnológicos, diversificando seu atendimento, de conformidade com a vocação econômica das regiões administrativas do Distrito Federal.(sitio IFB)

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Por tratar-se de uma instituição de ensino o IFB também está subordinado à Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que rege sobre as Diretrizes e Bases da Educação

Desta forma, cabe ressaltar que o desenvolvimento do estudo foi realizado nos *campi* do Instituto Federal de Brasília – IFB que possuem curso de nível superior (licenciatura ou

tecnólogo) e técnico. O campo de estudo trata-se de uma instituição de ensino que pertence a Rede Federal de ensino técnico e superior no Brasil.

Atualmente o IFB é composto pela Reitoria e dez *Campi* estrategicamente distribuídos pelas Regiões Administrativas do Distrito Federal: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro.

**Figura 2: Distribuição dos *Campi* do Instituto Federal de Brasília**



Fonte: IFB, Manual do Estudante, 2015

O quadro 5 traz informações sobre as Portarias que criaram os *campi*, bem como o ano em que todos os *campi* foram criados.

**Quadro 5: Atos autorizativos**

<b>Campi</b>	<b>Portaria MEC</b>	<b>DOU N°</b>
Brasília	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU N° 182, de 22/09/2010
Ceilândia	Portaria nº 993, de 07/10/2013	DOU N° 195, de 08/10/2013
Estrutural	Portaria nº 993, de 07/10/2013	DOU N° 195, de 08/10/2013
Gama	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU N° 182, de 22/09/2010
Planaltina	Portaria nº 365, de 14/03/2008	DOU N° 053, de 18/03/2008
Riacho Fundo	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU N° 078, de 24/04/2013
Samambaia	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU N° 182, de 22/09/2010
São Sebastião	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU N° 078, de 24/04/2013
Taguatinga	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU N° 182, de 22/09/2010
Taguatinga Centro	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU N° 078, de 24/04/2013

Fonte: IFB(a) 2016

No quadro 6 encontram-se listados os Eixos tecnológicos de todos os *Campi* e alguns cursos que estão em andamento.

#### Quadro 6: Apresentação dos *Campi* do Instituto Federal de Brasília

<i>Campi</i>	Eixo tecnológico	Curso superior
Planaltina	- Recursos naturais - Produção alimentícia	- Tecnólogo em Agroecologia - Licenciatura em Biologia
Brasília	- Gestão e Negócios - Informação e comunicação - Turismo hospitalidade e Lazer - Produção cultural e design.	- Licenciatura em Dança - Tecnologia em Gestão Pública
Taguatinga	- Produção industrial - Controle e processos industriais - Informação e comunicação	- Bacharelado em Ciência da Computação - Licenciatura em Computação
Samambaia	- Produção industrial - Infraestrutura - Ambiente e saúde	- Licenciatura em Educação Profissional Tecnológica
Gama	- Recursos naturais - Controle processos industriais - Gestão e negócios	- Licenciatura em Química - Tecnólogo em Logística
Taguatinga centro	- Gestão em negócios	- Licenciatura em Letras – Língua Espanhola
Riacho Fundo	- Turismo, Hospitalidade e Lazer - Produção alimentícia	- Licenciatura em Letras - Língua Inglesa.
São Sebastião	- Desenvolvimento educacional e social - Gestão e Negócios	- Licenciamento em Letras Língua Portuguesa
Estrutural	- Gestão e Negócios - Informação e Comunicação - Controle e Processos Industriais.	-
Ceilândia	- Ambiente e saúde	-

Fonte: IFB(b) 2016

O Instituto encontra-se em expansão e vários cursos já foram aprovados e outros encontram-se em processo de aprovação, conforme pode ser verificado no quadro 7.

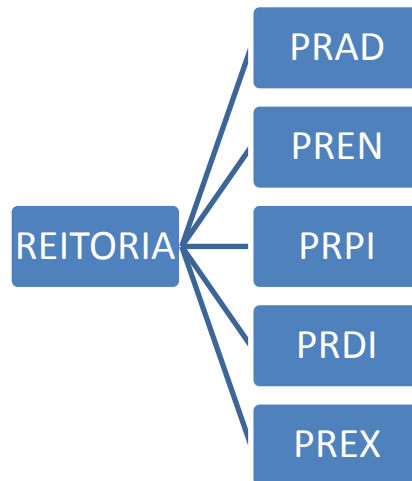
#### Quadro 7: Relação de cursos aprovados

<b>CAMPI</b>	<b>CURSO SUPERIOR</b>	<b>RESOLUÇÃO</b>
Planaltina	Agroecologia	14/2009
Brasília	Dança	05/2010
Brasília	2ª Licenciatura em dança	25/2012
Gama	Química	1/2012
Brasília	Gestão Pública	20/2012
São Sebastião	Letras Português	33/2012
Taguatinga Centro	Letras Espanhol	38/2012
Taguatinga	ABI	21 e 22/2013
Planaltina	Biologia	25/2013
Riacho Fundo	Inglês	26/2013
Gama	Tecnólogo em logística	27/2014

Fonte: IFB(b) 2016

A Reitoria conforme organograma é composta por cinco Pró-Reitorias que atuam em suas respectivas áreas: de Ensino - PREN, de Pesquisa e Inovação - PRPI, de Extensão - PREX, de Administração - PRAD e de Desenvolvimento Institucional - PRDI, segundo demonstração contida na Figura 3.

**Figura 3: Organização da Reitoria do IFB**



Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

O IFB é regido por um Estatuto, que foi aprovado em 17 de agosto de 2009. O Conselho Superior é o órgão máximo de decisões no Instituto e é o responsável por aprovar as Resoluções que tratam da administração da Instituição englobando a estrutura administrativa dos *campi* e a abertura de novos cursos.

As políticas de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas no IFB tem por finalidade alcançar a sua missão, observando a ampliação de oferta de cursos, investimentos na formação dos servidores e na estruturação dos espaços educativos conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

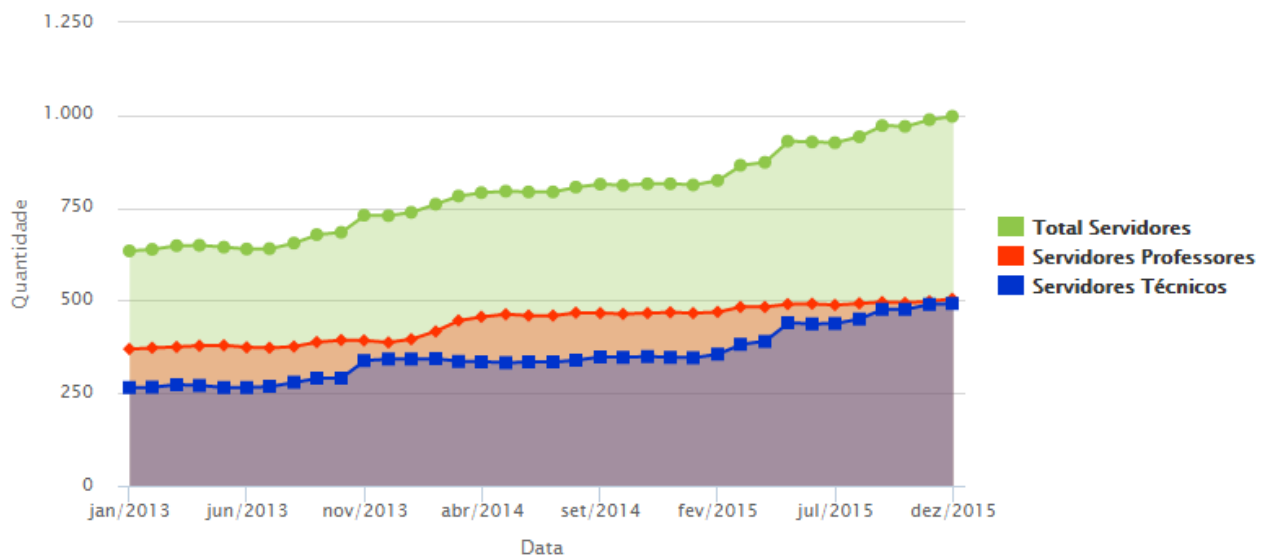
Missão Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018-IFB

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional o IFB possui como visão até 2018 consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade.

A implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto além de ser uma prerrogativa legal também corrobora com a visão da Instituição que quer ser consolidada no Distrito Federal como uma instituição inclusiva e emancipatória.

Nesse patamar para o desenvolvimento de sua missão tendo como base sua visão o IFB conta com a colaboração de 997 (novecentos e noventa e sete) servidores, sendo 492 técnicos e 505 professores, estes dados foram coletados no site do IFB em março de 2016, conforme Figura 4 que evidencia a evolução do número de servidores do IFB ao longo dos anos.

**Figura 4: Evolução do número de servidores do IFB**



Fonte: IFB em números

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional o IFB estabelece como valores: ética; educação como bem público, gratuito e de qualidade; formação crítica emancipatória e cidadã; gestão democrática (transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração); respeito à diversidade e à dignidade humana; promoção da inclusão; inovação; e por fim sustentabilidade econômica e socioambiental.

## 4.2. Tipo de pesquisa

A presente pesquisa é um estudo de caso com pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva.

Para Flick, (2009, p. 20) a pesquisa qualitativa é relevante no estudo das relações sociais por conta da pluralização das esferas de vida, e complementa a ideia afirmando que as teorias são desenvolvidas a partir de estudos empíricos e que o conhecimento e a prática são estudados enquanto conhecimento e prática locais. Desta forma, tendo em vista que a abordagem qualitativa é um método indutivo o presente estudo encaixou-se nessa abordagem pelas suas características no tocante atender aos seus objetivos que tratam de traçar uma trajetória de implementação de uma política. Segundo Flick, (2009, p. 25) a pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o estudo de caso exploratório de natureza qualitativa, conforme propôs Yin (2001, p. 21), que relata que o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Desta forma, coube a este trabalho realizar um estudo com o intuito de analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, tendo em vista que a referida política tem como um de seus objetivos minimizar as desigualdades sociais dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de contribuir com a permanência na escola bem como a conclusão do curso.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p. 19).

De acordo com Yin (2001, p. 51) a base de conhecimento, para o estudo de caso exploratório, não se presta ao desenvolvimento de boas proposições teóricas, e é provável que



qualquer novo estudo empírico caracterize-se como sendo um estudo exploratório. Desta forma o método utilizado nessa pesquisa foi o estudo de caso exploratório, pois objetiva analisar a trajetória da implantação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e até o presente momento não há registros na literatura sobre a problemática proposta. Tal como afirma Vergara (1998, p.45), a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Segundo Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Gil (2010, p. 37) descreve ainda que o estudo de caso consiste em um estudo exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

De acordo com Gil (2010, p. 38) os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam. De acordo com Yin (2001, p. 27) o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. Desta forma, cabe a essa pesquisa realizar um estudo de caso com o intuito de analisar a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil, que está em implantação no IFB com o objetivo de estudar sua trajetória.

Para Yin (2001, p. 27) o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações. Desta forma, por se tratar da análise de implementação de uma Política no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, foram utilizados documentos institucionais, Resoluções dos Órgãos Colegiados bem como materiais disponíveis, inclusive

na Internet para dessa forma poder caracterizar o Instituto e as ações desenvolvidas em relação à Política de Assistência Estudantil e para melhor compreender as ações referentes à implementação utilizou-se a técnica de entrevista estruturada.

Tendo em vista que a presente pesquisa trata-se de analisar a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília em toda a sua extensão de acordo com Hair (2005, p.31) pesquisas desenvolvidas em administração poderá vir a contribuir para subsidiar a tomada de decisões no âmbito das organizações.

A pesquisa em administração procura prever e explicar todos os fenômenos que, tomados em conjunto, compreende o ambiente administrativo sempre em mutação. Assim, a pesquisa em administração é uma função de busca da verdade que reúne, analisa, interpreta e relata informações de modo que as decisões administrativas se tornem mais eficazes. (HAIR Jr et al, 2005, p.31).

Desta forma, tendo em vista a problemática, bem como os objetivos dessa pesquisa, essa por sua vez poderá contribuir positivamente com os implementadores da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

#### **4.3. Classificação da Pesquisa**

Quanto à classificação dessa pesquisa, trata-se de caráter descritiva, pois retrata a realidade dos fatos sem o intuito de alterá-los e segundo Yin (2010, p. 134) uma abordagem descritiva pode ajudar a identificar as ligações causais apropriadas a serem analisadas em um estudo de caso e de acordo com Hair Jr, et al (2005, p. 80) o processo de pesquisa em administração busca descrever as realidades de ações e interações administrativas de um modo verdadeiro.

Vergara, (1998, p. 45) relata ainda que a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Contudo, o estudo descreve a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília com a prerrogativa de mencionar os

acontecimentos e não modificá-los, primando pela veracidade dos fatos de acordo com os resultados obtidos.

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produto de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. (TRIVIÑOS, 1987, p.128)

Trata-se ainda de pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em material já elaborado, pois seu referencial está sendo embasado em livros, sítios governamentais e legislações correlatas ao assunto e ainda é uma pesquisa documental por ser necessária a análise de documentos disponibilizados pela Instituição para a concretização do estudo.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária. (VERGARA, 1998, p. 46)

#### **4.4. Técnica de coleta dos dados**

Segundo Marconi; Lakatos (2003 p. 174), técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.

A fim de obter o levantamento detalhado e o panorama da Política de Assistência Estudantil, os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevista estruturada.

Dessa forma, nos itens referente: à compreensão e abrangência do PNAES e ao Programa de Assistência Estudantil do IFB foi utilizada a análise documental, a partir do exame de diferentes documentos tais como a Constituição Federal, Leis, Decretos, Resoluções internas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Portarias e Editais de seleção de discentes ao programa de assistência estudantil.

De acordo com Gil (2010, p. 121) a consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso. Gil (2010, p. 122) também aponta as principais fontes documentais que podem interessar aos pesquisadores como sendo: documentos pessoais, documentos administrativos, material publicados em jornais e revistas, publicações de organizações, documentos disponibilizados na internet. Pois para Yin as informações contidas nos documentos serão de extrema importância para aferir os dados coletados nas entrevistas.

Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de se verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista. Segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental contradizer algum dado prévio, ao invés de corroborá-lo, o pesquisador do estudo de caso possui razões claras e específicas para pesquisar o tópico de estudo com mais profundidade. Terceiro, é possível se fazer inferências a partir de documentos. (Yin, 2001, p.109)

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário coletar informações em sítios governamentais tais como: Ministério da Educação - MEC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Também foi necessário conhecer as legislações correlatas ao assunto como, por exemplo, a Portaria nº 39/2007 e o Decreto nº 7.234/2010 que criou o PNAES e, no que se refere à pesquisa documental, é de suma importância para o desenvolvimento desse estudo.

Foram utilizados ainda, documentos internos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília tais como: o Estatuto do IFB, as Resoluções do Conselho que tratam da criação dos cursos de nível superior e da Política de Assistência Estudantil e as Portarias de criação dos *campi*.

Essa técnica foi aplicada a fim de complementar a análise de conteúdo, principalmente quanto à obtenção dos dados necessários para compreender a implementação da política de assistência estudantil no IFB. Para tanto, foi necessário consultar mais de 40 documentos, estando entre eles conforma Quadro 8:

**Quadro 8: Normativos**

<b>NORMATIVOS</b>	
Constituição Federal	1934, 1937, 1946, 1967 e 1988
Leis	6.545/78, 11.892/2008, 4.024/61, 5.540/68, 1.044/69 e 6.202/75
Decretos-Lei	4.244/42, 4.073/42, 6.141/43, 9.613/46, 8.530/46 e 1.044/69
Decretos	7.234/2010, 715/69, 19.890/31, 21.241/32 e 20.158/31, 2.208/97, 5.773/2006 e 6.302/2010
Resoluções	14/2009, 05/2010, 25/2012, 01/2012, 20/2012, 33/2012, 38/2012, 21/2013, 22/2013, 25/2013, 26/2013, 27/2014 e 35/2012
Portarias	39/2007, 04/2009, 330/2013, 993/2013 e 05/2014
Nota técnica	Nota técnica PREN/IFB 1/2016

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2015

Os documentos foram lidos em papel impresso ou no microcomputador por se tratarem de arquivos disponibilizados na internet. Para melhor compreensão foi feita uma triagem dos trechos relevantes à problemática da pesquisa e reservados para utilização futura, pois de acordo com Bardin (2010, p. 45) a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência.

A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro). (BARDIN, 2010, p. 46)

Levando em consideração o que foi defendido por Marconi e Lakatos (2003) e Yin(2010), nesta pesquisa foram utilizados os dados coletados, por meio de entrevista estruturada, junto aos Assistentes Sociais que tratam diretamente da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Desta forma, foram entrevistados 14 indivíduos pertencentes ao quadro funcional do Instituto, que ocupam o cargo de Assistente Social.

De acordo com Hair Jr, et al (2005, p 163) cada entrevistado recebeu a oportunidade idêntica para responder as perguntas da entrevista estruturada e nesta pesquisa as entrevistas foram realizadas utilizando como ferramenta de encaminhamento do roteiro a mensagem eletrônica (Email), o roteiro foi encaminhado no primeiro trimestre de 2016 aos 14 Assistentes Sociais que corresponde a totalidade de Assistentes Sociais no Instituto, sendo obtidas 13 respostas. Juntamente ao roteiro de entrevista foi encaminhado aos entrevistados o Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido, com o intuito de esclarecer ao entrevistado os quesitos sobre a pesquisa ao passo que pedia autorização para utilização de suas respostas para fins acadêmicos. As respostas foram codificadas conforme Quadro 9.

#### **Quadro 9: Codificação dos entrevistados**

<b>Entrevistado</b>	<b>Código</b>
Entrevistado 1	E1
Entrevistado 2	E2
Entrevistado 3	E3
Entrevistado 4	E4
Entrevistado 5	E5
Entrevistado 6	E6
Entrevistado 7	E7
Entrevistado 8	E8
Entrevistado 9	E9
Entrevistado 10	E10
Entrevistado 11	E11
Entrevistado 12	E12
Entrevistado 13	E13
Entrevistado 14	-

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

A seleção dos assistentes Sociais buscou tão somente priorizar as contribuições que eles pudessem trazer à pesquisa, resgatando fatos em relação à trajetória da Política de acordo com suas experiências na Instituição e na área de investigação. A seleção destes indivíduos também buscou priorizar as contribuições desses na implementação da Política de Assistência Estudantil, por estarem diretamente ligados ao seu desenvolvimento.

O objetivo das entrevistas foi conhecer sobre a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Brasília, por meio daqueles que são os seus implementadores, ou como diz a literatura especializada “burocratas ao nível de rua”. Lipsky (2010, p. 3) define os burocratas ao nível de rua, como servidores públicos que interagem diretamente com os cidadãos no cumprimento de suas tarefas e que tem grande discricão na execução de seu trabalho.

Tendo em vista o objetivo das entrevistas no que concerne a trajetória de implementação da Política de Assistência seguimos o conceito de Triviños (1987, p.137), que diz que a entrevista estruturada pode ser o meio que precisamos para obter as certezas que permitem avançar em nossas investigações, pois de acordo com Yin (2010, p. 108) a entrevista é uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso.

Os tipos de pergunta foram desenvolvidos conforme sugere Triviños (1987, p.150) seguindo uma linha teórica dando ênfase destinada a atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais que estão sendo estudados, que neste caso específico trata-se da política de assistência estudantil.

O objetivo da entrevista foi conhecer por meio dos assistentes sociais a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, as principais ações ocorridas e verificar como ocorre o financiamento da mencionada política.

Os dados necessários para análise da trajetória da política no âmbito do IFB e a evolução orçamentária da política foram obtidos utilizando a técnica da entrevista estruturada, sendo realizada junto aos Assistentes Sociais nos *Campi* e na Reitoria. A escolha dessa técnica se deu pela descrição da técnica elaborada por Quivy e Campenhoudt.

Os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, permitem retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998, p.22)

Como este estudo analisa a trajetória de implementação da política de assistência estudantil no IFB a escolha da técnica de entrevista segundo Quivy e Campenhoudt permitiu que os entrevistados pudessem reconstruir o processo de implementação, relatando suas experiências e interpretando situações conflituosas.

A análise do sentido que os actores dão as suas práticas e aos acontecimentos com que se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações em situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc. A análise de um problema específico: os dados do problema, os pontos de vista, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc. A reconstituição de um processo de acção, de experiências ou acontecimentos do passado. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998, p.22)

Com base nessas indagações para efeito dessa pesquisa para melhor entender e visualizar o que estava sendo construído no quesito entrevista criou-se o Quadro 10 com o intuito de reunir os elementos que circundavam a problemática no momento em que se pensou nas questões que seriam elaboradas.

#### **Quadro 10: Constructos do Roteiro de Entrevista**

<b>Objetivos específicos:</b>	
- Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
- Descrever o Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
- Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS AUTORES</b>
Tendo em vista o Decreto nº 7.234/2010 criou-se a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília por meio da - Resolução 26/2011-IFB que foi atualizada pela Resolução nº 14/2014/CS-IFB. A implementação da Política de Assistência Estudantil no IFB proporciona a comunicação da missão e visão da Instituição de forma eficiente; pois a Política corrobora na construção de uma escola que visa consolidar uma educação inclusiva e de qualidade afirmando sua função social.	- Portaria nº 39/2007 - Decreto nº 7.234/2010 - Lei nº 11.892/2008 - Resolução 26/2011-IFB - Resolução nº 14/2014/CS-IFB - Secchi, 2013 - Thomas Dye, 1972 - Howlett e Ramesh, 1995 - Lotta, 2010 - Najberg e Barbosa, 2006 - Oliveira, 2014 - Denhart, 2012 - Lipsky, 1980 - Lipsky, 2010 - Filho, 2013 - Oliveira e Abrucio, 2011 - Matias-Ferreira, 2008
<b>Perguntas do Roteiro</b>	
09 - Como tem sido a implementação da política de assistência estudantil no do IFB?	
10 - Caracterize a trajetória da implementação.	
<b>Objetivo específico</b>	
- Descrever a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no	



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AUTORES
A Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, bem como em todas as Instituições de ensino superior é financiada por meio de ação orçamentária específica acompanhada e monitorada pelo Ministério da Educação – MEC.	- Giacomoni, 2010 - Angélico, 1995 - Machado Jr., 1962
<b>Perguntas do Roteiro</b> 06 - O recurso orçamentário é suficiente para custear a Política de Assistência Estudantil no IFB?	
<b>Objetivos específicos</b> - Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados por Campi. - Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AUTORES
A Política de Assistência Estudantil vigente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foi regulamentada por meio da Resolução nº14/2014, essa por sua vez distribui as ações da política em três grupos distintos, porém complementares. No âmbito da Instituição procura-se implementar os programas com o intuito de construir uma escola voltada para o acolhimento e inclusão social, tal como afirma em sua missão e visão institucional.	- Resolução nº 14/2014/CS-IFB - Decreto nº 7.234/2010 - Denhart, 2012 - Lipsky, 1980 - Lipsky, 2010 - Filho, 2013 - Oliveira e Abrucio, 2011.
<b>Perguntas do Roteiro</b> 04 - Identificação dos <i>Campi</i> 05 - Programas 07 - Quais as dificuldades encontradas na implementação da Política de Assistência Estudantil? 08 - Caracterize a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil. 09 - Como tem sido a implementação da política de assistência estudantil no Campus?	

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

De acordo com Hair Jr, et al (2005, p 163) na entrevista estruturada o entrevistador utiliza uma sequência de perguntas predeterminadas, devendo sempre usar a mesma sequência e conduzir a entrevista do mesmo modo para evitar tendenciosidade. Foi com base nessas constatações que foi elaborado o roteiro de entrevista descrito no Quadro 11:

### Quadro 11: Roteiro de entrevista

1- Quanto ao gênero
( ) Masculino ( ) Feminino
2 - Qual a idade? _____ anos
3 - Quanto tempo trabalha com a Assistência Estudantil no IFB?
( ) menos de um ano
( ) um anos
( ) dois anos
( ) três anos
( ) quatro anos
( ) mais de quatro anos

4 - Marque o local de trabalho

- Reitoria
- Campus Gama
- Campus Estrutural
- Campus Ceilândia
- Campus Riacho Fundo
- Campus Taguatinga
- Campus Taguatinga Centro
- Campus São Sebastião
- Campus Planaltina
- Campus Samambaia
- Campus Brasília

5 - Quais programas estão sendo executados no Campus?

- Programas Universais:

- Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
- Programa de Promoção da Saúde
- Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente

- Programas de Promoção a Permanência:

- Programa Auxílio Permanência
- Programa Apoio ao Proeja
- Programa Auxílio Moradia
- Programa de Residência Estudantil
- Programa Auxílio Criança
- Programa Apoio ao Integrado

- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico

- Programa Monitoria
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

06 - O recurso orçamentário é suficiente para custear a Política de Assistência Estudantil no IFB?

07 - Quais as dificuldades encontradas na implementação da Política de Assistência Estudantil?

08 - Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação da política de Assistência Estudantil.

09 - Como tem sido a implementação da política de assistência estudantil neste Campus do IFB?

10 - Caracterize a trajetória da implementação.

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

As questões da entrevista 1, 2, 3 foram elaboradas com o intuito de uma breve identificação do agente implementador da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e as demais questões foram elaboradas com o intuito de responder aos objetivos específicos conforme correlação exposta no Quadro 12.

Assim, nos quesitos referentes: à compreensão e abrangência do PNAES, e ao programa de assistência estudantil do IFB foi utilizada a análise documental e no que se

referia a identificar os programas pertencentes à Política de Assistência que estão sendo desenvolvidos nos *Campi* e quais as dificuldades para a implementação foi realizado entrevista.

### Quadro 12: Correspondência entre objetivos e entrevista

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Tipo de coleta
Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Documental
Descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Análise documental e perguntas da entrevista 09 e 10
Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
Descrever a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Análise documental e pergunta da entrevista 06
Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados por <i>Campi</i> .	Perguntas da entrevista 04 e 05
Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Perguntas da entrevista 07, 08 e 09

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

#### 4.5. Técnica de análise dos dados

Os dados obtidos por meio das entrevistas estruturadas e das leis, decretos, resoluções e demais documentos de registros foram tratados utilizando a técnica de análise de conteúdo e análise documental.

Quivy e Campenhoudt(1998, p. 22) diz que uma análise sistemática deve corresponder às exigências de explicação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos. Na percepção de Bardin a análise de conteúdo aparece como técnica de análise das comunicações.

a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (BARDIN, 1977, p. 38)

Vergara, (1998, p. 14) corrobora com Bardin quando diz que a análise de conteúdo refere-se ao estudo de textos e documentos, é uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados quanto aos significantes da mensagem. Bardin (1977, p. 34) coloca também que a análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, embora possa ser também uma análise dos significantes.

Uma pesquisa tem que apresentar não somente a exposição e explicação do material coletado, mas também, e principalmente, análise e interpretação dos dados.

Gil (2010, p. 122) coloca que ao contrário de outros delineamentos já considerados, a análise e interpretação é um processo que nos estudos de caso se dá simultaneamente à sua coleta. Desta forma, pode-se dizer que a análise dos dados nesta pesquisa teve seu início marcado a partir da primeira leitura dos documentos. Assim seguiu-se de forma sequencial com a codificação dos dados, estabelecimento de categorias analíticas, exibição dos dados, busca de significados e da credibilidade.

Foi desenvolvida pré-análise dos dados buscando-se sistematizar as ideias inicialmente apresentadas no referencial teórico com o intuito de verificar o alcance dos objetivos geral e específicos desta pesquisa.

De acordo com Henning e Fossa (2013, p. 3), a etapa de pré-análise é composta de fases conforme descritas a seguir: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos, elaboração de indicadores.

No que se refere à leitura flutuante, para realização dessa pesquisa foi feito uma primeira leitura geral nas Leis, Decretos, Resoluções, Constituição Federal, e outros paralelamente ao material extraído das entrevistas.

No tocante a escolha dos documentos, após a leitura preliminar de todo o material, foram selecionados os que efetivamente contribuía com o que se pretendia desenvolver de conformidade com o que estava previsto nos objetivos, tal como afirma Bardin.

Estando o universo demarcado (o género de documentos sobre os quais se pode efectuar a análise) é muitas vezes necessário proceder-se à *constituição de um corpus*. O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, selecções e regras. Eis as principais regras: exatidão (...), representatividade (...), homogeneidade (...) e pertinência (...). (BARDIN, 1977, p. 96 a 99)

Destaca-se que nesta fase de pré-análise, foram observadas as regras de exatidão, procurando não deixar de fora qualquer um de seus elementos, também se primou pela representatividade, haja vista a quantidade de material coletado e isso requereu atenção para se filtrar o que era mais relevante; buscou-se ainda homogeneidade, quando se procurou separar os documentos utilizando critérios racionais de pertinência, empregando-se o esforço de verificar a fonte de cada documento e se este se prestava ao que se estava discutindo.

Depois de superado a etapa da pré-análise, resultaram itens considerados fundamentais para avançar na pesquisa, tais como: ocorreu a separação dos documentos mais representativos do conteúdo geral, a definição das categorias de conteúdo e a discussão dos resultados.

Para Bardin (1977, p. 118) classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles.

o método das *categorias*, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É portanto um método taxionómico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente. (BARDIN, 1977, p. 37)

Com vistas a responder a problemática e aos objetivos que a pesquisa se propôs todo o texto coletado foi desmembrado em categorias agrupadas, conforme Quadro 13. Segundo Bardin (1977, p. 117) a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia). Desta forma, a presente pesquisa definiu-se *ex ante* cinco categorias, alinhadas aos objetivos específicos, para, ao fim, se alcançar o objetivo geral e responder a questão problema.

### Quadro 13: Estruturação em categorias

<b>Questão problema</b>	Qual a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília?					
<b>Objetivo geral</b>	Analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.					
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Categoria</b>	<b>Tipo de coleta</b>	<b>Base teórica</b>		
Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Implementação da Política de Assistência Estudantil na Nova Gestão Pública	Política pública e o PNAES	Documentos	- Portaria nº 39/2007 - Decreto nº 7.234/2010 - Resolução 26/2011-FB - Resolução 14/2014-IFB - Secchi, 2013 - Thomas Dye, 1972 - Howlett et al 2014 - Lotta, 2010 - Howlett e Ramesh, 1995		
Descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		Implementação da política de assistência estudantil	Documentos e Perguntas 09 e 10	- Resolução 26/2011-FB - Resolução 14/2014-IFB - Najberg e Barbosa, 2006 - Howlett et al 2014 - Oliveira, 2014 - Lotta, 2010 - Denhart, 2012 - Lipsky, 1980 - Lipsky, 2010 - Filho, 2013 - Oliveira e Abrucio, 2011 - Howlett e Ramesh, 1995 - Matias-Ferreira, 2008		
Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.				Programas da Política de Assistência Estudantil	Pergunta 05	- Resolução 14/2014-IFB - Decreto nº 7.234/2010
Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados por <i>Campi</i> .						Dificuldades de Implementação
Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		Política orçamental	Financiamento da política	Documento- e Pergunta – 06	- Giacomoni, 2010 - Angélico, 1995 - Machado Jr., 1962	
Descrever a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.						

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

De acordo com Bardin (1977, p. 106 e 118) a determinação das dimensões da unidade de contexto, é presidida por dois critérios: o custo e a pertinência, a autora ainda coloca que a mensagem pode ser submetida a uma ou várias dimensões de análise. Para o melhor

desenvolvimento da pesquisa foram criadas às dimensões de conformidade com aos objetivos específicos, pois segundo Bardin (1977, p. 80) dimensões são direções de análises. Desta forma, as dimensões desse estudo foram delineadas e expostas no Quadro 14.

**Quadro 14: Divisão de dimensões**

<b>Questão problema</b>	Qual a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília?	
<b>Objetivo geral</b>	Analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>		<b>Dimensão</b>
Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		Implementação da Política de Assistência Estudantil na Nova Gestão Pública
Descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		
Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		
Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados por <i>Campi</i> .		
Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		
Descrever a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.		Política orçamental

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

**4.5. Limitações da pesquisa**

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, sentiu-se a necessidade de realizar entrevista com os discentes que foram contemplados na Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFB, no entanto em virtude dos bloqueios a dados específicos dos discentes em detrimento das especificidades (nível técnico e superior) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com o intuito de não criar algum de tipo de constrangimento ao

discente que se encontra em vulnerabilidade socioeconômica optou-se por restringir a pesquisa aos Assistentes Sociais.

Ao encerrar a descrição do Percurso Metodológico adotado nesta pesquisa, apresenta-se no Quadro 15 de forma sintetizada o modelo de análise da pesquisa. Este modelo tem por objetivo permitir ao leitor visualizar as escolhas metodológicas que foram tratadas neste capítulo.



### Quadro 15: modelo de análise da pesquisa

<b>Problema:</b> Qual a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília?					
<b>Objetivo Geral:</b> Analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.					
<b>Objetivos específicos:</b>					
Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Descrever o Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados por Campi	Identificar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Identificar a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
<b>Dimensões do Estudo</b>					
Implementação da Política de Assistência Estudantil na Nova Gestão Pública				Política orçamental	
<b>Categorias/constructos</b>					
Política pública	Implementação da política de assistência estudantil	Programas da Política de Assistência Estudantil	Dificuldades de Implementação	Financiamento da Política	
Portaria nº 39/2007 Decreto nº 7.234/2010 Resolução 26/2011-IFB Resolução 14/2014/IFB Secchi, 2013 Thomas Dye, 1972 Howlett et al 2014 Lotta, 2010 Howlett e Ramesh,1995	Denhart, 2012 Lipsky,1980 Lipsky, 2010 Araújo Filho, 2013 Oliveira e Abrucio, 2011 Matias-Ferreira, 2008 Hood,1995	Resolução 26/2011-IFB Resolução nº 14/2014/IFB Najberg e Barbosa, 2006 Howlett et al 2014 Najberg e Barbosa, 2006 Oliveira, 2014 Lotta, 2010 Howlett e Ramesh,1995	Resolução nº 14/2014/IFB Decreto nº 7.234/2010	Resolução nº 14/2014/IFB Decreto nº 7.234/2010 Denhart, 2012 Lipsky,1980 Lipsky, 2010 Filho, 2013 Oliveira e Abrucio, 2011	Giacomoni, 2010 Angélico, 1995 Machado Jr., 1962
<b>Operacionalização da pesquisa – Estudo de caso</b>					
Método Qualitativo	Método Qualitativo	Método Qualitativo	Método Qualitativo	Método Qualitativo	Método Qualitativo
Yin (2010); Gil (2010); Marconi e Lakatos (2003); Triviños (1987); Bardin (1977) Vergara (1998); Hair Jr (2005); Flick (2009)	Yin (2010); Gil (2010); Marconi e Lakatos (2003); Triviños (1987); Bardin (1977) Vergara (1998); Hair Jr (2005); Flick (2009)	Yin (2010); Gil (2010); Marconi e Lakatos (2003); Triviños (1987); Bardin (1977) Vergara (1998); Hair Jr (2005); Flick (2009)	Yin (2010); Gil (2010); Marconi e Lakatos (2003); Triviños (1987); Bardin (1977) Vergara (1998); Hair Jr (2005); Flick (2009)	Yin (2010); Gil (2010); Marconi e Lakatos (2003); Triviños (1987); Bardin (1977) Vergara (1998); Hair Jr (2005); Flick (2009)	Yin (2010); Gil (2010); Marconi e Lakatos (2003); Triviños (1987); Bardin (1977) Vergara (1998); Hair Jr (2005); Flick (2009)
<b>Técnica de coleta de dados</b>					
Documental	Documental e entrevista	Documental e entrevista	Documental e entrevista	Documental e entrevista	Documental e entrevista
<b>Técnica de análise de dados</b>					
Análise documental	Análise documental e de conteúdo	Análise de conteúdo	Análise documental e de conteúdo	Análise de conteúdo	Análise documental e de conteúdo
Portaria nº 39/2007 e Decreto nº 7.234/2010	IFB(2015); MEC (2014); Portaria nº 39/2007 e Decreto nº 7.234/2010	Reis (2008); Quivy & Campenhoudt, (1998); Bardin (1977); Vergara (1998); Hair Jr (2005)	IFB(2015); Hair (2009); Reis (2008); Quivy & Campenhoudt, (1998); Bardin (1977)	Portaria nº 39/2007 e Decreto nº 7.234/2010; Bardin (1977); Hair Jr (2005)	IFB(2015); Hair (2005); Reis (2008); Quivy & Campenhoudt, (1998); Bardin (1977)

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

## **5. RESULTADOS E ANALISE DOS DADOS**

Este capítulo procura responder ao problema de pesquisa que trata da trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. A apresentação dos resultados e sua discussão é fruto de todo o processo de coleta de dados que se deu por meio dos burocratas de nível de rua com atuação primordial no processo de implementação dessa política no IFB, bem como a gama de documentos analisados.

A partir desse momento foram demonstradas as categorias empíricas extraídas das falas dos entrevistados e relacionadas com as respectivas categorias teóricas definidas *ex-ante*. Os quadros presentes nas próximas seções enumeram a visão dos entrevistados a respeito da implementação da Política de Assistência Estudantil. Estes resultados auxiliaram no conhecimento da estrutura que envolve a Política, sua implementação e execução, abrangendo as rotinas administrativas que embasam a discussão.

Este capítulo está organizado em duas seções, onde cada seção trata de uma das dimensões anteriormente definidas. A primeira seção apresentou os resultados sobre a Implementação da Política de Assistência Estudantil na Nova Gestão Pública e a segunda seção apresentou sobre a política orçamental da PAE no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

### **5.1. Dimensão I - Implementação da Política de Assistência Estudantil na Nova Gestão Pública**

Nessa primeira dimensão coloca-se em foco os acontecimentos institucionais que se concretizaram como aspectos importantes e relevantes para a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, fazendo um paralelo com os modelos da administração pública que foram consolidados no decorrer do tempo.

O Estado nasce como uma organização patrimonial atravessa o século XIX e chega quase até o final do século XX como burocrático. No final do século XX, passa a ser uma organização gerencial. (MATIAS-FERREIRA, 2008, p. 110).

Os modelos deixaram traços de suas características que podem ser percebidos no âmbito do Instituto, pois não existe uma ruptura total de um modelo para o outro, o que acontece é a busca ao longo da história de aperfeiçoamento dos modelos anteriores com a intenção de sanar a deficiência existente no anterior para se adaptar a uma nova realidade econômica e social.

### 5.1.1. Categoria – Política pública e o PNAES

Nesta categoria compreende-se a abrangência da Política de Assistência Estudantil como parte integrante das políticas públicas brasileiras, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico mencionado no quadro 16 a seguir.

#### Quadro 16: Descrição dos objetivos de compreensão da política de assistência estudantil

Tipo de coleta	Objetivo específico	Categoria teórica
Documental	Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília de Brasília.	Política pública e o PNAES

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

Tendo em vista que na década de trinta, a Educação passou a ser reconhecida como direito de todos e regulamentado pelo Estado, Araújo e Bezerra (2007, p. 3) descreveu que a trajetória histórica da assistência estudantil teve sua origem com os programas de alimentação e moradia universitária implantadas na década de trinta, porém o seu desenvolvimento e ampliação como uma política só foi efetivada nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil.

Ao se abordar sobre educação a primeira lei a tratar especificamente desse tema foi a Lei nº 4.024/61 que tratou das Diretrizes e Bases da Educação e esta foi revista sendo editada a Lei 5.692/71 que se trata da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB.

De acordo com Araújo e Bezerra (2007, p. 4) a década de 1980 no Brasil foi marcada pela consolidação do poder público, com destaque para projetos de reestruturação da política educacional e citou como exemplo a “Comissão Nacional da Reformulação da Educação Superior Brasileira” que foi constituída em 1985, tendo como proposta “uma Nova Política para a Educação Superior”.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários - FONAPRACE bem como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES essas frentes políticas por sua vez impulsionaram as discussões sobre as questões educacionais dando ênfase aos quesitos referentes à assistência estudantil.

Vasconcelos (2010, p.402), relata que os dois seguimentos mencionados acima defendia a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, tendo como objetivo garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições de Ensino Superior com olhar para a perspectiva do direito social. Vasconcelos (2010, p.402), relata ainda que os seguimentos também tinham objetivos de proporcionar aos alunos condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica.

Em 1988 após pressões políticas e dos diversos movimentos populares foi promulgada a Constituição Federal, que representou um marco histórico nas questões referentes à inclusão dos direitos políticos e sociais dos brasileiros.

A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil esta conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal. (VASCONCELOS, 2010, p. 402)

Com a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe em seu artigo 6º que a educação é um dos direitos sociais e com base na seção I do Capítulo III, que a educação é

direito de todos e dever do estado e da família, coube à união com base no art.22 legislar privativamente sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Observa-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Artigo 3º ampara a assistência estudantil quando diz que o ensino será ministrado com base em alguns princípios e dentre eles está o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse fato autentica os resultados obtidos na pesquisa realizada pelo FONPRACE onde foi averiguado de acordo com Silveira (2012, p.60), que havia estudantes de várias classes sociais cursando o nível superior e não apenas estudantes oriundos de famílias ricas.

A pesquisa realizada pelo FONAPRACE serviu de parâmetro para elaborar a proposta do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior que teve como objetivo traçar diretrizes sobre a definição dos programas de assistência ao estudante com o intuito de reduzir as desigualdades socioeconômicas.

Desta forma, com o intuito de garantir o acesso e permanência do aluno, por meio da Portaria MEC nº 39 de 12/12/2007, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES com o intuito de garantir apoio aos estudantes que tem interesse em ingressar no ensino superior e não possui condição financeira necessária para permanência nas instituições e conseqüentemente possibilidade para concluir o curso.

Vale inserir nesse contexto a criação no ano de 2008, por meio da Lei nº 11.892, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Por ser uma política pública o PNAES foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 julho de 2010, sendo desenhado para ser executado pelo Ministério da Educação – MEC, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o fato desse Programa ser uma política pública corrobora com a fala

de Secchi (2013, p.1) quando descreve que as políticas públicas tratam do conteúdo concreto de decisões políticas, bem como do processo de construção e atuação dessas decisões.

No parágrafo primeiro do artigo 3º do Decreto nº 7.234/2010 ficou estabelecido que deveriam ser desenvolvidas ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

E em seu Artigo 4º incluía no Programa os Institutos Federais de Educação, considerando suas especificidades e áreas estratégicas de ensino, visando atender ao seu corpo discente. Dessa forma a Assistência estudantil no âmbito dos Institutos Federais, incluiu todos os seus alunos tanto do ensino técnico como ensino superior.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (DECRETO nº 7.234, de 19 julho de 2010)

Convém trazer para o contexto a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação – PNE, pois o Programa Nacional de Assistência Estudantil corrobora para o cumprimento da Meta 12 do referido PNE.

O Decreto atribui a cada instituição determinar como serão desenvolvidas as ações e a forma como serão utilizados os recursos orçamentários. Sendo assim, cabe a cada instituição adequá-lo à sua realidade.

Refletindo na questão de cada instituição decidir como será feita a implementação da política e como serão utilizados os recursos orçamentários é que se torna relevante trazer para a discussão o fato de os Institutos Federais serem regidos, além da sua própria Lei de criação, por Estatuto, Regimento, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria, conforme pode ser observada na listagem apresentada na seção 3.3 desse estudo.

Contudo vale ressaltar para contextualizar que no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília de acordo como Art. 3º do Regimento Geral a administração do IFB é feita por seus órgãos colegiados, pela Reitoria e pela Direção Geral dos *campi*, com apoio em uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível e a estrutura administrativa possui três órgãos colegiados, tal como demonstrado pelo Quadro 17.

**Quadro 17: Órgãos Colegiados do IFB**

Órgãos colegiados		
Conselho superior	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE	Colégio de dirigentes
Caráter normativo, consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFB.	Função normativa, consultiva e deliberativa, conforme delegação do Conselho Superior, sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística.	Caráter consultivo é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

Fonte: Descrição retirada do Regimento Geral do IFB.

Ressaltar-se que o conselho superior é a instância máxima de deliberação da instituição e o colégio de dirigentes é o órgão consultivo de apoio decisório. Com essa estrutura não apenas o IFB como também todos os Institutos Federais tem o desígnio de alcançar os resultados condizentes aos desafios concernentes à constituição de um diálogo entre as políticas de cunho social, buscando atender com maior agilidade as demandas por formação profissional de jovens e adultos em todo o país tendo como referência o cenário produtivo local.

No caso do IFB a estrutura organizacional, o planejamento, os processo de gestão de pessoas e de tecnologia, bem como as políticas de sustentabilidade e de inclusão dentre outras aparentemente estão se ajustando na nova concepção de gestão, ou seja, parecem estar caminhando para alcançar os propósitos preditos na teoria da Nova gestão pública.

Observa-se, portanto que no âmbito do IFB, pode-se, apresentar como uma das ferramentas que busca a implementação do modelo administrativo da Nova Gestão Pública, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 a 2018), por ser um instrumento

orientador da gestão, pois o planejamento formal se destaca ao passo que surgem novos formatos e perspectivas, adotadas com as mudanças administrativas provenientes das recentes concepções acerca do papel do Estado. No PDI são tratados assuntos de cunho estratégico tais como descritos na Figura 5 a seguir.

**Figura 5: Objetivos estratégicos previstos no PDI**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa	Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um <i>locus</i> privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos e constitucionais.
Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação	Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB.
Implantar Orçamento Participativo	Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais.
Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas	Realizar o desenvolvimento de pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor.
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão do IFB	Estabelecer coletivamente critérios de avaliar de desempenho tanto de servidores quanto de gestores visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento das iniciativas inovadoras.
Elaborar e executar Plano Diretor de Infraestrutura do IFB	Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 a 2018)

O fato de o IFB ser uma instituição multicampi, e que os *campi* depois de decorridos os prazos de implantação passam a ter autonomia administrativa e orçamentária para gerir suas ações, demonstra que tem características que são aplicadas no contexto da Nova gestão pública, pois segundo Hood (1995) a administração gerencial prega a descentralização, com delegação de poderes, atribuições de responsabilidades para escalões inferiores.

O Instituto Federal de Brasília é uma instituição pública que oferece Educação Profissional gratuita, na forma de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, articulados a projetos de pesquisa e extensão. A estrutura multicampi do IFB faculta à instituição fixar-se em vários eixos tecnológicos, diversificando seu atendimento, de



conformidade com a vocação econômica das regiões administrativas do Distrito Federal. (sitio IFB)

Neste cenário de inovações e implantações retorna-se a assistência estudantil, pois no final de 2007 o governo instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, por meio da Portaria nº 39 de 12 dezembro de 2007 regulamentada por meio do Decreto nº 7.234, de 19 julho de 2010, com o intuito de garantir apoio aos estudantes que têm interesse em ingressar no ensino superior e não possuíam condição em virtude das desigualdades sociais para permanência nas instituições de ensino e conseqüentemente possibilidade para concluir o curso.

A instituição do PNAES corrobora a afirmação de Secchi (2013, p.2) quando coloca que as políticas públicas existem para solucionar um problema que é considerado relevante para uma coletividade e com Bucci (1997, p. 90), ao afirmar que o fundamento mediato das políticas públicas, e que justifica o seu aparecimento, é a própria existência dos direitos sociais. Portanto, em se tratando de inclusão e também vulnerabilidade no quesito socioeconômico é imperioso elucidar que uma das maneiras para solucionar ou amenizar seus efeitos é alçando mão das Políticas Públicas.

Desta forma, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foi instituída com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil para atender aos discentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de acordo com Schlithler et al (2010, p.56) as dificuldades econômicas costumam estar associadas a fatores como desemprego, problemas habitacionais e de saneamento, baixa escolaridade, famílias com maior número de crianças ou dependentes, dentre outros. O PNAES bem como a Política de Assistência Estudantil do IFB, por serem políticas públicas, tem a prerrogativa de atender a essa parcela da sociedade acadêmica com o intuito de diminuir a evasão e aumentar o número de diplomação dos discentes que encontram-se vulneráveis em decorrência de aspectos socioeconômicos.

Secchi (2013, p.5) diz que a essência conceitual de políticas públicas é o problema público, ou seja, uma política somente poderá ser chamada de pública quando tratar-se de um assunto que gire em torno de um problema. E o problema por sua vez atinge certa dimensão da sociedade e que a resolução desse problema beneficiará a coletividade, pois está diretamente vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público.

No Brasil por obrigação legal, o Estado tem que assegurar direitos e promover a educação. Nesta linha de raciocínio é que se introduzem as políticas públicas com o intuito de garantir o direito de igualdade e de oportunidades a todos os cidadãos. Sendo assim, observa-se que foi neste contexto que emergiu a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e conseqüentemente a Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos discentes na educação, diminuindo assim a evasão, aumentando o aproveitamento escolar e desta forma contribuindo para a conclusão do curso.

Desta forma, observa-se que para sanar um problema que girava em torno de auxiliar os discentes que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica ocorreu a concretização da política pública por meio da Portaria 39/2007 consolidada pelo Decreto nº 7.234/2010 instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil que estabeleceu o desenvolvimento de ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos discentes na escola.

**Quadro 18: Comparativo entre a Portaria nº 39/2007 e o Decreto nº 7.234/2010**

Normativos	Portaria 39	Decreto 7.234
Data	12/12/2007	19/07/2010
Ementa	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
Designação	O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, resolve: Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, na forma desta Portaria	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição: DECRETA: Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.
Destinação	Art. 2º O PNAES (...) destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior.	Art. 3º O PNAES (...) visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.
Abrangência	Art. 3º As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente.	Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.
Atuação	Art. 2º O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão(...).	Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão (...)
Ações	Art. 2º Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico	Art. 3º § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
Desafio	Art. 3º § 1º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes	Art. 4º Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e

Continua

Continuação

Normativos	Portaria 39	Decreto 7.234
Desafio	da insuficiência de condições financeiras.	evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.
Recursos	Art. 3º § 2º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do caput.	Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.
Financiamento	Art. 5º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira	Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.
Acompanhamento	Parágrafo único. As IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES com vistas a cumprimento do parágrafo 1º do art. 3º.	Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.
Atendimento	-	Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.
Objetivos	-	Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
Crítérios	-	§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

De acordo com Abramovay (2002, p. 23) apesar do uso histórico do termo vulnerabilidade em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas à vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos. Desta forma, observa-se que a Portaria 39/2007 foi instituída pelo Ministério da Educação – MEC enquanto o Decreto 7.234/2010 foi instituído pela Presidência da República, sendo assim, com o Decreto o Programa Nacional de

Assistência Estudantil consolidou-se como uma Política consistente com o intuito de atender os discentes em situação em vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com o Artigo 2º da Portaria 39/2007 e Artigo 3º do Decreto 7.234/2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES destina-se aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação. No entanto observa-se que o Artigo 4º do Decreto abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades e necessidades de seu corpo discente, sendo assim observa-se que, no âmbito dos Institutos o PNAES atende tanto os alunos de nível técnico quanto tecnológico.

Enquanto que Artigo 2º da Portaria 39/2007 relata que as ações da Política deverão ser vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão o Artigo 3º do Decreto 7.234/2010 inova ao trazer que o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades mencionadas anteriormente. No quesito inovação destaca-se que de acordo com o Artigo 3º do Decreto incluiu uma nova ação para o PNAES de forma a assistir melhor os estudantes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES apresentou em suas duas edições um grande desafio (Art. 3º § 1º da Portaria 39/2007 e Art. 4º, parágrafo único) no que se refere a viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência/retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Observa-se que em decorrência desse desafio a responsabilidade é enorme, visto que, os normativos trazem explicitamente sobre a questão de viabilizar igualdade de oportunidades, contribuir para o desempenho acadêmico e agir em situações de repetência/retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Tanto a Portaria quanto o Decreto discorre que os recursos serão repassados as Instituições de ensino para que essas implementem as ações de assistência estudantil, e os

recursos sairão da matriz orçamentária do Ministério da Educação. A Portaria relata ainda que as Instituições de ensino deverão fixar mecanismos de acompanhamento do PNAES enquanto que o Decreto inova ao afirmar que as Instituições de ensino prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES ao Ministério da Educação.

O Decreto nº 7.234/2010 descreveu em seu Artigo 2º os objetivos do Programa, bem como relatou em seu Art. 3º § 2º que caberá a cada Instituição definir os critérios e metodologias de seleção dos discentes e deixou mais evidente em seu Art. 5º que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundo da rede pública e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Observa-se que o PNAES é executado pelo Ministério da Educação – MEC, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, sendo assim a legislação que instituiu o PNAES estabeleceu prioridade para a execução das ações referentes à assistência estudantil aos alunos que necessitavam de atendimento.

Observa-se que os normativos que instituíram o PNAES estabeleceram que deveria ser desenvolvidas ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação e que o mencionado Programa atribui a cada instituição determinar como serão desenvolvidas as ações e a forma como serão utilizados os recursos orçamentários. Sendo assim, observa-se ainda, que cabe a cada instituição adequá-lo à sua realidade respeitando sempre as condições previstas no Decreto que o instituiu.

Com base nos normativos observa-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foi contemplado no PNAES como pode ser observado no Artigo 4º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e por este motivo construiu sua própria Política de

Assistência Estudantil – PAE com o intuito de garantir o acesso e a permanência do discente no curso.

### Quadro 19: Comparativo entre a Resolução 26/11 e a Resolução 14/2014

Normativos	Resolução nº 26/2011-CS/IFB	Resolução nº 14/2014-CS/IFB
Data	21/12/2011	30/05/2014
Ementa	Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Definição	Art. 1º A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.	Art. 1º A Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.
Abrangência	Art. 2º A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília abrangerá todos os seus <i>Campi</i> .	Art. 2º A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília abrangerá todos os seus <i>Campi</i> .
Princípios	a arte e o saber – como valor ético central; VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando; VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, fomentando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças; VIII – comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido; IX – incentivo à participação democrática da comunidade nos processos decisórios. X – Socialização com a comunidade, do conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.	arte e o saber – como valor ético central; VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando; VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, fomentando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças; VIII – comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido; IX – incentivo à participação democrática da comunidade nos processos decisórios.
Objetivos	Art. 4º (...) I – garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; II – oferecer acompanhamento biopsicológico e social aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico, reduzindo o índice de evasão e retenção; III – implementar programas e possibilitar ao estudante que apresente necessidades específicas, bem como, jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido, condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;	Art. 4º (...) I – garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; II – oferecer acompanhamento biopsicológico e social aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico, reduzindo o índice de evasão e retenção; III – implementar programas e possibilitar ao estudante que apresente necessidades específicas, bem como, jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido, condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;

Continua

Continuação

Normativos	Resolução nº 26/2011-CS/IFB	Resolução nº 14/2014-CS/IFB
Objetivos	<p>IV – contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;</p> <p>V – favorecer a inclusão de grupos historicamente afastados do processo educacional na perspectiva da democratização do ensino;</p> <p>VI – preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;</p> <p>VII – interagir com a família dos estudantes, quando necessário, com o intuito de qualificar o processo e os resultados da aprendizagem, estabelecendo relações de cooperação;</p> <p>VIII – estimular a participação dos estudantes, através de suas representações, no processo de gestão democrática;</p> <p>IX – estimular ações voltadas à educação em saúde;</p> <p>X - propor a composição de comissão para realização de pesquisas de atualização do perfil socioeconômico educacional dos estudantes;</p>	<p>IV – contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;</p> <p>V – favorecer a inclusão de grupos historicamente afastados do processo educacional na perspectiva da democratização do ensino;</p> <p>VI – preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;</p> <p>VII – interagir com a família dos estudantes, quando necessário, com o intuito de qualificar o processo e os resultados da aprendizagem, estabelecendo relações de cooperação;</p> <p>VIII – estimular a participação dos estudantes, através de suas representações, no processo de gestão democrática;</p> <p>IX – estimular o desenvolvimento técnico e científico dos estudantes na sua formação intelectual, acadêmica e profissional, possibilitando assim a formação integral do discente;</p> <p>X – incentivar o esporte, a cultura e o lazer,</p>
	<p>XI – propor um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil, por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos.</p>	<p>visando o bem-estar do discente;</p> <p>XI – estimular ações voltadas à Educação em Saúde;</p> <p>XII – propor a realização de pesquisas de atualização do perfil socioeconômico educacional dos estudantes;</p> <p>XIII – propor um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil, por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos.</p>
Ações	<p>Art. 5º (...)</p> <p>I – constituição da assistência estudantil como parte integrante do projeto pedagógico e grande aliada nas ações que visam à permanência e ao sucesso do estudante em sua jornada escolar;</p> <p>II – promoção de mecanismos que oportunizem aos estudantes a busca pela igualdade no acesso, na permanência e no êxito;</p> <p>III – criação, desenvolvimento e ampliação de projetos de assistência estudantil que contemplem acesso, permanência e desempenho escolar;</p> <p>IV – implantação de programas de incentivo nas áreas de alimentação, moradia estudantil, monitoria, entre outras;</p> <p>V – incentivo à integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, desenvolvendo junto à comunidade</p>	<p>Art. 5º (...)</p> <p>I – constituir a assistência estudantil como parte integrante do projeto pedagógico institucional, como mecanismo fundamental à permanência e ao sucesso do estudante em sua jornada escolar;</p> <p>II – criar, desenvolver e ampliar programas e projetos de assistência estudantil que contemplem acesso, permanência e desempenho escolar;</p> <p>III – implantar programas de incentivo nas áreas de alimentação, moradia estudantil, monitoria, entre outras;</p> <p>IV – incentivar a integração da cultura nacional, latino-americana para a formação de cidadãos;</p> <p>V – desenvolver junto à comunidade estudantil uma consciência ética, política, social e profissional;</p>

Continua



Continuação

Normativos	Resolução nº 26/2011-CS/IFB	Resolução nº 14/2014-CS/IFB
Ações	estudantil uma consciência ética, social e profissional; VI – intervenção no processo e nos resultados da aprendizagem dos educandos através do diagnóstico, problematização e proposição de ações afirmativas.	VI – acompanhar o processo e os resultados da aprendizagem dos estudantes através do diagnóstico, problematização e proposição de ações afirmativas.
Diretrizes	Art. 7º (...) I – Democratização do acesso de estudantes de seguimentos em desvantagem econômica, de pessoas com necessidades específicas e de seguimentos sociais excluídos da escola pública através de medidas e programas que estimulem e garantam esse acesso; II – Permanência do estudante no IFB e a conclusão de sua formação com qualidade por meio de apoio econômico, psicológico, social e educacional; III – melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas socioeducativos e de assessoramentos a professores, dirigentes e educandos, que contribuam para a formação integral dos estudantes; IV – democratização da educação, da Política e dos programas sociais, fomentando a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações, com transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento; V – conhecimento da realidade do <i>Campus</i> e de seu público, através de estudos, pesquisas e programas a fim de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas Políticas da Instituição.	Art. 7º (...) I – permanência do estudante no IFB e a conclusão de sua formação com qualidade por meio de apoio econômico, psicológico, social e educacional; II – melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas socioeducativos e de assessoramentos a professores, dirigentes e estudantes, que contribuam para a formação integral dos estudantes; III – democratização da educação, da Política e dos programas sociais, fomentando a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações, com transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento; IV – conhecimento da realidade do <i>Campus</i> e de seu público, através de estudos, pesquisas e programas a fim de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas Políticas da Instituição; V – ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Estudantil, bem como dos recursos oferecidos pela Instituição e dos critérios para seu acesso.
Agentes implementadores	Art. 6º Para cumprir seus objetivos, a Coordenação Geral de Assistência Estudantil, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, assim como nos <i>Campi</i> , deverá articular o trabalho com os demais setores do IFB.	Art. 6º Para cumprir seus objetivos, a Coordenação de Assistência Estudantil, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, assim como as Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social nos <i>Campi</i> , deverão articular o trabalho com os demais setores do IFB.
Coordenação	Art. 8º A Política de Assistência Estudantil será gerida pela Pró-Reitoria de Ensino desempenhando natureza de caráter didático-pedagógico, psicológico, social, cultural e científico, de assistência estudantil e seus desdobramentos técnico e administrativos.	Art. 9º A Política de Assistência Estudantil será coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino, em parceria com os <i>Campi</i> , devendo as Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE) dos <i>Campi</i> desenvolverem junto com os demais setores as ações e programas que tenham natureza de caráter didático-pedagógico, psicológico, social, cultural e científico, de assistência estudantil, previstos nesta Política. § 1º Para desenvolvimento da Política de assistência Estudantil a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social será

Continua

Continuação

Normativos	Resolução nº 26/2011-CS/IFB	Resolução nº 14/2014-CS/IFB
		composta por uma equipe mínima podendo ser criadas outras equipes, conforme as necessidades de atendimento ao estudante e implantação dos programas.
Competências	Os Art. 9º até o 12º tratam das competências e atribuições de cada setor no IFB	Os Art. 11º até o 17º tratam das competências e atribuições de cada setor no IFB
Programas	Os Art. 13º e 14º relatam sobre a forma de como os programas serão operacionalizados e a definição de cada um.	O Art. 18 relata sobre a forma de como os programas estão agrupados enquanto que o detalhamento de cada programa está nos Anexos e o Art. 19. Diz que caberá aos Diretores Gerais, definir os programas do âmbito de apoio à permanência que serão desenvolvidos nos <i>Campi</i> .
Critérios	O Art. 17º descreve os critérios e os documentos referentes à concessão de benefícios.	Os Artigos 24º, 25º, 26º, 27º, 28º descrevem os critérios e os documentos referentes à concessão de benefícios e anexos
Emergencial	O art. 21º diz que em casos emergenciais poderá ser disponibilizado um auxílio	Art. 21º Em situações emergenciais será disponibilizado auxílio

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB foi criado em 2008, pela Lei nº 11.892/2008, o PNAES foi implementado no Instituto em 2011 quando instituiu a primeira versão da Política de Assistência Estudantil – PAE, política essa que foi reformulada em 2014 e caminha para haver nova atualização no exercício de 2016 como relata o Entrevistado E1 “*em 2016 haverá novamente a revisão para adequação dos programas e diretrizes atualmente implementados*”.

As políticas públicas tomam forma de programas, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, entre outros. De acordo com (SECCHI, 2013, P.11).

Sendo assim, retomando a definição da Política de Assistência Estudantil no IFB observa-se que houve alteração da Resolução nº 26/2011 para Resolução nº 14/2014 embora tenha mantido os mesmos ditames de forma que se trata de um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando à promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Quanto à abrangência da Política no âmbito do IFB observa-se a partir do descrito no Art. 2º das duas Resoluções em comento que a Política abrangerá todos os *Campi* do IFB. No que se referem aos princípios, objetivos, ações e diretrizes essas sofrem reformulações em seus textos de uma Resolução para outra para atender novas demandas, como pode ser observado no quadro 18.

Em se tratando dos agentes implementadores da Política de Assistência Estudantil, da Resolução nº 26/2011 para a Resolução nº 14/2014 houve uma alteração significativa, pois, observa-se nos textos das Resoluções que em um primeiro momento todas as ações ficavam a critério da Coordenação Geral de Assistência Estudantil, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino. E com a edição da Resolução nº 14/2014 passou a ser uma atividade compartilhada com os *campi* por meio das Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social que desenvolvem suas atividades nos *Campi*. E observa-se também que esse compartilhamento foi possível em virtude da criação das equipes mínimas conforme consta no Art. 9º da Resolução nº 14/2014.

Depois de comentados esses primeiros artigos das Resoluções observa-se que os demais quesitos sofreram alterações expressivas em decorrência das demandas, por exemplo, a Resolução nº 14/2014 detalhou cada um dos programas, detalhando seus aspectos em anexos utilizando-se para esse feito do Anexo I ao Anexo XII.

No entanto observa-se que partir do Artigo 11º da Resolução nº 14/2014 se tem a tendência de adentrar nas minúcias sobre as atribuições de cada unidade que desenvolverá atividades na implementação. Esse propósito aparentemente parece nortear os implementadores, porém percebe-se que foram inseridas algumas atribuições que não são inerentes às unidades a exemplo dos artigos 14 e 15, abaixo transcritos:

Art. 14. À Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social nos Campi em conjunto com sua equipe compete:  
IV – fazer o empenho da verba da rubrica da Assistência Estudantil;

Art. 15. Ao Coordenador de Assistência Estudantil e Inclusão Social compete:  
 V – fazer o empenho da verba da rubrica da Assistência Estudantil;  
 IX – consolidar o relatório de gestão;

Convém esclarecer que de acordo com Resolução nº 35/2012-IFB compete a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional consolidar o relatório de gestão com base nos relatórios setoriais e a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira na Reitoria e setor equivalente nos *campi* realizar a emissão de empenhos, denotando-se que as ações mencionadas no inciso IV do Artigo 14 e os incisos V e IX do Artigo 15 da Resolução 14/2014-IFB não correspondem a atribuições como sendo da Coordenação de Assistência Estudantil e do Coordenador de Assistência Social.

Contudo, de acordo com a análise realizada no texto da Portaria nº 39/2007 e Decreto nº 7.234/2010 que instituiu o PNAES pode-se aferir que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, por meio da Política de Assistência Estudantil aprovada pela Resolução nº 26/2011-CS/IFB e atualizada pela Resolução nº 14/2014-CS/IFB tem implementado no âmbito do Instituto o PNAES. E ao analisar as mencionadas Resoluções percebe-se que a Política do IFB atende aos preceitos para a qual foi criada, pois é abrangente e detalhista. Destaca-se que está prevista uma nova revisão e, nesse sentido convém realizar algumas melhorias em seu texto, a exemplo seria reavaliar as atribuições dos implementadores.

### **5.1.2. Categoria – Implementação da Política de Assistência Estudantil**

Nesta categoria descreve-se a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, abordando a nova gestão pública com o intuito de contextualizar os objetivos específicos mencionados no Quadro 20 e fazer um paralelo com os burocratas ao nível de rua.

#### **Quadro 20: Descrição dos objetivos de implementação da política de assistência estudantil**

<b>Tipo de coleta</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Categoria teórica</b>
Documentos e questões 09 e 10.	Descrever a Política de Assistência	Implementação e

Como tem sido a implementação da política de assistência estudantil?	Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	caracterização da política de assistência estudantil
Caracterize a trajetória da implementação	Caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

O Quadro 21 resulta dos dados coletados por meio das entrevistas com os burocratas ao nível de rua, ou seja, os assistentes sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com o intuito de colher informações sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil. De acordo com Secchi (2013, p.52) é na fase de implementação que ocorre a efetiva prática, ou seja, os programas são efetivamente implementados no sentido de colocar em vigência as rotinas as regras e os processos anteriormente esboçados na agenda, estudar essa fase equivale à possibilidade de conhecer os obstáculos e falhas de determinada política.

### **Quadro 21: Descrição e características da Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFB**

<b>Categoria teórica</b>	Implementação e caracterização da política de assistência estudantil.
<b>Categoria inicial</b>	
(...)a implementação foi de acordo com o aumento da disponibilidade de recurso. E1	
(...) considerando sempre o número de alunos e o grau de vulnerabilidade que esses alunos apresentam. E1	
(...) A primeira versão da PAE do IFB foi em 2011, revista e aprovada em 2014, e em 2016 haverá novamente a revisão para adequação dos programas e diretrizes atualmente implementados. E1	
(...) A implementação iniciou em 2011 quando houve a primeira disponibilização de recurso e a aprovação da Política de Assistência Estudantil do IFB que foi elaborada pela PREN em conjunto com os Assistentes Sociais. E1	
(...) em 2014 houve a revisão da Política, agora já com um grupo maior, outros profissionais, e o envolvimento da comunidade acadêmica nessa revisão, inclusive alunos. E1	
(...) reformulação de alguns programas da primeira versão. E1	
(...) aumento gradual de disponibilidade de orçamento, mais programas puderam ser implementados. E1	
(...) o que permitiu o aumento dos auxílio e conseqüentemente mais alunos atendidos. E1	
(...) outro ganho muito importante foi a constituição de uma equipe mínima de atendimento. E1	
(...) houve ainda a percepção para além da vulnerabilidade desses alunos, o que é um dos princípios do PNAES, mas olhar para o estudante integralmente, e para isso outros programas que visam o desenvolvimento acadêmico começaram a tomar uma maior importância. E1	
(...) No segundo semestre de 2016 haverá novamente a revisão da PAE, e possivelmente novos formatos de programas serão apresentados, visando esses novos aspectos da Assistência Estudantil. E1	
(...) a Gestão convoca os alunos para uma reunião para eles decidirem em quais programas serão aplicados os recursos. E2	
(...)Definiu-se a política de Assistência Estudantil a partir de demandas dos alunos. E2	
(...)Vários programas foram sugeridos por eles (alunos). E2	
(...) Acho muito bom essa liberdade do IFB. Em outras instituições às vezes as decisões são tomadas de cima para baixo e aqui, no caso da Política de Assistência Estudantil, os alunos tem voz e vez. Participam, propõe e	

em certa medida, fazem valer o direito. E2
(...) é facilitada pelos gestores do Campus, que dá total autonomia a CDAE para organizar, realizar e avaliar o trabalho realizado. E3
(...) avalio como positiva e creio que esse fato se deu devido à autonomia do profissional de serviço social E4
(...) Iniciamos a construção da nossa Política de Assistência Estudantil em 2010. E4
(...) fomos buscar experiências no I Seminário: “Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal EPCT” em 06 e 07 de dezembro de 2010. E4
(...) Lá foi criado um GT para criar uma Política Plano de Assistência Estudantil para os IF, sendo um representante da assistência estudantil para cada região do país. E4
(...) mas esse trabalho não foi a frente. E4
(...) Construimos uma Política às pressas para amarmos esse valor para que nenhum dirigente quisesse fazer uso desse recurso para outra finalidade. E4
(...) no primeiro semestre de 2011 começamos a executar o programa de promoção permanência. E4
(...) reformulamos nossa política em 2013. E4
(...) cada assistente social trouxe a realidade de seu Campus e uma trouxe a demanda do Auxílio Criança devido ter várias mães levando os filhos (criança/adolescente) para sala de aula. E4
(...)outra trouxe a demanda de um auxílio para os estudantes da Educação a Distância e só sei que eu não concordo, mas sou voto vencido. E4
(...) Na minha visão, penso que deveríamos ter menos programas para executar, mas que os valores repassados ao estudante fossem maiores, levando em consideração custo de vida do DF ser tão alto. E4
(...) São muitos programas para baixos valores de repasse ao estudante. E4
(...) em todos os anos houve o atendimento social dos alunos bolsistas e daqueles que necessitavam de acompanhamento. Em 2015, com a chegada da TAE (Técnica em Assuntos Educacionais) na equipe, foi iniciado o acompanhamento pedagógico na CDAE (Coordenação de Assistência Estudantil), porém ainda não temos o atendimento por psicólogo por falta de profissional. E5
(...) com o aumento da equipe da CDAE (que antes só possuía uma assistente social). E5
(...) não temos todos os profissionais citados na Política, fazendo com que demandas específicas da área da psicologia, por exemplo, não sejam atendidas no Campus. E5
(...) Nos oito meses que estou aqui avalio que estamos caminhando para ultrapassar a ênfase no programa de permanência E6
(...) ofertando ações diversificadas e mais alinhadas ao campus de forma geral E6
(...)Tem buscado estar de acordo com os objetivos previstos na Política de Assistência Estudantil. E7
(...) Devido ao fato de que os serviços ofertados por essa política numa instituição de ensino técnico-profissionalizante é algo novo e muitos docentes desconhecem a utilidade dos serviços. E7
(...) havia apenas uma servidora (assistente social) para implementar a política de assistência estudantil. Nos dias atuais, já é possível contar com a equipe quase completa (falta um profissional da pedagogia). E7
(...) A implementação da política tem apresentado avanços. E8
(...)A implementação teve muitos avanços, mas ainda precisa superar gargalos fundamentais. E8
(...) Temos uma equipe esforçada. E8
(...) fazemos o que é possível. E9
(...) Evoluimos bastante desde o início, porém ainda temos muito a avançar. E9
(...) Acredito que o processo de implementação tem sido satisfatória, a execução da PAE tem seguido o crescimento do campus e de suas ofertas. E10
(...) A Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do Campus passou a ser estruturada em 2013. E10
(...) No primeiro semestre de 2014, dadas as características das ofertas do campus não houve uma grande descentralização para execução da PAE vigente até então. E10
(...) O recurso recebido foi então utilizado para a execução do Auxílio Emergencial. E10
(...)Foi apenas em 2015 que a CDAE teve um aumento substancial de recursos e também em sua equipe. E10
(...) Outro aumento substancial ocorreu na composição da equipe. E10
(...) De forma assertiva e em acordo com os marcos legais com a participação dos estudantes. E11
(...)O caminho percorrido está em acordo com os editais.E11
(...) A implementação tem se dado de forma democrática, considerando a visão das assistentes sociais em parceria com o coordenador. E11
(...) O Diretor Administrativo conjuntamente com a execução financeira realizam grande esforço para o cumprimento dos prazos de pagamento. E12
(...) A política de Assistência Estudantil no [...] vem em um ritmo crescente. E12
(...) acredito que hoje, o diferencial é realizar um trabalho psicossocial com os estudantes. E12
(...) Anteriormente o "carro-chefe" ficava por conta dos auxílios, hoje buscamos um equilíbrio somente a questão

orçamentária não resume a Assistência Estudantil.
<b>Categoria intermediária</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2011 primeira versão da Política de Assistência Estudantil</li> <li>- 2014 segunda versão da Política de Assistência Estudantil</li> <li>- 2016 haverá nova revisão da Política de Assistência Estudantil</li> <li>- Ritmo crescente</li> <li>- Equipe mínima</li> <li>- Participação dos alunos</li> <li>- Autonomia da Coordenação de Assistência Estudantil</li> <li>- Autonomia dos assistentes sociais</li> <li>- Parceria com o administrativo</li> <li>- A assistência não se resume ao orçamento</li> <li>- Implementação do PNAES no IFB de forma democrática</li> </ul>
<b>Categoria final</b>
A implementação da política ocorre em meio a muitas dificuldades tais como falta de pessoal e esse fato gerou problemas na gestão e operacionalização da política, mas em decorrência de atender a necessidade dos discentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade foi possível implantar a política e atender aos seus objetivos.

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

Conforme relata Najberg e Barbosa, (2006, p.1) a implementação constitui-se em uma importante fonte de experiência com que os gestores podem contar para testar e aprimorar suas ações.

Howlett et al (2014, p. 98) relata que a implementação também é política e para além disso coloca que o processo de implementação em si não só cria vencedores e perdedores, mas é também o estágio, em que os riscos de ganhar ou perder começam a se manifestar de forma muito clara para muitos participantes

Antes, porém de adentrar na etapa propriamente dita de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFB convém relatar fatos importantes que contribuíram para a formação da concepção da administração pública e que podem ter contribuído direto ou indiretamente no processo de implementação da PAE.

De acordo com Bresser Pereira (1996, p.7), a reforma iniciada pelo Decreto-Lei 200/67 foi uma tentativa de superação da rigidez burocrática existente na administração direta, podendo ser considerado como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil. Bresser coloca também que foi dado ênfase na descentralização mediante autonomia da administração indireta.

O decreto-lei 200 promoveu a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.

Instituíram-se como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, a descentralização e o controle dos resultados. (BRESSER PEREIRA, 1996, p.7).

No entanto Bresser Pereira (1996, p. 7) também adverte que o Decreto-Lei 200/67 teve consequências inesperadas e indesejáveis, permitiu a contratação de empregados sem concurso público facilitando a sobrevivência de práticas patrimonialistas e não se preocupou com mudanças no âmbito da administração direta, que foi vista pejorativamente como “burocrática” ou rígida, deixando de realizar concursos e de desenvolver carreiras de altos administradores.

Bresser Pereira (1996, p. 7) complementa afirmando que a reforma administrativa embutida no Decreto-Lei 200/67 ficou pela metade e fracassou, pois o núcleo estratégico do Estado foi indevidamente enfraquecido de forma oportunista pelo regime militar que preferiu contratar os escalões superiores da administração por meio de empresas estatais.

O objetivo geral da reforma administrativa será transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial. Esta mudança, entretanto, não poderá ser realizada de um dia para o outro. Nem deverá ocorrer com a mesma intensidade nos diversos setores. Na verdade a administração pública gerencial deve ser construída sobre a administração pública burocrática. Não se trata de fazer tábula rasa desta, mas aproveitar suas conquistas, os aspectos positivos que ela contém, ao mesmo tempo que se vai eliminando o que já não serve. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 23 e 24)

No entanto, não perfaz como objetivo desse estudo adentrar sobre qual é o tipo predominante de modelo de gestão que conduz o IFB, pois em toda a administração pública brasileira ainda podemos notar traços patrimonialistas, burocráticos e ações gerencialistas. Para contextualizar uma ação gerencialista no IFB podemos citar a fala do entrevistado E2 “*a Gestão convoca os alunos para uma reunião para eles decidirem em quais programas serão aplicados os recursos*”. O entrevistado E12 complementa a ideia afirmando que “*a implementação tem se dado de forma democrática, considerando a visão das assistentes sociais*”. Observa-se de acordo com essa colocação que aparentemente as decisões sobre os quesitos que incidem sobre os discentes nas questões referentes à Política de Assistência Estudantil têm participação da comunidade acadêmica.



Outra colocação que corrobora com essa questão de liberdade e democracia e a fala do entrevistado E2.

*“Acho muito bom essa liberdade do IFB. Em outras instituições às vezes as decisões são tomadas de cima para baixo e aqui, no caso da Política de Assistência Estudantil, os alunos tem voz e vez. Participam, propõe e em certa medida, fazem valer o direito”.* E2

Constata-se que existe a participação dos assistentes sociais e dos discentes na formulação da Política de Assistência Estudantil do IFB fato este que corrobora a fala de Oliveira (2014, p. 520) que afirma que a implementação é parte de um processo contínuo que se desenvolve e se modifica a cada fase.

Observa-se ainda, com essa perspectiva de democracia que no âmbito do IBF possui traços característicos da Administração Gerencial discutida por Hood (1995) quando afirma que a Administração pública gerencial pensa na sociedade como um campo de conflito, cooperação e incerteza, na qual os cidadãos defendem seus interesses e afirmam suas posições.

Convém ainda trazer para essa discussão a questão abordada por Oliveira (2014, p. 520), onde afirma que a discricionariedade dos burocratas implementadores não é encorajada e as regras devem ser claras a fim de impedir qualquer decisão individual dos agentes e critica a visão centrada no processo hierárquico.

De acordo com a ideia defendida por Oliveira (2014, p. 521) o processo de implementação deve ser entendido como um conjunto de interações entre os agentes implementadores e os destinatários da política e desta forma de acordo com as falas de alguns dos Entrevistados parece existir uma interação entre os agentes implementadores e os destinatários, ou seja, os assistentes sociais e os discentes, fato este que corrobora com a contribuição trazida por Lotta (2010, p.33), ao afirmar que as políticas são realizadas a partir da interação de diversos atores que transformam os processos.

Observa-se que a interação entre os agentes pode ser proveitosa para a implementação da política, pois segundo Oliveira (2014, p. 521) o processo de interação possibilita mudança e aprendizagem no campo das políticas públicas ao passo que valoriza as ideias individuais dos agentes, que por vez acaba gerando alguma transformação no programa.

Observa-se ainda que a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil é desenhada como uma ação implementada de cima para baixo (*top-down*), pois corrobora com a contribuição Najberg e Barbosa (2006, p.7) que conceituou o processo *top-down* dizendo que na visão clássica sobre políticas públicas, a implementação é entendida como um jogo de uma só rodada, onde a ação governamental é implementada de cima para baixo (*top-down*), pois embora tendo ocorrido ações por exemplo do FONAPRACE para criação do Programa não foi encontrado registros de movimentos populares importantes requerendo a criação do Programa.

Neste contexto, de acordo com Denhart (2012, p.165) as organizações públicas constituem parte do *policy process* e abrem novos caminhos para as teorias da organização pública, pois considera as organizações públicas como parte integrante de todo o processo político. Denhart (2012, p.166) relata ainda que os membros das organizações públicas exercem papel importante na formulação de políticas, e inserindo-os no *policy process* a influência dos membros de uma organização é amplamente sentida do *design* das políticas e programas e que eles continuam a dar forma às políticas por meio de seus esforços de implementação, independentemente de qual foi a esfera pública que a desenhou.

Observa-se com essa colocação que Denhart trouxe para o rol das políticas públicas os agentes que se encontram desenvolvendo as atividades de implementação das políticas nas organizações, trazendo para discussão a figura dos servidores que estavam na linha de frente, ou melhor, dizendo os burocratas ao nível de rua.

Desta forma, observa-se que primando pelo bem estar dos alunos e com o intuito de garantir a permanência dos discentes matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e considerando o disposto no Programa Nacional de Assistência Estudantil, por meio da Resolução nº 26/2011 implementou-se a primeira Política de Assistência Estudantil no âmbito da Instituição, conforme relato dos entrevistados.

*“Iniciamos a construção da nossa Política de Assistência Estudantil em 2010 e fomos buscar experiências no I Seminário: “Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal EPCT” em 06 e 07 de dezembro de 2010/Fortaleza-Ceará. Lá foi criado um GT para criar uma Política Plano de Assistência Estudantil para os IF, sendo um representante da assistência estudantil para cada região do país e eu fiquei responsável por representar o Centro-Oeste, tivemos alguns encontros em outros Estados, mas esse trabalho não foi à frente. Nossa pretensão era criar uma política de AE(Assistência Estudantil) para o IF, já que a nossa era norteadada pelo PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil.”E4*  
*“a primeira versão da PAE do IFB foi em 2011”E1.*

Nos termos utilizados na fala dos Entrevistados E1 e E4 percebe-se claramente o desempenho dos burocratas ao nível de rua na busca para a implementação da Política de Assistência Estudantil e nos termos de Lipsky (1980) os burocratas são aqueles que não apenas executam, mas moldam ativamente os resultados das políticas, interpretando regras e alocando recursos escassos. Por meio da sua rotina e das decisões que são tomadas, esses trabalhadores na realidade produzem políticas públicas.

De acordo com Lipsky (2010, p.3) os burocratas ao nível de rua são servidores públicos que interagem diretamente com os cidadãos no cumprimento de suas tarefas e que tem grande discricão na execução de seu trabalho. E para melhor especificar, Lipsky (2010, p.3) relata que os burocratas ao nível de rua são, dentre outros, os professores, policiais, assistentes sociais, inspetores de saúde e demais servidores, agentes ou funcionários públicos que fazem cumprir leis e regulamentos.

No caso específico que trata essa pesquisa observa-se que a partir da fala de Lipsky que os burocratas ao nível de rua são os servidores que interagem diretamente com os cidadãos no desenvolvimento de suas tarefas, ou melhor, dizendo no caso da Política de

Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília esses burocratas são sem sombra de dúvida os assistentes sociais, embora não sejam únicos, mas agentes fundamentais.

A afirmação de que os assistentes sociais são para efeito da Política de Assistência estudantil burocratas ao nível de rua, corrobora as palavras do Entrevistado E3 que afirma que ação da política *“é facilitada pelos gestores do Campus, que dá total autonomia a Coordenação de Assistência Estudantil - CDAE para organizar, realizar e avaliar o trabalho realizado.”* Note-se que o assistente social encontra-se lotado na CDAE.

Observa-se que a discricionariedade que é dispensada aos assistentes sociais no Instituto é a chave para encontrar as melhores decisões na implementação da Política de Assistência Estudantil tal como afirma Oliveira (2014, p. 521) que relata que a discricionariedade do agente envolvidos na implementação é a chave de todo o processo de implementação das políticas públicas.

Em se tratado de implementação tendo em vista a expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, fato este que culminou no aumento do quantitativo de discentes e conseqüentemente no aumento do valor orçamentário, a Política de Assistência Estudantil do IFB foi revisada conforme relatado pelo entrevistado E1 *“revisada e aprovada em 2014”* entrando em vigor por meio da Resolução nº 14/2014/CS-IFB a nova Política de Assistência Estudantil – PAE, vigente até os dias atuais.

A Resolução nº14/2014/CS-IFB aprovou a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília que é definida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. (SÍTIO DO IFB).

Para melhor atender a necessidade crescente da Instituição, de acordo com o relato constante no trecho do entrevistado E1, *“em 2016 haverá nova revisão para adequação”*.

*“A política de Assistência Estudantil [...] vem um ritmo crescente, acredito que hoje, o diferencial é realizar um trabalho psicossocial com os estudantes. Anteriormente o “carro-chefe” ficava por conta dos auxílios, hoje buscamos um equilíbrio.”*E12

Observa-se com base nos resultados que parece haver uma cadência na implementação da PAE no IFB de forma que a Política não se encontra estática, pelo contrário vem crescendo junto com a expansão do Instituto. Esse fato corrobora com a colocação de Silva e Melo (2000, p.8) que afirmam que aperfeiçoando a visão clássica incorpora-se o monitoramento e a avaliação das políticas ao processo e esses instrumentos permitem uma correção de rota.

A política de Assistência Estudantil no âmbito do IFB é detalhista e prevê dentre outros quesitos sobre as diretrizes e princípios que norteiam a implantação de ações que visam à permanência dos alunos bem como traz a composição das equipes mínima de trabalho e suas responsabilidades. O entrevistado E5 relatou que *“com o aumento da equipe da CDAE (que antes só possuía uma assistente social), foi possível implementar”* e o entrevistado E8 relatou que *“temos uma equipe esforçada”*. O entrevistado E5 complementos que *“falta profissionais citados na Política, fazendo com que demandas específicas da área da psicologia, por exemplo, não sejam atendidas no Campus”*.

Observa-se com essas afirmações que a composição da equipe mínima prevista na política ainda não foi concluída e embora alguns *Campi* tenham conseguido cumprir esse quesito, outros ainda sofrem com a falta de pessoal para desempenhar as funções necessárias para atender aos discentes.

Contudo, mesmo com dificuldades em razão da falta de pessoal o entrevistado E3 afirma que ação da política e os procedimentos administrativos *“é facilitada pelos gestores do Campus, que dá total autonomia a Coordenação de Assistência Estudantil - CDAE para organizar, realizar e avaliar o trabalho realizado.”* O Entrevistado E12 complementa a ideia afirmando que *“O Diretor Administrativo conjuntamente com a execução financeira realizam grande esforço para o cumprimento dos prazos de pagamento”*. Enquanto que o entrevistado E4 coloca que *“avalio como positiva e creio que esse fato se deu devido à autonomia do profissional de serviço social”*. Desta forma, observa-se que a CDAE possui autonomia para

realizar seus trabalhos nos *Campi* e esse fato ocorre em decorrência da gestão dos assistentes sociais junto aos Dirigentes.

Observa-se que a Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com base nos dados ainda encontra-se em implementação, sendo que o primeiro normativo que instituiu a Política foi a Resolução nº 26/2011, atualizada pela Resolução nº 14/2014. A Política vigente no Instituto é detalhada e descreve em minúcias como deverão ser operacionalizados os programas. Constitui-se em uma política recente, porém de uma enorme amplitude, pois está sendo executada em todos os *Campi* do Instituto com a participação da comunidade acadêmica, demonstrando assim características do modelo da nova gestão pública.

### **5.1.3. Categoria – Programas da Política de Assistência Estudantil no IFB**

Nesta categoria lista-se os programas criados na Política de Assistência Estudantil e quais foram implementados em cada Campus, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico mencionado no Quadro 22.

#### **Quadro 22: Descrição do objetivo referente aos programas**

<b>Tipo de coleta</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Categoria teórica</b>
Documento e questão 05	Identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do IFB foram implementados por Campi.	Programas da Política de Assistência Estudantil

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

Conforme descrito na Resolução nº 14/2010 a Política de Assistência Estudantil vigente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, prevê os programas que deverão ser implementados ao longo de sua execução, na atualidade de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFB essa é composta por três grandes grupos conforme consta listado a seguir.

- Programas Universais:

- a) Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico – proporciona o atendimento pedagógico, psicológico e social aos alunos matriculados nos cursos do IFB.
- b) Programa de Promoção da Saúde - objetiva desenvolver ações de prevenção, promoção, tratamento e vigilância à saúde física e mental dos estudantes.
- c) Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente – é a busca constante pela formação intelectual dos discentes por meio do desenvolvimento de atividades artístico-culturais com o intuito de integrar a comunidade escolar.

- Programas de Promoção a Permanência:

- a) Programa Auxílio Permanência - objetiva minimizar as desigualdades sociais dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de contribuir com sua permanência e conclusão do curso.
- b) Programa Apoio ao Proeja - objetiva contribuir para a permanência e manutenção do estudante (jovem e adulto) visando à melhoria do seu desempenho acadêmico por meio da concessão de auxílio financeiro.
- c) Programa Auxílio Moradia - é um auxílio pecuniário, que objetiva custear parte dos gastos com aluguel em regiões próximas aos *campi*.
- d) Programa de Residência Estudantil - disponibilização de residência estudantil para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica atendendo preferencialmente ao estudante que resida fora do Distrito Federal e que esteja matriculado em cursos no Campus Planaltina, por ser o único Campus do IFB com estrutura para abrigar os alunos internos.
- e) Programa Auxílio Criança - o auxílio criança tem por finalidade contribuir para a permanência e diminuição da evasão dos estudantes pais/mães matriculados nos cursos do IFB.

f) Programa Apoio ao Integrado - objetiva contribuir com auxílio financeiro para garantir o direito à alimentação saudável no horário das aulas visando à permanência dos estudantes matriculados nos cursos técnico integrado ao ensino médio.

- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico

a) Programa Monitoria - objetiva como a contribuição dos discentes contribuírem para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem acolhendo os alunos que necessitam de reforço no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico – objetiva estimular o desenvolvimento técnico e científico dos discentes visando a sua formação intelectual, acadêmica e profissional.

Observa-se de acordo com os entrevistados que os programas foram implementados aos poucos nos *campi*, de acordo com suas necessidade e possibilidades, pois não tinham a equipe mínima suficiente e/ou pelo fato dos cursos ainda estarem em implantação. No quadro 23 foram listados os programas que foram implementados por *campi*.

**Quadro 23: Identificação de Programas**

Campus Planaltina
- Programas Universais:
Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa de Residência Estudantil
Programa Auxílio Criança
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus Brasília
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa Apoio ao Integrado



- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus Taguatinga
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa Apoio ao Proeja
Programa Auxílio Moradia
Programa de Residência Estudantil
Programa Apoio ao Integrado
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus Estrutural
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa Auxílio Criança
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus São Sebastião
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa Auxílio Criança
Programa Apoio ao Integrado
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Ceilândia
- Programas Universais:
Programa de Promoção da Saúde

Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Riacho Fundo
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus Samambaia
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
Programa de Promoção da Saúde
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa Apoio ao Proeja
Programa Auxílio Moradia
Programa Auxílio Criança
Programa Apoio ao Integrado
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus Gama
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
Programa de Promoção da Saúde
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
Programa Apoio ao Proeja
Programa Apoio ao Integrado
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico

Campus Taguatinga Centro
- Programas Universais:
Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico
Programa de Promoção da Saúde
Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente
- Programas de Promoção a Permanência:
Programa Auxílio Permanência
- Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico
Programa Monitoria

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

Observa-se que os programas da Política de Assistência Estudantil foram implementados de acordo com as características, necessidades e possibilidades de cada *Campi*.

#### 5.1.4. Categoria – Dificuldades de Implementação

Nesta categoria trata-se das dificuldades encontradas na implementação da Política de Assistência Estudantil, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico mencionado no Quadro 24.

#### Quadro 24: Descrição do objetivo referente às dificuldades de implementação

Tipo de coleta	Objetivo específico	Categoria teórica
Perguntas 07 e 08 Quais as dificuldades encontradas na implementação da Política de Assistência Estudantil?	Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFB.	Dificuldades de Implementação
Caracterizar as dificuldades encontradas na implementação da política de Assistência Estudantil.		

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

O Quadro 25 apresenta a fala dos entrevistados a respeito das dificuldades encontradas na implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

#### Quadro 25: Dificuldades de Implementação

Categoria teórica	Dificuldades de Implementação
<b>Categoria inicial</b>	
(...)	Desconhecimento da própria Política pelos servidores que nela atuam. E1
(...)	Dificuldade na gestão e operacionalização do recurso. E1
(...)	Ausência de sistemas que permitam o monitoramento e avaliação da PAE. E1

(...) Falta de pessoal comprometido. E2
(...) atrasos nos pagamentos dos recursos aos estudantes. E2
(...) o tempo para o recurso ser disponibilizado ao Campus até todo o processo administrativo de empenho, publicação de edital, avaliação e resultados. E3
(...) pagamento aos estudantes acontece quase dois meses depois do início. E3
(...) não garantimos a efetiva permanência e a evasão se torna um problema. E3
(...) poucos Auxílios para o Programa Auxílio Moradia. E4
(...) a falta de recursos humanos suficientes. E5
(...) a equipe trabalha com o número abaixo do mínimo exigido na Política. E5
(...) a demanda de seleção dos auxílios e acompanhamento estudantil cresce a cada semestre. E5
(...) fazendo com que demandas específicas da área da psicologia, por exemplo, não sejam atendidas. E5
(...) o desconhecimento da Política completa, dando ênfase às ações de transferência de recursos. E6
(...) preenchimento tardio de diários. E6
(...) Baixo valor dos auxílios. E7
(...) Desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o que é a Assistência Estudantil. E7
(...) Formação de recursos humanos capacitados E8
(...) Falta de regularidade no pagamento das bolsas. E8
(...) incontinuidade do programa. E8
(...) Atingir o objetivo do programa- evitar a evasão e promover a emancipação do estudante. E8
(...) Burocracia na entrega de documentação. E8
(...) recurso insuficiente. E9
(...) equipe mínima. E9
(...) falta de orientação dos diretores com relação às atribuições tanto dos servidores quanto da Coordenação de Assistência Estudantil. E9
(...) falta de um sistema para a Assistência Estudantil. E9
(...) a questão orçamentária. E10
(...) falta de entendimento sobre o real papel da Política e daqueles profissionais que a operacionalizam. E10
(...) A dificuldade principal é adequar o valor orçamentário a demanda de estudantes que necessitam do recurso. E11
(...) dificuldade de atuação diante dos diferentes programas. E1
(...) características do campus. E1
(...) interdisciplinaridade E1
(...) acúmulo de funções. E1
(...) ausência de sistemas. E1
(...) desconhece completamente a PAE. E1
(...) não conseguimos monitorar a nossa aplicação de recursos E1
(...) falta de pessoal. E2
(...) atraso no pagamento. E2
(...) profissionais pouco interessados. E2
(...) editais muito burocratizados. E2
(...) é querer que todos os Campi sejam iguais. E3
(...) baixo valor disponibilizado. E4
(...) muitos alunos em vulnerabilidade. E6
(...) o recurso não é suficiente. E6
(...) favorecendo a evasão. E6
(...) ausência de recursos para se alimentarem fora de casa. E6
(...) a insuficiência de recursos não permite a execução de todos os programas, reforçando a centralidade no programa de permanência. E6
(...) O pagamento realizado via reitoria era um dificultador. E6
(...) Há o desconhecimento da Política completa de forma a diminuir a permanência e a criação. E6
(...) um desafio implementar todos os programas de forma efetiva. E6
(...) preenchimento tardio de diários. E6
(...) O recurso não é liberado no início do ano. E7
(...) O recurso não é descentralizado. E7
(...) O atraso no pagamento. E7
(...) objetivo não se concretiza. E7
(...) Os valores das bolsas estão aquém da realidade econômica do DF. E7
(...) A falta de conhecimento sobre o trabalho da Coordenação de Assistência Estudantil do IFB. E7

(...)encaminhamentos do corpo docente E7
(...)As dificuldades são maiores na execução da política do que no planejamento. E8
(...) formação de recursos humanos capacitados. E8
(...)Outro desafio do programa é a continuidade. E8
(...)O pagamento das bolsas não tem regularidade. E8
(...)reflete na possível evasão de estudantes e na promoção de sua emancipação. E8
(...)burocracia para comprovação de documentos. E8.
(...)ampliação da equipe mínima. E9
(...)Sem a orientação necessária dos diretores. E9
(...)atribuições em diversos momentos. E9
(...)desvio de função. E9
(...)assédio moral E9
(...) atraso no repasse. E9
(...)frustração dos estudantes com a Política. E9
(...)sistema que facilita o acesso e as análises dos Programas da Política. E9
(...) a quantidade de recursos [...] que vêm de forma fracionada e sem data definida. E10
(...) No início do ano, recebemos uma previsão do orçamento. É a partir dessa previsão que definimos programas e quantidades. Assim, por vezes, não ofertamos um ou outro programa para que os demais sejam ofertados. E10
(...) a descentralização em parcelas e sem prazo para acontecer impedem que o Campus siga fielmente seu planejamento. E10
(...) Recurso insuficiente. E11
<b>Categoria intermediária</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconhecimento da política</li> <li>- Dificuldade na gestão e operacionalização</li> <li>- Ausência de sistemas de monitoramento e avaliação</li> <li>- Recursos humanos</li> <li>- Atrasos na liberação de recursos e nos pagamento que afeta a permanência do discente e a evasão torna-se um problema</li> <li>- Interregno de tempo entre a disponibilidade recurso e resultados</li> <li>- Não equivalência na distribuição de recursos entre os programas</li> <li>- Morosidade faz com que não garanta a diminuição da evasão</li> <li>- Demanda crescente</li> <li>- Preenchimento tardio do diário</li> <li>- Baixo valor dos auxílios</li> <li>- Desconhecimento da comunidade acadêmica</li> <li>- Descontinuidade do programa</li> <li>- Excesso de Burocracia</li> <li>- Delimitação de atribuições</li> <li>- Morosidade no repasse orçamentário</li> </ul>
<b>Categoria teórica Final</b>
A implementação da política ocorreu em meio a muitas dificuldades tais como o desconhecimento da política, falta de pessoal e de recursos, fato este que gerou dificuldade na gestão e operacionalização e o por não existir um sistema tornou-se um problema que impossibilitou para que acontecesse o acompanhamento do programa.

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

O poder público necessita estar presente em todo o território e os membros das organizações figuram como peças importantes que representam o estado em sua atuação. Os membros das organizações ou burocratas como também são chamados, particularmente no que tange ao seu papel na implementação de políticas públicas, devem procurar entender sua influência nas direções, sentidos e efeitos das políticas, uma vez que os burocratas possuem alto grau de discricionariedade e autonomia no atendimento ao cidadão.

Segundo Peters (2013) os burocratas do nível de rua, devido seu papel direto com a sociedade, tem uma influencia muito grande na execução de políticas públicas. Os burocratas têm nas mãos muitas vezes o poder de decisão no momento da ação, podendo decidir por diversos fatores.

Após essa breve colocação sobre os burocratas ao nível de rua, esta categoria trata das dificuldades apresentadas na implementação da Política de Assistência Estudantil, pois diversos Entrevistados mencionaram a falta de conhecimento da comunidade acadêmica, inclusive daqueles que trabalham como implementadores, como relata o Entrevistado E1 *“desconhecimento da própria Política pelos servidores que nela atuam”*.

*“Há o desconhecimento da Política completa de forma a diminuí-la aos programas permanência e criança, de forma que impacta também na compreensão do trabalho da Coordenação de assistência Estudantil. Em um contexto tão complexo e contraditório, torna-se um desafio implementar todos os programas de forma efetiva. O preenchimento tardio de diários gera além do atraso dos pagamentos dos auxílios a grande dificuldade de acesso aos alunos com potencial de evasão e que devem ser atendidos pela Política. A ausência de preenchimento impossibilita a identificação dos alunos e possíveis contatos, que favoreceriam o atendimento de forma rápida.” E6*

Desta forma, o desconhecimento da Política prejudica a sua implementação, pois segundo o Entrevistado E6 o fato de *“desconhecimento da Política completa, dando ênfase as ações de transferência de recursos”* e o Entrevistado E7 relata que há *“desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o que é a Assistência Estudantil”* e apontou como exemplo o *“preenchimento tardio de diários”* por parte de alguns docentes, e esses fatores impactam na liberação, por exemplo, da bolsa referente ao auxílio permanência que depende da aferição da frequência do discente para ser liberado. Nesta mesma linha, o Entrevistado E2 mencionou sobre a *“falta de profissionais capacitados para trabalhar com a política, ou de profissionais pouco interessados em compreender e atuar em seu campus de acordo com a política”*.

*“A falta de conhecimento sobre o trabalho da Coordenação de Assistência Estudantil do IFB afeta diretamente a implementação da política de Assistência Estudantil, uma vez que a demanda desta coordenação depende de encaminhamentos do corpo docente aos serviços ofertados aos estudantes com dificuldades de aprendizado, emocionais e econômicas, as quais interferem em seu rendimento acadêmico e podem contribuir para elevar os índices de evasão da instituição”. E7.*

Observa-se que o desconhecimento da Política de Assistência Estudantil por parte da comunidade acadêmica está comprometendo a implementação e consolidação da Política, pois o desconhecimento e falta de envolvimento com a Política dificulta entre outras coisas, a gestão e operacionalização do PNAES no âmbito do IFB.

Observa-se ainda, que existe a necessidade de se capacitar os funcionários, pois a partir da capacitação pode ocorrer o envolvimento dos implementadores. Denhart 2012, p.165 defende que as organizações públicas constituem parte do *policy process* e abre novos caminhos para as teorias da organização pública, pois considera as organizações públicas como parte integrante de todo o processo político.

Art. 9 [...]

§ 1º Para desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social será composta por uma equipe mínima podendo ser criadas outras equipes, conforme as necessidades de atendimento ao estudante e implantação dos programas.

Art. 10. A Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social terá em sua composição o Núcleo de Serviço Social, o Núcleo de Psicologia, o Núcleo de Pedagogia, para tanto deverá contar com equipe mínima de: 1 (um) Assistente Social; 1 (um) Psicólogo; 1 (um) Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais; 3 (três) Assistentes de Aluno. Resolução 14/2014.

Observa-se que a Política de Assistência Estudantil em seu texto descreveu a equipe mínima para efetuar a implementação e execução em cada Campus, no entanto, ainda não se conseguiu estabelecer tal meta em todos os *Campi* e muitos tem dificuldades na implementação por falta de recursos humanos para desenvolver as atividades conforme relata o Entrevistado E5 “*falta de recursos humanos suficientes*”.

*“uma das principais dificuldades presentes desde a implementação da PAE é a falta de recursos humanos suficientes para o desenvolvimento dos Programas. A equipe trabalha com o número abaixo do mínimo exigido na Política e a demanda de seleção dos auxílios e acompanhamento estudantil cresce a cada semestre. Além disso, não temos todos os profissionais citados na Política, fazendo com que demandas específicas da área da psicologia, por exemplo, não sejam atendidas no Campus”.* E5

Araújo Filho, 2013, descreve que a burocracia do nível de rua está alocada num nível essencialmente problemático da burocracia, e explica essa afirmação justificando que esse fato ocorre porque esses burocratas são cobrados intensamente tanto da organização pela qual

trabalham, por estarem no último nível de implementação das políticas e por isso carregam grandes responsabilidades sobre o sucesso dessas políticas, como também por outro lado, são pressionados pelos cidadãos alvo dessas políticas, por representarem uma das principais interfaces do Estado para os cidadãos.

*“Sem a orientação necessária dos diretores em relação às atribuições em diversos momentos a ingerência, tentativa de desvio de função, assédio moral e outras questões que ocorrem por ignorância ou por simplesmente fecharem os olhos.” E9*

Observa-se diante das colocações que a falta de recursos humanos suficientes para nas Coordenações de Assistência Estudantil tem impactado de forma negativa na implementação da Política de Assistência Estudantil, pois se denota uma espécie de sobrecarga sobre os servidores que compõem a equipe nos dias atuais.

Observa-se ainda, ser um desafio ter equivalência na distribuição de créditos orçamentários entre os programas e o Entrevistado E1 relata sobre a *“dificuldade de atuação diante dos diferentes programas”* e o Entrevistado E6 diz ser *“um desafio implementar todos os programas de forma efetiva”*.

Também foi mencionado como dificuldades na implementação questões referentes ao excesso de burocracia, tal como afirmou o entrevistado E2 quando mencionou sobre os *“editais muito burocratizados”* relato esse que foi complementado pelo Entrevistado E8 ao afirmar que sobre a existência de *“burocracia na entrega de documentação”* e *“burocracia para comprovação de documentos”*. A partir dessas afirmações, pode-se estabelecer um trabalho de revisão dos editais para seleção, buscando agilizar a escolha dos favorecidos ao Programa.

Crozier (1981, p. 266) relata sobre o excesso de burocracia colocando esse fato como uma das disfunções do modelo de administração burocrática, alinhando esse excesso de burocracia as teorias do comportamento humano e afirma que:

*Nenhuma organização moderna pode escapar à necessidade da mudança; todas elas são constantemente obrigadas a adaptar-se, tanto às transformações do seu ambiente quanto às transformações, menos evidentes, porém igualmente profundas do seu*



pessoal, e não poderão sobreviver se não forem suficientemente flexíveis e capazes de adaptação. (CROZIER (1981, p. 271).

Então se há um entrave burocrático, como afirma os Entrevistados E2 e E8, no Edital, na entrega e comprovação dos documentos apresentados pelos discentes observa-se que é necessário que os haja um estudo com o propósito de averiguar quais adaptações deverão ser feitas para minimizar esses excessos burocráticos.

Outro fator incisivo na implementação da Política é a questão da morosidade na transferência dos créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros, como pode ser observado em alguns trechos dos entrevistados a seguir:

*“repasse (geralmente atrasado) do orçamento do Ministério da Educação (MEC) nos prazos certos do pagamento dos Programas”*. E9

*“No início do ano, recebemos uma previsão do orçamento. É a partir dessa previsão que definimos programas e quantidades. Assim, por vezes, não ofertamos um ou outro programa para que os demais sejam ofertados”*. E10

*“a questão orçamentária”*. E10

*“A dificuldade principal é adequar o valor orçamentário a demanda de estudantes que necessitam do recurso”*. E11

*“o recurso não é suficiente”*. E6

*“a insuficiência de recursos não permite a execução de todos os programas, reforçando a centralidade no programa de permanência”*. E6

*“O recurso não é liberado no início do ano”*. E7

*“O recurso não é descentralizado”*. E7

*“O atraso no pagamento”*. E7

*“recursos[...]que vêm de forma fracionada e sem data definida. E10*

*“ atrasos nos pagamentos dos recursos aos estudantes”*. E2

*“o tempo para o recurso ser disponibilizado ao Campus até todo o processo administrativo de empenho, publicação de edital, avaliação e resultados”*. E3

*“pagamento aos estudantes acontece quase dois meses depois do início”*. E3

*“não garantimos a efetiva permanência e a evasão se torna um problema”*. E3

*“atraso na liberação dos auxílios”*. E4

*“Atraso no repasse do recurso ao campus”*. E7

*“Atraso no pagamento aos estudantes”*. E7

*“Baixo valor dos auxílios”*. E7

A questão dos atrasos dos pagamentos foi colocado como um fator dificultador importante na implementação da política e observa-se que esse fator pode causar a descontinuidade do programa e conseqüentemente, fazer com que o programa fracasse ao passo que não conseguir cumprir com o objetivo de garantir ao discente carente condições para se manter na escola.

Em se tratando da questão financeira o Entrevistado E7 relata sobre os valores dos auxílios com a seguinte afirmação *“os valores das bolsas estão aquém da realidade*

*econômica do DF*”. Cabe informar que os valores dos auxílios foram fixados por meio da Portaria/IFB nº 005, de 01 de agosto de 2014 indicando que o valor da bolsa do Auxílio Permanência para o G1 é R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e para o G2 é R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Portanto, observa-se com essa afirmação que talvez fosse conveniente rever o valor dos auxílios que são repassados aos discentes observando a realidade do Distrito Federal.

Cabe trazer para essa discussão o fato de orçamento anual esta vinculado a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA e que este é operacionalizado pelo Ministério do Planejamento por meio da Secretaria de Orçamento Federal - SOF e que o financeiro é operacionalizado pelo Ministério da Fazenda por meio da Secretária de Tesouro Nacional - STN.

Sendo assim, tendo em vista a vinculação do orçamento a Lei Orçamentária Anual, observa-se que talvez a morosidade em um primeiro momento ocorra em decorrência a fatos externos ao Instituto Federal de Brasília, no tocante aos repasses de financeiro esse por sua vez sai do STN para o MEC e depois é sub-repassado ao IFB, sendo assim, observa-se que os atrasos dos pagamentos das bolsas dos discentes podem ser ocasionado por razões externas ao IFB e, portanto merecem ser tratados em um estudo específico.

Outro fator dificultador apontado na implementação da Política de Assistência Estudantil é a ausência de um sistema que possibilite monitorar e avaliar as ações desenvolvidas como afirma o E1 “*Ausência de sistemas que permitam o monitoramento e avaliação da PAE*”. O mesmo quesito foi mencionado pelo Entrevistado E9 “*falta de um sistema para a Assistência Estudantil*” e complementa “*sistema que facilita o acesso e as análises dos Programas da Política*”. Observa-se que se houve um sistema desenvolvido para atender a necessidade da Política de Assistência Estudantil no IBF, poderia se ter um monitoramento eficaz sobre os efeitos da política.

O entrevistado E8 relata ainda sobre a importância de trabalhar para atingir o objetivo da PAE ao afirmar que “*atingir o objetivo do programa evita a evasão e promover a emancipação do estudante*”. Observa-se com esse relato que atender ao objetivo da Política de Assistência Estudantil poderá contribuir segundo o entrevistado E9 para “*diminuir a frustração dos estudantes*” e ao passo que garante sua emancipação pode vir a ser um facilitador para diminuir a evasão.

Em se tratando de atingir o objetivo da política convém trazer para esse estudo que a administração pública federal vem se empenhando em tornar seu desempenho mais orientado para resultados, com a utilização mais eficaz, eficiente e transparente dos recursos públicos, neste sentido, Shepherd (2005, p.55) afirma que as atividades de monitoramento e avaliação desempenham papel importante nesse novo contexto de administração.

Monitoramento e avaliação possuem definições distintas, porém complementares. O monitoramento fornece informações sobre o andamento de uma política, programa ou projeto em determinado momento e em relação às metas e resultados previstos, sendo, dessa forma, descritivo. Por meio da avaliação procura-se demonstrar se os resultados estão ou não sendo alcançados.

De acordo com Martins (2007, p.2), monitoramento e avaliação são instrumentos de aprendizado gerencial, que permitem aprimorar o processo decisório, a qualidade do gasto e o resultado de políticas públicas. Desta forma, conforme os dados levantados percebe-se a necessidade de se monitorar e avaliar a Política de Assistência Estudantil com o intuito de averiguar seus gargalos e solucioná-los.

Contudo com base nos relatos observa-se as dificuldades de implementação foram diversas tais como: ausência de recursos, demora de se efetuar os pagamentos, ausência de sistema que tivesse condições de auxiliar nas atividades de monitoramento e avaliação da política, desconhecimento da política, dificuldade na gestão e operacionalização, falta de

equivalência na distribuição de recursos entre os programas, demanda crescente, baixo valor dos auxílios, descontinuidade do programa, morosidade no repasse de créditos orçamentário e recursos financeiros.

## 5.2. Dimensão II – Política orçamental

Com menos de uma década de existência o Instituto enfrenta dificuldades relativas à sua própria existência, tais como: construção de sedes efetivas, escassez e rotatividade de servidores, orçamento insuficiente para abarcar as demandas referentes à sua implantação.

*“A implementação iniciou em 2011 quando houve a primeira disponibilização de recurso e a aprovação da Política de Assistência Estudantil do IFB que foi elaborada pela PREN em conjunto com os Assistentes Sociais do IFB”.*(E1)

Neste imbróglio de criação e estabilização institucional e com o ingresso dos discentes na instituição, com vistas a garantir o direito do discente previsto na Portaria 39/2007 consolidado pelo Decreto nº 7.234/2010 foi criada a primeira Política de Assistência Estudantil no IFB, com o intuito de ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação.

### 5.2.1. Categoria – Financiamento da política

Nesta categoria discorreremos sobre o financiamento da Política de Assistência Estudantil, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico mencionado no Quadro 26.

#### Quadro 26: Descrição do objetivo referente ao financiamento da política

Tipo de coleta	Objetivo específico	Categoria teórica
Documento e questão 06	Descrever a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.	Financiamento da política

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

O Quadro 27 elenca as opiniões dos entrevistados a respeito da evolução orçamentária da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Na sequência foram feitas as observações a cerca do aumento crescente dos créditos orçamentários que custeiam a referida política.

### Quadro 27: Evolução orçamentária

<b>Categoria teórica</b>	Financiamento da política
<b>Categoria Inicial</b>	
	(...) Esse recurso é operacionalizado pela maioria dos campi. E1
	(...) depende muito da quantidade e vulnerabilidade dos alunos de cada campus. E1
	(...) varia muito de um campus para outro E1
	(...) é suficiente E1
	(...) os percentuais referente à vulnerabilidade de cada campus nos exercícios de 2012 a 2014 foram extraídos da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal e para o exercício de 2015 os percentuais de vulnerabilidade foram apurados em pesquisa específica realizada em cada campus para verificação do perfil de renda e vulnerabilidade dos alunos. E1
	(...) quanto aos demais programas, os recursos são insuficientes E2
	(...) o recurso orçamentário repassado ao Campus é insuficiente.E3
	(...) Se tivéssemos mais recurso aumentaríamos o valor do repasse dos auxílios.E4
	(...) O recurso recebido pelo IFB é concentrado na Reitoria.E5
	(...) cada Campus tem uma realidade de quantidade de alunos e quantidade e duração de cursos.E5
	(...) os recursos financeiros destinados a um Campus podem atender minimamente as demandas apresentadas e para outro Campus não.E5
	(...) tínhamos recursos e demanda para dois principais programas: Permanência presencial e criança.E5
	(...) a quantidade de recurso recebido não atendia a demanda.E5
	(...) o recurso financeiro destinado ao Campus aumentar. E5
	(...) o número de alunos é crescente.E5
	(...) e a quantidade de Programas a serem executados também cresce. E5
	(...) Os recursos são insuficientes. E6
	(...) campus mais vulneráveis do IFB. E6
	(...) o Apoio ao integrado fica com maior parte do recurso, inviabilizando outros programas. E6
	(...) Sim. No entanto, ele é mal distribuído. E7
	(...) Sim. Pensando em programas cuja ótica seja seleção e não considerando o possível corte do orçamento desse ano que será de 20 a 30%. E8
	(...) Por outro lado, caso pensássemos em óticas universalistas para construção de políticas sociais de concessão de benefícios, acho que seria insuficiente o orçamento. E8
	(...) O recurso é insuficiente para custear a Política porque não atende toda a demanda necessária. E9
	(...) A princípio, consideraria que sim. No 2º/2015, por exemplo, foi possível atender a todos os estudantes que pleitearam o Auxílio Permanência. E10
	(...) Porém, dado que a divisão dos recursos por programas nos campi bem como o número de auxílios [...] são realizados com base na previsão, sempre se trabalha dentro da reserva do possível e não necessariamente esses recursos são de fato suficientes. E10
	(...) O recurso orçamentário ainda não é suficiente, existe uma necessidade de ampliação do mesmo. E11
	(...) Recuperando a série histórica de recursos destinados foi possível custear os programas da Política de Assistência Estudantil, de modo satisfatório. No cenário atual o que dificulta é o Auxílio Integrado que compromete o orçamento. E12
	(...) seria mais efetiva se o orçamento saísse com antecedência. E3
<b>Categoria Intermediária</b>	
	- O recurso recebido é concentrado na Reitoria
	- Os <i>campi</i> operacionalizam o recurso orçamentário
	- O recurso orçamentário é insuficiente
	- O recurso orçamentário é suficiente
	- O valor de cada <i>campi</i> depende da quantidade e vulnerabilidade dos alunos
	- Aumento do valor orçamentário em razão do número de alunos
	- Apoio ao integrado
<b>Categoria Final</b>	
	A política de Assistência Estudantil é financiada pelo Ministério da Educação, no entanto existe um dilema se o recurso é ou não suficiente para desenvolver as ações da Política.

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa, em 2016

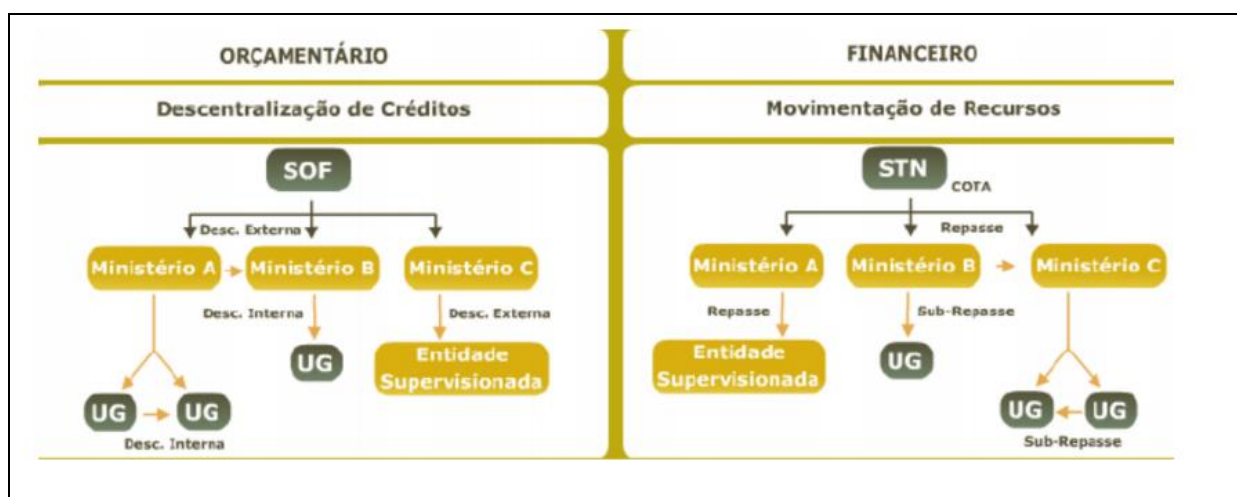
No Artigo 9º da Lei nº 11.892/2008 definiu que o Instituto Federal é organizado em uma estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual para cada campus e para reitoria.

Desta forma, conforme demonstra a figura 6, orçamento e o financeiro são duas ações embora interligadas, porém diferentes.

O Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Orçamento Federal é o órgão central responsável pelo orçamento, enquanto que o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do tesouro Nacional é o órgão central responsável pelo financeiro. Apostila de Gestão Orçamentária (TEIXEIRA, 2014, p.16).

Sendo assim, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF realiza a descentralização de créditos orçamentários para a Administração Direta e essa por sua vez distribui entre suas unidades vinculadas, conforme figura abaixo:

**Figura 6: Estruturas de movimentação orçamentária e financeira**



Fonte: Teixeira, 2014

Desta forma, no caso concreto os créditos orçamentários saem da SOF, para o Ministério da Educação - MEC que por sua vez distribui por suas unidades descentralizadas, e uma dessas é o Instituto Federal lócus dessa pesquisa.

Porém no início do exercício financeiro ocorre da Lei Orçamentária Anual demorar de ser votada e conseqüentemente há atrasos na liberação dos créditos orçamentários, fato este que ocasiona demora das transferências orçamentárias e observa-se que esse episódio foi notado pelos entrevistados, pois acarreta morosidade no atendimento aos alunos que estão em vulnerabilidade conforme demonstra o Entrevistado E3 “*seria mais efetiva se o orçamento saísse com antecedência*”.

Em consulta ao sítio da Câmara dos Deputados foi possível observar as datas em que a Lei Orçamentária anual foi sancionada nos últimos exercícios e observa-se a partir dessa informação que não há uma regularidade de datas específica para que esse evento ocorra, como pode ser notado no Quadro 28, pois é algo que depende de variáveis externas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e ao Ministério da Educação.

**Quadro 28: Datas de sanção da Lei Orçamentária Anual**

Normativo	Data
Lei nº 12.381	09/02/2011
Lei nº 12.595	19/01/2012
Lei nº 12.798	04/04/2013
Lei nº 12.952	20/01/2014
Lei nº 13.115	20/04/2015
Lei nº 13.255	14/01/2016

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa>

Desta forma, após a sanção o orçamento é transferido do MEC para as Unidades Orçamentárias, sendo assim, no caso concreto a Reitoria do Instituto Federal de Brasília recebe todos os valores orçamentários, tal como foi apontado pelo Entrevistado E5 “*o recurso recebido pelo IFB é concentrado na Reitoria*” e essa por sua vez tem a responsabilidade e obrigatoriedade de transferir aos *Campi*, tal fato foi colocado pelo Entrevistado E1 “*esse recurso é operacionalizado pela maioria dos campi*”.

Quanto ao quesito referente aos recursos financeiro conforme pode ser verificado na Figura 6, esse por sua vez é movimento pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e é decorrente dos créditos orçamentário destinado a cada unidade. Sendo assim, no caso concreto o STN faz o repasse financeiro ao MEC e esse por sua vez faz os sub-repasses para as suas unidades vinculadas.

De conformidade com a norma federal aplicada ao Poder Executivo, a atividade de administração financeira integra o Sistema de Controle Interno, cujo órgão central é o Ministério da Fazenda. No âmbito deste, a liderança do processo de gestão financeira cabe à Secretaria do Tesouro Nacional – STN. (GIACOMONI, 2010, p. 327)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e está em fase de implementação e expansão e na atual conjuntura possui *Campi* descentralizados e outros não. Desta forma, para nortear os *campi* que foram descentralizados foi publicada a Portaria IFB 01/2014 que dentre outros assuntos tratou da descentralização do orçamento para os *campi* descentralizados.

Art. 17 O orçamento dos Campi será descentralizado nas seguintes condições:

I - após o recebimento e/ou liberação do Ministério da Educação;

II - nos valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA);

III - em três etapas, sendo:

a) a primeira etapa correspondente a 40% do valor total do orçamento do Campus, para cumprimento até o dia 30 de maio do ano em exercício;

b) a segunda etapa também correspondente a 40% do orçamento total do Campus, para cumprimento até o dia 1º de outubro do ano em exercício;

c) a terceira etapa, correspondente a 20 % do orçamento será contingenciada para reserva técnica até o dia 1º de outubro, podendo ser liberada para o Campus ou colocada no Colégio de Dirigentes para uso comum de todos os Campi. (Portaria IFB 01/2014)

Neste contexto levantou-se que foram transferidos pelo MEC, para custear as despesas com a Política de Assistência Estudantil no IFB, os créditos orçamentários constantes na Tabela 03, e estes por sua vez foram repassados aos *Campi* descentralizados. Atualmente dos dez *Campi* existentes no IFB, seis estão descentralizados (Taguatinga Centro, Taguatinga, Planaltina, Riacho Fundo, Gama, Samambaia) três estão em fase de descentralização (São Sebastião, Estrutural e Ceilândia) e os demais são operacionalizados pela Reitoria. Convém destacar que a descentralização dos *campi* ocorreu de forma branda atendendo as legislações correlatas que definem como deverá ser a descentralização.

**Tabela 3: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB**

EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015
VALOR	520.825,00	1.865.029,00	3.687.937,00	4.415.260,00

Fonte: IFB(a) 2016

Percebe-se notadamente que houve um aumento crescente do valor dos créditos orçamentários que foram transferidos ao Instituto e esse fato se deu devido ao constante aumento de discentes na instituição tal como afirma o Entrevistado E1 “*depende muito da quantidade e vulnerabilidade dos alunos de cada campus*” e que não há igualdade de valor



entre os *campi*, pois segundo E1 “o valor varia muito de um campus para outro” pois segundo o Entrevistado E5 “cada *Campi* tem uma realidade de quantidade de alunos e quantidade e duração de cursos”. Observa-se que devido as particularidades existente em cada campus o recurso é transferido de acordo com suas características e com a quantidade de discentes em vulnerabilidade, pois conforme Entrevistado E6 há “*campus mais vulneráveis*”.

Nessa perspectiva de divisão de créditos orçamentários nos quadros 29 a 33 foram demonstrados os valores utilizados por *Campi* do Instituto, esses valores foram divididos após estudo realizado pelas Coordenações de Assistência Estudantil com vistas a mensurar o perfil de vulnerabilidade dos discentes. Não foram considerados para compor o número de alunos os discentes da EAD e nem FIC com menos de 200hs.

#### **Quadro 29: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2012**

<b>Campus</b>	<b>Total de alunos</b>	<b>Vulnerabilidade</b>	<b>Nº de alunos em vulnerabilidade</b>
BRASÍLIA	520	43,3%	225
GAMA	429	48,3%	207
SAMAMBAIA	549	51,4%	230
PLANALTINA	712	53,8%	383
TAGUATINGA	278	42,5%	108
TAGUATINGA CENTRO	169	42,5%	48
RIACHO FUNDO	549	45,4%	99
SÃO SEBASTIÃO	280	52,6%	109

Fonte: IFB(b) 2016

#### **Quadro 30: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2013**

<b>Campus</b>	<b>Total de alunos</b>	<b>Vulnerabilidade</b>	<b>Nº alunos em vulnerabilidade</b>
BRASÍLIA	752	43,3%	326
ESTRUTURAL	199	60,1%	120
GAMA	893	48,3%	431
PLANALTINA	970	53,8%	522
RIACHO FUNDO	687	45,4%	312
SAMAMBAIA	1045	45,4%	474
SÃO SEBASTIÃO	565	52,6%	297
TAGUATINGA	766	42,5%	326
TAGUATINGA CENTRO	276	42,5%	117

Fonte: IFB(b) 2016

**Quadro 31: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2014**

Campus	Total de alunos	Vulnerabilidade	Nº alunos em vulnerabilidade
BRASÍLIA	970	43.3%	420
CEILÂNDIA	150	55.1%	75
ESTRUTURAL	112	60.1%	67
GAMA	774	48.3%	373
PLANALTINA	749	53.8%	402
RIACHO FUNDO	252	45.4%	114
SAMAMBAIA	401	45.4%	182
SÃO SEBASTIÃO	510	52.6%	268
TAGUATINGA	492	42.5%	209
TAGUATINGA CENTRO	261	42.5%	110

Fonte: IFB(b) 2016

**Quadro 32: Divisão de créditos orçamentários – Exercício 2015**

Campus	Total de alunos	Vulnerabilidade	Nº de alunos em vulnerabilidade
BRASÍLIA	1005	77,0%	774
CEILÂNDIA	229	86,0%	197
ESTRUTURAL	265	93,0%	246
GAMA	628	94,0%	590
PLANALTINA	824	84,0%	692
RIACHO FUNDO	496	85,0%	422
SAMAMBAIA	580	86,0%	499
SÃO SEBASTIÃO	850	94,0%	799
TAGUATINGA	610	85,0%	519
TAGUATINGA CENTRO	494	91,0%	450

Fonte: IFB(b) 2016

De acordo com o Entrevistado E1 “os percentuais referente à vulnerabilidade de cada campus nos exercícios de 2012 a 2014 foram extraídos da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal e para o exercício de 2015 os percentuais de vulnerabilidade foram apurados em pesquisa específica realizada em cada campus para verificação do perfil de renda e vulnerabilidade dos alunos”. Observa-se que houve um crescimento do número de alunos de um ano para o outro essa fato é decorrente da expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e do aumento da oferta de cursos no instituto.

Sendo assim, de acordo com o Entrevistado E1 os créditos orçamentários destinados ao Instituto são rateados entre os *Campi* de acordo com o índice de vulnerabilidade e com a quantidade de alunos. Desta forma o quadro 33 traz a evolução dos valores dos créditos

orçamentários por *campi* a partir de 2012, pois a primeira política de assistência no IFB foi instituída em dezembro de 2011.

### Quadro 33: Evolução dos valores dos Créditos orçamentários por Campi

EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015
Brasília	68.700,00	141.504,53	427.427,25	471.350,33
Ceilândia	-	-	15.121,00	158.215,62
Estrutural	-	36.008,30	68.693,50	156.893,63
Gama	66.800,00	171.342,87	400.253,60	426.907,08
Planaltina	113.860,00	227.588,65	925.190,46	1.092.679,69
Riacho fundo	30.996,02	72.320,04	145.032,54	219.021,54
Samambaia	68.220,00	156.373,13	256.098,22	316.113,95
São Sebastião	45.200,00	181.154,12	328.514,60	519.702,34
Taguatinga	40.000,00	114.902,89	205.066,29	378.088,79
Taguatinga Centro	17.358,55	57.046,87	141.339,00	272.118,17
<b>TOTAIS</b>	<b>451.134,57</b>	<b>1.158.241,40</b>	<b>2.912.736,46</b>	<b>4.011.091,14</b>

Fonte: IFB(a) 2016

Observa-se que no decorrer de cada exercício foi percebido um acréscimo de créditos orçamentários e esse aumento teve relação direta com o número discente podendo ser observado nos Quadros 28 a 31.

Levando em consideração que na realização das entrevistas houve representatividade de todos os *Campi* conclui-se que há uma unanimidade em afirmar que não há recursos orçamentários suficientes para arcar com as despesas de aplicação dos programas existentes na Política de Assistência Estudantil, como descrito a seguir:

*“O recurso é insuficiente para custear a Política porque não atende toda a demanda necessária”. E9*

*“A princípio, consideraria que sim. No 2º/2015, por exemplo, foi possível atender a todos os estudantes que pleitearam o Auxílio Permanência. Porém, dado que a divisão dos recursos por programas nos campi bem como o número de auxílios [...] são realizados com base na previsão, sempre se trabalha dentro da reserva do possível e não necessariamente esses recursos são de fato suficientes”. E10*

*“O recurso orçamentário ainda não é suficiente, existe uma necessidade de ampliação do mesmo”. E11*

*“Por outro lado, caso pensássemos em óticas universalistas para construção de políticas sociais de concessão de benefícios, acho que seria insuficiente o orçamento”. E8*

*“Os recursos são insuficientes”. E6*

*“a quantidade de recurso recebido não atendia a demanda”. E5*

*“Se tivéssemos mais recurso aumentaríamos o valor do repasse dos auxílios”. E4*

*“Não”. E4*

*“quanto aos demais programas, os recursos são insuficientes”. E2*

*“o recurso orçamentário repassado ao Campus é insuficiente”. E3*

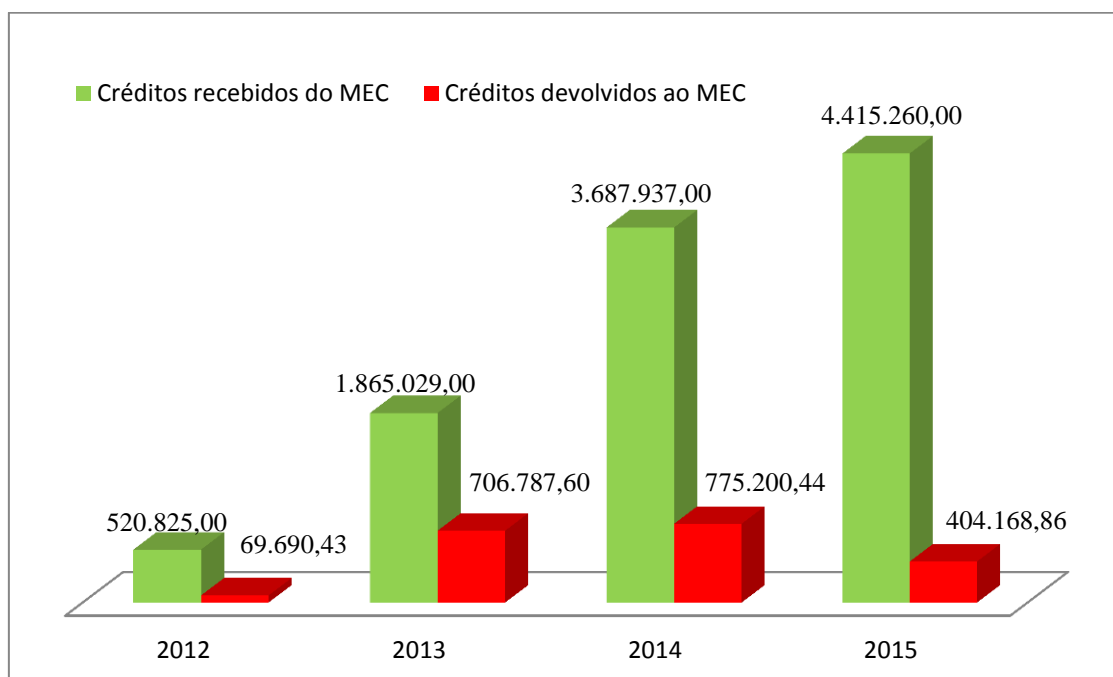
Observa-se também que conforme o relato dos Entrevistados o recurso é insuficiente e por ser pré-determinado as ações da Política são planejadas e desenvolvidas de acordo com as possibilidades orçamentárias existentes.

Outro fator relevante apontado pelos Entrevistados são os valores orçamentários que são utilizados para custear o auxílio integrado, pois estão saindo da rubrica destinada a Política de Assistência Estudantil, conforme colocado pelo entrevistado E6 “o Apoio ao integrado fica com maior parte do recurso, inviabilizando outros programas”. Observa-se que aparentemente deveria ter uma rubrica específica para custear essas despesas.

*“Recuperando a série histórica de recursos destinados foi possível custear os programas da Política de Assistência Estudantil, de modo satisfatório. No cenário atual o que dificulta é o Auxílio Integrado que compromete o orçamento.” E12*

Contudo, convém trazer para o estudo que durante a execução da Política de Assistência Estudantil mesmo com as afirmações dos Entrevistados que não há recurso orçamentário suficiente notou-se que valores não foram utilizados na totalidade, conforme pode-se aferir nas Tabelas 03 e Gráfico 02 portanto devolvidos ao Ministério da Educação no fim de cada exercício financeiro.

**Gráfico 2: Créditos orçamentários da assistência estudantil e recebidos e devolvidos**



Fonte: IFB(a) 2016

Esta fala é corroborada pela colocação do Entrevistado E7 que na questão referente ao orçamento (suficiente ou insuficiente) responde que “*Sim. No entanto, ele é mal distribuído*” e o Entrevistado E5 diz que “*os recursos destinados a um Campus podem atender minimamente as demandas apresentadas e para outro Campus não*”. Com essas colocações observa-se que existe a necessidade de se realizar um estudo com vias a estabelecer um planejamento da aplicação dos créditos orçamentários destinados a Política de Assistência Estudantil para melhor aplicação no sentido de atender aos seus objetivos princípios. Observa-se que não se justifica a devolução de créditos orçamentários quando há discentes em vulnerabilidade não atendidos.

Constata-se de acordo com os dados apresentados no Gráfico 2 que em decorrência dos créditos orçamentários devolvidos ao MEC existe a necessidade de se estabelecer um planejamento com vista a acompanhar o desenvolvimento das atividades da Política de Assistência Estudantil com o intuito de aprimorar a qualidade no gasto dos créditos, pois observa-se que o fato de haver devoluções de créditos não aponta que a política não esteja atingindo o seu objetivo princípio, no entanto pode ser um indicativo que necessita ser analisado com vistas a melhor atender a necessidade dos discentes que encontrarem em situação de vulnerabilidade.

Observa-se com base nos dados no que se refere ao financiamento da Política de Assistência Estudantil que os créditos orçamentários necessitam ser analisados e distribuídos de maneira que os *campi* recebam os valores necessários para o desenvolvimento dos programas e para isso denota-se ser necessário um planejamento, monitoramento e capacitação dos implementadores para que ocorra um melhor aproveitamento do orçamento evitando-se a devolução de créditos orçamentários e ampliando o alcance dos programas.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este capítulo procura expor as conclusões encontradas sobre a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e na sequência traz uma série de recomendações e sugestões com o intuito de contribuir para a melhoria da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no âmbito do IFB.

O esforço para alcance dos objetivos propostos, a fim de responder a questão problema, culminou de imediato à necessidade de se estabelecer relação com um embasamento teórico que espelhasse as ações que envolveram a criação e principalmente implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB.

Buscou-se descrever sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, a Política de Assistência Estudantil no IFB e seu financiamento, caracterizando a vulnerabilidade socioeconômica e por fim adentrou-se nos conceitos de política pública, abordando sobre a fase de implementação, mostrando o envolvimento e importância do burocrata ao nível de rua nessa fase em meio à evolução da administração pública.

Sendo assim, este estudo foi elaborado com o intuito de analisar a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e no que se refere ao objetivo específico que trata de compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília de Brasília, podemos afirmar que a Política existente no IFB corresponde à aplicação do Decreto nº 7.234, de 19 julho de 2010 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil em todo território nacional, uma vez que este tem por objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os alunos que ingressaram nos cursos superiores, técnico e superior.

No tocante aos objetivos específicos que visou descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília bem como caracterizar sua trajetória de implementação e quais programas foram implementados concluiu-se que os efeitos do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília tiveram início no ano de 2011, quando entrou em vigor a primeira Política e essa por sua vez foi reformulada em 2014 para melhor adequação a realidade do Instituto e dos discentes.

No objetivo específico que caracterizou as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto, uma vez que a Política de Assistência Estudantil é uma política pública, buscou-se compreender os conceitos sobre política pública e sua implementação, bem como seus implementadores que são os burocratas ao nível de rua para somente e não menos importante mencionar sobre a vulnerabilidade socioeconômica e por fim adentrar no Programa Nacional de Assistência Estudantil que culminou na Política de Assistência Estudantil e em seu financiamento.

A Política de Assistência Estudantil vigente foi regulamentada pela Resolução 14/2014-CS/IFB e é composta por três grandes grupos: programas universais, programas de promoção à permanência e programas de incentivo ao desenvolvimento acadêmico. Contudo, nem todos os programas equivalem ao pagamento de bolsas ou auxílios como são chamados, no entanto, esse ainda parece ser o elemento principal da política embora encontre o desenvolvimento de outros programas distribuídos pelos *campi*.

Observa-se que o benefício ofertado por meio dos programas de promoção a permanência equivale a um auxílio importante em detrimento às condições socioeconômicas dos discentes, o que de fato poderá ser um auxílio que instigue a permanência e a conclusão do curso, porém, não equivale ao único programa da Política como pode ser percebido na fala de alguns Assistentes Sociais, para tanto esforços estão sendo feitos para se conseguir

implementar os demais programas, pois todos tem sua importância no processo. Há programas que não necessitam apenas de créditos orçamentários para produzir efeitos, mas também de criatividade e dedicação como é o caso dos programas de incentivo a cultura esporte e lazer, programa de acompanhamento social, pedagógico e psicológico e o Programa de apoio ao desenvolvimento técnico científico.

Quanto ao objetivo específico que trata da evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, observou-se que houve um crescente aumento dos créditos orçamentários no decorrer dos anos. Percebeu-se, entretanto, que valores foram devolvidos sem utilização ao Ministério da Educação, concluindo-se pela a necessidade de haver um melhor ajustamento no planejamento para que esses créditos possam ser utilizados com qualidade visando atender melhor aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, o fato de ter créditos orçamentários sem utilização para o Ministério da Educação não pode ser colocado como um fator negativo para a implementação da Política no IFB, necessitando de um estudo específico para obter essas respostas, pois não é apenas o uso da totalidade do orçamento que determina o sucesso ou fracasso de uma política, pois como mencionado anteriormente há programas que não estão vinculados diretamente a créditos orçamentários, para tanto é necessário monitoramento e avaliação para ser ter condições de concluir sobre a devolução de créditos.

A Política no decorrer de sua trajetória vem crescendo e se desenvolvendo para se adequar a novas realidades e atender a um maior quantitativo de estudantes, com qualidade e em todos os programas, desta forma embora com dificuldades os implementadores da política, ou melhor, os burocratas ao nível de rua devem procuram desenvolver seus trabalhos de forma a alcançar os objetivos da política, no entanto após o levantamento dos dados percebeu-



se que existe uma necessidade crescente de capacitação dos implementadores da política, pois houve uma constante afirmação sobre o desconhecimento da política por parte dos burocratas ao nível de rua.

Outra dificuldade observada equivale à morosidade de se conceder os auxílios aos discentes, por haver uma constante e corriqueira demora nos procedimentos administrativos para que ocorra a concessão, morosidade essa que inicia desde a entrada dos créditos orçamentários, perpassando pela formulação de editais e emissão de empenhos e por fim e mais comum a demora no repasse mensal dos auxílios aos discentes.

Para aperfeiçoar essas rotinas administrativas carece de um treinamento visando à conscientização da importância da Política para todos aqueles envolvidos. Pois existem fases como a transferência de crédito orçamentário e repasse de recursos financeiros que dependem da Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Educação, fases essas que o Instituto não possui gerencia sobre as rotinas, no entanto acelerar os procedimentos administrativos que tramitam no âmbito do Instituto poderá contribuir para agilizar o processo de concessão.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, no tocante à sua trajetória ainda está em implementação, como pode ser percebido pela fala dos Assistentes Sociais quando relatam que ainda existem programas que não foram implementados, equipes mínimas que ainda não estão completas, questões relativas a créditos orçamentários e recursos financeiros que precisam ser revistos e o mais importante a certeza que o discente que encontra-se em vulnerabilidade socioeconômica foi atendido.

Desta forma, conclui-se que a Política de Assistência Estudantil, sendo instrumento que poderá ser essencial para corrigir ou minimizar as discrepâncias socioeconômicas dos discentes matriculados no IFB, percorreu longos caminhos até o presente momento, porém

necessita de ser melhor aplicada e conhecida tanto no seu teor quanto nos aspectos administrativos que a rodeia, e de ser monitorada e avaliada para que seus gargalos sejam solucionados e seus objetivos cumpridos.

### **6.1. Recomendações e sugestões para trabalhos futuros**

Recomenda-se uma capacitação de aproximadamente 20 horas aulas, para todos os envolvidos na implementação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, no intuito de sanar as dificuldades na administração dos créditos orçamentários e recursos financeiros, bem como suas rotinas, conforme Giacomoni (2010), com o intuito de melhorar e harmonizar o diálogo no tocante a implementação de uma política que envolve um representativo valor de créditos orçamentários e consequentes repasses de recursos financeiros.

Recomenda-se, conforme Howlett e Ramesh (1995), capacitação de aproximadamente 20 horas aulas sobre implementação de política pública para todos os burocratas ao nível de rua com vistas a minimizar falhas e descontinuidade nas rotinas das atividades a serem implementadas.

Recomenda-se, conforme Secchi (2013) que toda a comunidade acadêmica inclusive os pais e o Conselho Gestor seja envolvida no processo de implementação da Política de Assistência Estudantil por meio da realização de oficinas em cada campus com carga horária de aproximadamente 5 horas aulas para tratar de assuntos relativos ao conteúdo da PAE como intuito de desenvolver a responsabilidade de toda a comunidade sobre o assunto. Para além disso, recomenda-se também a realização de minicursos com carga horária de aproximadamente 10 horas aulas envolvendo os novos profissionais recém chegados ao instituto com a prerrogativa de inseri-los no processo de implementação da política. Recomenda-se também a realização de fóruns anuais com uma carga horária de aproximadamente 24 horas sendo convidadas comunidades acadêmicas pertencentes a outros

Institutos Federais e Universidades para troca de experiência e com esse feito poder implementar e/ou aperfeiçoar ações do programa bem como rotinas administrativas.

Recomenda-se ainda, conforme os conceitos de Howlett e Ramesh (1995), que seja desenvolvido um sistema capaz de absorver as informações e dados provenientes da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília com o intuito de monitorar e servir de base para se avaliar o sucesso ou fracasso do programa.

Recomenda-se por fim que seja desenvolvido um mapeamento de processo contendo todas as fases necessárias para o bom andamento dos processos referentes à Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFB com o escopo de agilizar e facilitar o tramite e desenvolvimento das atividades de forma ágil, com o propósito de assistir aos discentes em situação de vulnerabilidade.

Recomenda-se, conforme Giacomoni (2010), a adoção de meios tais como: conciliação de créditos orçamentários com as necessidades da Política e fixação de metas, com vistas a buscar um controle mais efetivo na execução do planejamento das despesas com assistência no sentido de obter melhor qualidade nos gastos e, por conseguinte melhor assistir aos discentes em situação de vulnerabilidade.

Como proposta para trabalhos futuros está a reformulação da Política de Assistência, conforme Howlett e Ramesh (1995), com o intuito de minimizar algumas impropriedades existentes na política atual, essas deveriam ser mapeadas e excluídas do texto por não fazer parte de sua competência. Desta forma, como vários Entrevistados mencionaram sobre o desconhecimento da política para elaboração da próxima seria conveniente realizar grupos de trabalhos - GT para essa finalidade, no qual possa participar servidores do orçamento e financeiro, com o propósito de reformular a política voltada para as ações da assistência estudantil, delimitando as atribuições dos implementadores de forma objetiva e reais.

Também como proposta para estudos futuros é a criação e o acompanhamento de indicadores, dentro da Política de Assistência Estudantil no Instituto, capazes de mensurar os resultados dos programas constituindo-se como um instrumento para avaliação da Política.

Outra proposta para estudos futuros seria o desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa que expresse significativamente sobre o sucesso ou fracasso da Política de Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Tecnológica, pois aparentemente não foi realizado nenhum estudo que comprove que a missão do PNAES é alcançada e que, por exemplo, esteja acontecendo algum decréscimo nas taxas de evasão ou acréscimo na taxa de diplomação dos discentes em decorrência da implementação da Política de Assistência Estudantil.

O PNAES tem como um de seus objetivos contribuir para a promoção e inclusão social por meio da educação, dessa forma seria relevante que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília acompanhasse os contemplados, bem como os egressos que foram assistidos pela Política de Assistência Estudantil, a fim de verificar como se deu a inserção destes no mercado de trabalho e ocorrência de melhorias em suas condições socioeconômicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam, et al. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**; desafios para políticas públicas. Brasília. UNESCO. BID. 2002.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARAÚJO, Fabrícia Silva de Juliane; BEZERRA, Cristina Bispo. **Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>> Acesso 02/07/2015.

ARAÚJO FILHO, T. P. 2013. **Burocratas do nível de rua**: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado. In X Jornadas de Sociologia. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

AVILA, M. L.; SOUZA, J.; PIRES, M.R.G. **Guia dos trabalhos de conclusão final**. 2015.

BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora Presses Universitaires de France, 1977.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. 2ª reimpressão. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 06/12/14.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)> Acesso 03/10/2014.

\_\_\_\_\_. Forum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis: **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: FONAPRACE, 2007. Disponível em <<http://www.ufjf.br/proae/files/2009/08/plano-nacional-de-assistencia-estudantil.pdf>> Acesso em: 20 de março. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 05/01/15.

\_\_\_\_\_. MEC. Lei nº 13.005/204. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro>> Acesso 05/02/2015.

\_\_\_\_\_. MEC. **PARECER CNE/CEB Nº 16/99**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>> Acesso 05/02/2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v.47, n.1, janeiro, 1996.

CROZIER, Michael. **O fenômeno burocrático**. Trad. Juan A. Gili Sobrinho. V.2, Coleção Sociedade Moderna. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DIEESE. **Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal**, 2010. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2010/produto6.pdf>> Acesso em: 11/03/2015

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HAIR Jr., J.F. Joseph F. Hair Jr, Barry Babin, Arthur H. Money e Philip Samuel, tradução de Lene Belon Ribeiro. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre, Bookman, 2005.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 16, n. 1, mai. 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>> Acesso em: 11/03/2016

HOOD, Christopher. The “new public management” in the 1980s: variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 2/3, p. 93-109, 1995.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems**. Toronto: Oxford University Press, 1995.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; Wu, X.; Fritzen, S. **Políticas Públicas: Gerenciando processos**. ENAP, 2014.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, número 34**, Rio de Janeiro 2014. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese de Indicadores Sociais 2014/SIS\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf)> Acesso:25/03/2015.

IFB. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**. Disponível em: <[https://www.ifb.edu.br/attachments/007\\_201032010421150estatuto\\_ifb\\_aprovadao\\_e\\_envia do\\_ao\\_mec\\_agosto\\_2009.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/007_201032010421150estatuto_ifb_aprovadao_e_envia_do_ao_mec_agosto_2009.pdf)> Acesso:10/01/2015.

\_\_\_\_\_. **IFB em números**. <<http://ifbemnumeros.ifb.edu.br>> Acesso: 20/08/2015

\_\_\_\_\_**Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)> Acesso 03/10/2014.

\_\_\_\_\_**Resolução nº 026/2011/CS-IFB.** Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/2321\\_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB\\_026\\_2011\\_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/2321_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_026_2011_Assist%C3%Aancia%20Estudantil.pdf)> Acesso: 20/02/2015.

\_\_\_\_\_**Resolução nº 035/2012/CS-IFB.** Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/2939\\_035\\_REFERENDADA\\_Resolu%C3%A7ao%2035\\_2012\\_referendada\\_11\\_12\\_2012.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_035_REFERENDADA_Resolu%C3%A7ao%2035_2012_referendada_11_12_2012.pdf)> Acesso: 15/02/2016.

\_\_\_\_\_**Resolução nº 014/2014/CS-IFB.** Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/POL%C3%8DTICA%20DE%20ASSIST%C3%8ANCIA%20ESTUDANTIL333.pdf>> Acesso: 20/02/2015.

\_\_\_\_\_**Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 a 2013.** Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/007\\_PDI%202009-2013%20IFB.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/007_PDI%202009-2013%20IFB.pdf)> Acesso: 15/02/2015.

\_\_\_\_\_**Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 a 2013.** Disponível em: Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3933/Plano\\_de\\_Developolvimento\\_Institucional\\_2014\\_2018\\_IFB.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3933/Plano_de_Developolvimento_Institucional_2014_2018_IFB.pdf)> Acesso: 20/02/2015.

\_\_\_\_\_. (a) **Diretoria de Orçamento** da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFB. Extração de dados orçamentários. 2016.

\_\_\_\_\_. (b) **Coordenação Geral de Assistência Estudantil** da Pró-Reitoria de Ensino. Dados. 2016

KAZTMAN, Ruben. **Vulnerabilidad y Exclusión social.** Uma proposta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile, Cepal, 2005.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services,** Russell Sage Foundation, New York.1980.

LIPSKY, Michael. **Street Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services.** (The Russel Sage Foundation: New York, NY). 2010.

LOTTA, G. S. **Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). 2010.

MACHADO JR, José Teixeira. **Teoria e Prática do Orçamento Municipal.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Humberto Falcão. 2007. **Sistemas de Monitoramento e Avaliação na Administração Pública**. IV Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado. Rio de Janeiro, 01 a -3 de outubro de 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública**. São Paulo, editora Atlas S.A. 2008.

MAYNARD MOODYS,S; MUSHENO, M. **Cops Teachers, Counselors: Narratives of Street Level Judgment**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.

NAJBERG, e.; BARBOSA, N. G. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. **Anpad**: novembro de 2006.

OLIVEIRA, B. R. A implementação do programa bolsa-família sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. **Revista do Serviço Público**, 65(4), 517-544.2014.

OLIVEIRA, VANESSA E. e ABRUCIO, Fernando L. **Entre a política e a burocracia: a importância dos burocratas de nível médio para produção de políticas públicas em saúde e educação**, paper preparado para o 35º encontro anual da ANPOCS – GT Políticas Públicas. 2011.

OLLAIK, Leila Giandoni. Quatro modelos teóricos de relevância para pesquisas orçamentárias no Brasil. **Anpad**: novembro de 2010.

OSBORNE , David; Gaebler , Ted. **Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1992.

PETTERS, Guy B. **Administração pública coletânea**. Ed.1ª. RJ. Editora Unesp, 2013.

QUIVY, R e CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais: trajectos**. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Amália Salazar dos. **Breve História da Legislação Educacional no Brasil**. Disponível em:

<<http://cei.edunet.sp.gov.br/subpages/projetos/professoresprodacademica/Breve%20Hist%F3ria%20da%20Legisla%E7%E3o%20Educacional%20no%20Brasil.htm>> Acesso 01/07/2015.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Brasília: ENAP, 1997.

RUBEGA, Cristina Cimarelli Caballero. **A reforma da educação profissional de nível médio e a formação do técnico em química: retrospectiva e perspectivas de uma profissão**, 2000. Tese (doutorado em educação) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.



ROSSI, Rafael. **A perspectiva territorial no debate das políticas públicas**: Contribuições a partir da problematização geográfica. GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2013, vol. 4, n° 33, p. 34-51. [ISSN:2173-1276]

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar./abr. 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHLITHLER, Ana Cristina Belizia. CERON, Mariane. GONÇALVES, Daniel Almeida. **Famílias em situação de vulnerabilidade ou risco psicossocial**. Disponível em: <[http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/1/modulo\\_psicossocial/Unidade\\_18.pdf](http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_psicossocial/Unidade_18.pdf)> Acesso 05/07/2015.

SHEPHERD, Geoffrey. **Monitoring and Evaluation in the Brazilian Federal Government**. World Bank. Jan. 2005.

SILVA, P.L.B. & MELO, M.A.B. **O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil**: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. Campinas : Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno n° 48. 2000.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras . 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/1487582/Downloads/MIRIAM.SILVEIRA\\_A%20Assist%C3%AAncia%20Estudantil%20no%20Ensino%20Superior%20%E2%80%93%20uma%20an%C3%A1lise%20sobre%20as%20pol%C3%ADticas%20de%20perman%C3%AAncia%20das%20universidades%20federais%20brasileiras%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/1487582/Downloads/MIRIAM.SILVEIRA_A%20Assist%C3%AAncia%20Estudantil%20no%20Ensino%20Superior%20%E2%80%93%20uma%20an%C3%A1lise%20sobre%20as%20pol%C3%ADticas%20de%20perman%C3%AAncia%20das%20universidades%20federais%20brasileiras%20(1).pdf)> Acesso 05/07/2015.

TEIXEIRA, Alex Fabiane Gestão do orçamentária e financeira: apostila. Brasília: ENAP, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010 – [catolicaonline.com.br/revistadacatolica](http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica).

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VINZANT, J. C.; Crothers, L. **Street-Level Leadership**: Discretion and Legitimacy in Front-Line public Service. Washington: Georgetown University Press, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010.

# **APÊNDICE**

## **APÊNDICE - RELATÓRIO TÉCNICO**

### **1. Introdução**

Com o propósito de assegurar a manutenção da permanência e a conclusão do curso tendo como meta reduzir as taxas de evasão e naturalmente promover a inclusão social através da educação, a Portaria 39 de 12 de dezembro de 2007 e posteriormente o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 regularizaram as práticas individualizadas de assistência aos estudantes existentes nas instituições de ensino.

Convém destacar o Artigo 4º do mencionado Decreto, pois este incluiu no Programa Nacional de Assistência Estudantil os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades e áreas estratégicas de ensino, visando atender ao seu corpo discente. Dessa forma, a Assistência estudantil no âmbito dos Institutos Federais, inclui todos os seus alunos tanto do ensino técnico como do ensino tecnológico.

Sendo assim, em decorrência do PNAES o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB buscou regulamentar sua política própria primeiramente por meio da Resolução nº 26/2011/CS-IFB e na atualidade encontra-se vigente a Política de Assistência Estudantil regulamentada por meio da Resolução nº 14/2014/CS-IFB.

Considerando que:

- o IFB está contemplado para a implementação do PNAES conforme pode ser observado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, fato este que proporcionou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília construir internamente sua Política de Assistência Estudantil – PAE com o intuito de garantir o acesso e, a permanência do discente no curso;

- que o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES pela sua amplitude e significância desperta o interesse em como o tema tem sido trabalhado no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior; e

- que a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio da Política de Assistência Estudantil - PAE, pelos agentes no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB apresenta significativo grau de discricionariedade e proatividade, alterando a própria concepção da política em alguns de seus aspectos, questiona-se: Qual a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília?

### 1.1. Objetivos

O Estudo tem por objetivo geral analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e sua relação com o PNAES. Como objetivos específicos têm-se: [1] compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; [2] descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; [3] caracterizar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; [4] descrever evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; [5] identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foram implementados pelos Campi; e [6] caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

## **2.Referencial Teórico**

No PNAES ficou estabelecido que deveriam ser desenvolvidas ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O mencionado Programa atribui a cada instituição definir como serão desenvolvidas as ações e a forma como serão utilizados os recursos orçamentários.

Em conformidade com Giacomoni (2010, p. 57) a eficiência no processo de gestão pública passa necessariamente pelo planejamento orçamentário, e pela sua boa execução, pois é no orçamento que se encontram demarcada todas as receitas e todas as despesas orçamentárias que serão realizadas.

Desta forma, tendo em vista a Política Nacional de Assistência Estudantil o Decreto nº 7.234/2010 dispõe em seu art. 8º que as despesas para custear este Programa correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao MEC que por sua vez transferirá às instituições federais de ensino superior. Os valores dos créditos orçamentários destinados para o PNAES tem relação direta com o índice de desenvolvimento humano – IDH de cada ente da federação, bem como o número de alunos e de vagas oferecidas por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU que é gerenciado pelo MEC.

Em se tratando de créditos orçamentários convém trazer para o estudo os valores dos créditos orçamentários dispendidos para custear as despesas com o Programa de Assistência Estudantil, no âmbito do IFB, os valores constantes na Tabela 1, extraídos do SIAFI por meio da Diretoria de Orçamento/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

**Tabela 1: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>VALOR</b>	393.728,00	520.825,00	1.865.029,00	3.687.937,00	4.415.260,00

Fonte: IFB(a) 2016

Em se tratando de vulnerabilidade no quesito socioeconômico é sabido que uma das maneiras para solucionar ou amenizar seus efeitos são as Políticas Públicas. Dessa forma, vale trazer para esse ensaio as palavras de Secchi (2013, p.1) que defende que as políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de

construção e atuação dessas decisões e completa definindo políticas públicas como sendo uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Quanto à implementação constitui-se segundo Secchi (2013, p.52) na fase onde ocorre a efetiva prática, ou seja, os programas são efetivamente implementados no sentido de colocar em vigência as rotinas as regras e os processos anteriormente esboçados na agenda, estudar essa fase equivale à possibilidade de conhecer os obstáculos e falhas de determinada política.

Para Howlett et al (2014, p. 98) a implementação de políticas públicas é um processo dinâmico e não linear. E que a implementação também é política e para além disso coloca que o processo de implementação em si não só cria vencedores e perdedores, mas é também o estágio, em que os riscos de ganhar ou perder começam a se manifestar de forma muito clara para muitos participantes. Rua (1997, p1) complementa essa ideia afirmando que a política precisa de acompanhamento, pois podem ocorrer oscilações em seus resultados.

Com o olhar voltado para o modelo de implementação *botton-up*, de acordo com Oliveira (2014, p. 521) o processo de implementação deve ser entendido como um conjunto de interações entre os agentes implementadores e os destinatários da política. Segundo esse mesmo autor o processo de interação possibilita mudança e aprendizagem no campo das políticas públicas ao passo que valoriza as ideias individuais dos agentes, que por vez acaba gerando alguma transformação no programa.

Observa-se ainda que o modelo de implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil é desenhada como uma ação implementada de cima para baixo (*top-down*), pois corrobora com a contribuição Najberg e Barbosa (2006, p.7) que conceituou o processo *top-down* dizendo que na visão clássica sobre políticas públicas, a implementação é entendida como um jogo de uma só rodada, onde a ação governamental é implementada de cima para baixo (*top-down*), pois embora tendo ocorrido ações por exemplo do FONAPRACE para

criação do Programa não foi encontrado registros de movimentos populares importantes requerendo a criação do Programa.

Denhart (2012, p.166) confirma as afirmações acima quando descreve que os membros das organizações públicas exercem papel importante na formulação de políticas, e inserindo-os no *policy process* diz que a influência dos membros de uma organização é amplamente sentida do *design* das políticas e programas e que eles continuam a dar forma às políticas por meio de seus esforços de implementação independentemente de qual foi a esfera pública que a desenhou.

Nos termos de Lipsky, (1980), os burocratas são aqueles que não apenas executam, mas moldam ativamente os resultados das políticas, interpretando regras e alocando recursos escassos. Por meio da sua rotina e das decisões que são tomadas, esses trabalhadores na realidade produzem políticas públicas.

Lipsky (2010, p.3) define os burocratas, como servidores públicos que interagem diretamente com os cidadãos no cumprimento de suas tarefas e que tem grande discricção na execução de seu trabalho. Incluindo assim, professores, policiais, assistentes sociais, inspetores de saúde e demais servidores, agentes ou funcionários públicos que fazem cumprir leis e regulamentos.

Desta forma, o burocrata ao nível de rua esta constantemente suscetível a conflitos em decorrência de seu cotidiano de implementador das políticas públicas. Lipsky coloca inclusive o burocrata como sendo a chave para o bem estar dos cidadãos por serem efetivamente a face do estado para a sociedade.

### **3.Percurso Metodológico**

A presente pesquisa é um estudo de caso com pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva.

Desta forma, tendo em vista que a abordagem qualitativa é um método indutivo o presente estudo encaixou-se nessa abordagem pelas suas características no tocante atender aos seus objetivos que tratam de traçar uma trajetória de implementação de uma política. Segundo Flick, (2009, p. 25) a pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o estudo de caso exploratório de natureza qualitativa, conforme propôs Yin (2001, p. 21), que relata que o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Quanto à classificação dessa pesquisa, trata-se de caráter descritiva, pois retrata a realidade dos fatos sem o intuito de alterá-los e segundo Yin (2010, p. 134) uma abordagem descritiva pode ajudar a identificar as ligações causais apropriadas a serem analisadas em um estudo de caso e de acordo com Hair Jr, et al (2005, p. 80) o processo de pesquisa em administração busca descrever as realidades de ações e interações administrativas de um modo verdadeiro.

Trata-se ainda de pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em material já elaborado, pois seu referencial está sendo embasado em livros, sítios governamentais e legislações correlatas ao assunto e ainda é uma pesquisa documental por ser necessária a análise de documentos disponibilizados pela Instituição para a concretização do estudo.

A fim de obter o levantamento detalhado e o panorama da Política de Assistência Estudantil, os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevista estruturada.

Dessa forma, nos itens referente: à compreensão e abrangência do PNAES e ao Programa de Assistência Estudantil do IFB foi utilizada a análise documental, a partir do



exame de diferentes documentos tais como a Constituição Federal, Leis, Decretos, Resoluções internas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Portarias e Editais de seleção de discentes ao programa de assistência estudantil.

Levando em consideração o que foi defendido por Marconi e Lakatos (2003) e Yin(2010), nesta pesquisa foram utilizados os dados coletados, por meio de entrevista estruturada, junto aos Assistentes Sociais que tratam diretamente da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Desta forma, foram entrevistados 14 indivíduos pertencentes ao quadro funcional do Instituto, que ocupam o cargo de Assistente Social.

De acordo com Hair Jr, et al (2005, p 163) cada entrevistado recebeu a oportunidade idêntica para responder as perguntas da entrevista estruturada e nesta pesquisa as entrevistas foram realizadas utilizando como ferramenta de encaminhamento do roteiro a mensagem eletrônica (Email), o roteiro foi encaminhado no primeiro trimestre de 2016 aos 14 Assistentes Sociais que corresponde a totalidade de Assistentes Sociais no Instituto, sendo obtidas 13 respostas.

A seleção dos assistentes Sociais buscou tão somente priorizar as contribuições que eles pudessem trazer à pesquisa, resgatando fatos em relação à trajetória da Política de acordo com suas experiências na Instituição e na área de investigação. A seleção destes indivíduos também buscou priorizar as contribuições desses na implementação da Política de Assistência Estudantil, por estarem diretamente ligados ao seu desenvolvimento.

Vergara, (1998, p. 14) corrobora com Bardin quando diz que a análise de conteúdo refere-se ao estudo de textos e documentos, é uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados quanto aos significantes da mensagem. Bardin (1977, p. 34) coloca também que a análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, embora possa ser também uma análise dos significantes.

## **4. Resultados e análise dos dados**

### **4.1. Implementação da Política de Assistência Estudantil**

Nessa primeira dimensão coloca-se em foco os acontecimentos institucionais que se concretizaram como aspectos importantes e relevantes para a trajetória de implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Na categoria política pública compreende-se a abrangência da Política de Assistência Estudantil como parte integrante das políticas públicas brasileiras, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico Compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília de Brasília.

Contudo, de acordo com a análise realizada no texto da Portaria nº 39/2007 e Decreto nº 7.234/2010 que instituiu o PNAES pode-se aferir que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, por meio da Política de Assistência Estudantil aprovada pela Resolução nº 26/2011-CS/IFB e atualizada pela Resolução nº 14/2014-CS/IFB tem implementado no âmbito do Instituto o PNAES. E ao analisar as mencionadas Resoluções percebe-se que a Política do IFB atende aos preceitos para a qual foi criada, pois é abrangente e detalhista. Destaca-se que está prevista uma nova revisão e, nesse sentido convém realizar algumas melhorias em seu texto, a exemplo seria reavaliar as atribuições dos implementadores.

Na categoria implementação da Política de Assistência Estudantil descreve-se a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com o intuito de contextualizar os objetivos específicos: Descrever a Política de Assistência Estudantil em implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília e Caracterizar a trajetória da implementação.

A Política vigente no Instituto é detalhada e descreve em minúcias como deverão ser operacionalizados os programas. Constitui-se em uma política recente, porém de uma enorme amplitude, pois está sendo executada em todos os *Campi* do Instituto com a participação da comunidade acadêmica, demonstrando assim características do modelo da nova gestão pública.

Na categoria sobre os programas criados na Política, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico: identificar quais programas existentes na Política de Assistência Estudantil do IFB foram implementados por *Campi*, conforme descrito na Resolução nº 14/2010 os programas que deverão ser implementados ao longo de sua execução e é composta por três grandes grupos: programas universais, programas de promoção a permanência e programas de incentivo ao desenvolvimento acadêmico.

Constatou-se com a pesquisa que os programas foram implementados aos poucos nos *campi*, de acordo com suas necessidade e possibilidades, pois não tinham a equipe mínima suficiente e/ou pelo fato dos cursos ainda estarem em implantação.

Na categoria dificuldades encontradas na implementação da Política de Assistência Estudantil, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico: caracterizar as dificuldades encontradas na implementação dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFB. Constatou-se que as dificuldades de implementação foram diversas tais como: morosidade no repasse de créditos orçamentário e de recursos financeiros ocasionando demora em se efetuar os pagamentos, ausência de sistema que tivesse condições de auxiliar nas atividades de monitoramento e avaliação da política, desconhecimento da política, dificuldade na gestão e operacionalização, falta de equivalência na distribuição de recursos entre os programas, demanda crescente, baixo valor dos auxílios, descontinuidade dos programas, excesso de burocracia, preenchimento tardio dos diários e recursos humanos.

#### 4.2. Dimensão II – Política orçamental

Nesta categoria discorreremos sobre o financiamento da Política de Assistência Estudantil, com o intuito de atender ao descrito no objetivo específico: Descrever a evolução orçamentária destinada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Neste contexto levantou-se que foram transferidos pelo MEC, para custear as despesas com a Política de Assistência Estudantil no IFB, os créditos orçamentários constantes na Tabela 02, e estes por sua vez foram repassados aos *Campi* descentralizados.

**Tabela 2: Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB**

EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015
<b>VALOR</b>	520.825,00	1.865.029,00	3.687.937,00	4.415.260,00

Fonte: IFB(a) 2016

Percebe-se notadamente que houve um aumento crescente do valor dos créditos orçamentários que foram transferidos ao Instituto e esse fato se deu devido ao constante aumento de discentes na instituição

Sendo assim, de acordo com a pesquisa os créditos orçamentários destinados ao Instituto são rateados entre os *Campi* de acordo com o índice de vulnerabilidade e com a quantidade de alunos. Desta forma o quadro 01 traz a evolução dos valores dos créditos orçamentários por *campi* a partir de 2012, pois a primeira política de assistência no IFB foi instituída em dezembro de 2011.

**Quadro1: Evolução dos valores dos Créditos orçamentários por Campi**

EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015
Brasília	68.700,00	141.504,53	427.427,25	471.350,33
Ceilândia	-	-	15.121,00	158.215,62
Estrutural	-	36.008,30	68.693,50	156.893,63
Gama	66.800,00	171.342,87	400.253,60	426.907,08
Planaltina	113.860,00	227.588,65	925.190,46	1.092.679,69
Riacho fundo	30.996,02	72.320,04	145.032,54	219.021,54
Samambaia	68.220,00	156.373,13	256.098,22	316.113,95
São Sebastião	45.200,00	181.154,12	328.514,60	519.702,34
Taguatinga	40.000,00	114.902,89	205.066,29	378.088,79
Taguatinga Centro	17.358,55	57.046,87	141.339,00	272.118,17
<b>TOTAIS</b>	<b>451.134,57</b>	<b>1.158.241,40</b>	<b>2.912.736,46</b>	<b>4.011.091,14</b>

Fonte: IFB(a) 2016

Observa-se que no decorrer de cada exercício foi percebido um acréscimo de créditos orçamentários e esse aumento teve relação direta com o número discente.

Convém trazer para o estudo que durante a execução da Política de Assistência Estudantil notou-se que valores não foram utilizados na totalidade, conforme pode-se aferir na Tabela 03, portanto devolvidos ao Ministério da Educação no fim de cada exercício financeiro.

**Tabela 3: Valores não utilizados na assistência estudantil e devolvidos ao MEC**

EXERCÍCIO	2012	2013	2014	2015
VALOR	69.690,43	706.787,60	775.200,44	404.168,86

Fonte: IFB(a) 2016

Constatou-se com base nos dados no que se refere ao financiamento da Política de Assistência Estudantil que os créditos orçamentários necessitam ser analisados e distribuídos de maneira que os *campi* recebam os valores necessários para o desenvolvimento dos programas e para isso denota-se ser necessário um planejamento e monitoramento para que ocorra um melhor aproveitamento do orçamento evitando-se a devolução de créditos orçamentários e ampliando o alcance dos programas.

## 5.Recomendações

Nesta perspectiva, o estudo apresenta algumas proposições de intervenção visando à melhoria na implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Relativas à capacitação dos implementadores as proposições 1, 2, 3 e 4 visam dotar os implementadores, bem como toda a comunidade acadêmica nos quesitos referentes à Política de Assistência Estudantil, gerando os conhecimentos necessários para melhor implementar os programas definidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Enquanto que a proposição 5 objetiva desenvolver e alinhar as ações implementadas relativas ao PNAES na Rede de Ensino Técnica e tecnológica bem como nas universidades.

A proposição 6 visa criar mecanismos de gestão gerencial no âmbito do Instituto Federal de Brasília com o intuito de desburocratizar as ações administrativas e consequentemente otimizar as atividades desenvolvidas pelos técnicos e docentes envolvidos na implementação da Política de Assistência Estudantil.

A proposição 7 visa criar mecanismos de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no IFB, com o intuito de mensurar os resultados da Política e a proposição 8 visa criar um sistema de informática capaz de auxiliar esse monitoramento e avaliação.

<b>PLANO DE AÇÃO</b>				
<b>ESCOPO</b>				
Situação geradora:	Pesquisa realizada sobre a trajetória da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB demonstrou dificuldades consideráveis na implementação da mencionada política, fato que ocasiona a descontinuidade dos programas.			
Justificativa:	Evolução contínua da Política de Assistência Estudantil			
Objetivo:	Propor ações que favoreça o alcance dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES no âmbito do IFB.			
Resultados esperados:	Melhora na gestão das ações favorecendo o alcance dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES			
Abrangência:	Todos os <i>campi</i> do IFB em especial aquelas unidades que estão diretamente envolvidas na implementação da Política de Assistência Estudantil.			
<b>DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES</b>				
<b>Ação 1:</b>	Desenvolver programa de capacitação continuada sobre orçamento público para os servidores envolvidos na implementação da Política de Assistência Estudantil.			
<b>Objetivo:</b>	Capacitar os implementadores			
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
Aproximadamente 40.000,00	Anual	PRDI	Implementadores	Alta
<b>Ação 2:</b>	Desenvolver programa de capacitação continuada sobre implementação de política pública.			
<b>Objetivo:</b>	Capacitar os implementadores			
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
Aproximadamente 50.000,00	Anual	PRDI	Implementadores	Alta

<b>Ação 3:</b>		Desenvolver programas de oficinas sobre os processos e procedimentos da Política de Assistência Estudantil no IFB.		
<b>Objetivo:</b>		Capacitar à comunidade acadêmica		
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
0,0	Anual	CDAE	Comunidade acadêmica	Média
<b>Ação 4:</b>		Desenvolver programas de mini-cursos sobre os processos e procedimentos da Política de Assistência Estudantil no IFB.		
<b>Objetivo:</b>		Capacitar os novos servidores		
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
0,0	Anual	CDAE	Novos servidores	Média
<b>Ação 5:</b>		Desenvolver Fóruns sobre as inovações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.		
<b>Objetivo:</b>		Alinhar ações na Rede Federal Tecnológica		
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
Aproximadamente 300.000,00	Anual	PREN	Institutos Federais e Universidades	Alta
<b>Ação 6:</b>		Criar mecanismos de gestão gerencial no âmbito do Instituto Federal de Brasília com o intuito de desburocratizar as ações administrativas.		
<b>Objetivo:</b>		Melhorar a estrutura administrativa		
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
0,00	1 ano	PRDI	Técnicos e docentes	Média
<b>Ação 7:</b>		Criar mecanismos de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no IFB.		
<b>Objetivo:</b>		Melhorar a estrutura administrativa		
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
0,00	6 meses	PREN	Implementadores	Alta
<b>Ação 8:</b>		Criar sistema de informática que auxilie na avaliação e monitoramento da Política de Assistência Estudantil no IFB.		
<b>Objetivo:</b>		Melhorar a estrutura administrativa		
<b>Recursos</b>	<b>Prazo de execução</b>	<b>Responsável</b>	<b>Principais Envolvidos</b>	<b>Relevância</b>
0,00	6 meses	NTIC	Implementadores	Alta

## **ANEXOS**



**ANEXO 1 – Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, **resolve:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, na forma desta Portaria.

Art. 2º O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior.

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - assistência à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche; e

IX - apoio pedagógico

Art. 3º As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente.

§ 1º As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

§ 2º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do caput.

Art. 4º As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios sócio-econômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio.

Parágrafo único. As IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES com vistas a cumprimento do parágrafo 1º do art. 3º.

Art. 5º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a

quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira.

Art. 6º O PNAES será implementado a partir de 2008.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**FERNANDO HADDAD**  
**Ministro de Estado da Educação**

**ANEXO 2 – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**

**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição:

**DECRETA:**

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino

superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e

aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da

legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010

**ANEXO 3 – Edital de seleção**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**

**EDITAL UNIFICADO N° xxx– (sigla do campus/IFB), DE xx DE xxxxxx DE 201\_\_  
PROGRAMAS DE PROMOÇÃO A PERMANÊNCIA – \_\_° SEMESTRE/201\_\_**

O DIRETOR DO CAMPUS \_\_\_\_\_ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria N° \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, publicada no Diário Oficial da União em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, torna público o Processo Seletivo para a concessão de auxílios dos Programas de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil 2014 – X° semestre letivo, no período de \_\_\_\_ a \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014, observadas as normas e instruções estabelecidas neste Edital.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Os Programas de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil objetivam minimizar desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes, de forma a contribuir com sua permanência na escola e com a conclusão dos seus estudos no IFB. Os Programas efetivar-se-ão por meio de auxílio financeiro aos estudantes que apresentem agravos sérios ou moderados que de algum modo dificulte a manutenção e ou permanência do estudante no Instituto.

1.2 Não serão aceitas inscrições de estudantes matriculados em programas que já concedam benefício de apoio a permanência do estudante tais como: cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Mulheres na Construção ou Mulheres Mil, outros programas similares ou que venham a ser criados.

1.3 O processo de Avaliação Socioeconômica será publicado no site do IFB e sua execução ficará sob a responsabilidade do campus.

1.4 O processo de Avaliação Socioeconômica compreenderá estudo social mediante a apresentação de documentos originais e cópias, e de acordo com a necessidade, o Núcleo de Serviço Social poderá realizar entrevistas e visitas domiciliares, por assistente social a qualquer momento do processo e vigência do auxílio.

1.5 Para os Programas de Promoção a Permanência os estudantes somente poderão



acumular o máximo de 2 (duas) bolsas, atingindo o limite de R\$ 650,00.

## 2. FINALIDADE

2.1 O presente Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para receber os auxílios de caráter socioeconômico dos Programas de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil do IFB, *campus*\_\_\_\_\_.

2.2 Os Programas foram construídos com base na Resolução n° xxx-2014/CS/IFB que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE), aprovada pelo Conselho Superior em xx de xxx de 2014

## 3. DO PÚBLICO-ALVO

3.1 Estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação do IFB, no Campus \_\_\_\_\_, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## 4. DAS MODALIDADES DE AUXÍLIOS

Tabela 1 – Modalidades de auxílios

Auxílio	Descrição	Duração do auxílio	Tipo/Valor	N° de Auxílios
<b>Auxílio Permanência Presencial</b>	Tem por objetivo minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes que apresentem situação de vulnerabilidade social de forma a contribuir com sua permanência na instituição e conclusão dos estudos		G1:R\$250,00 G2:R\$150,00	
<b>Auxílio Moradia Estudantil</b>	Tem por objetivo minimizar as dificuldades de acesso ao campus vivenciados pelos estudantes que apresentem situação de vulnerabilidade social e que residem em outros Estados e cidades, zona rural ou localidades com quilometragem igual ou superior a 50 Km em relação ao campus, de forma a contribuir com sua permanência na		R\$500,00	

<b>Auxílio Criança</b>	Tem por objetivo custear parte dos gastos com creche e/ou cuidador de forma a minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes, pais/mães ou responsáveis legais por crianças, com idade de 0 a 12 anos incompletos, que apresentem situação de vulnerabilidade social e não tenham com quem deixar seus filhos nos horários de aula, de forma a contribuir com a segurança e bem-estar das crianças, assim como a permanência dos seus pais ou responsáveis na instituição		R\$300,00	
<b>Auxílio PROEJA</b>	Tem por objetivo custear parte dos gastos com material escolar e alimentação de forma a minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, nos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que apresentem situação de vulnerabilidade social de forma a contribuir		R\$150,00	

## 5. DA INSCRIÇÃO E DA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

5.1 A inscrição do candidato para concorrer aos auxílios do Programa de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil do IFB descritos acima, ocorrerá por meio do preenchimento do formulário eletrônico de avaliação socioeconômico disponível no site [www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br), no período de xxxxx a xxxxxx, conforme tabela 2.

Tabela 2

<b>Evento</b>	<b>Data provável</b>
Período de Inscrições	
Entrega da documentação	
Resultado Preliminar	
Recurso	
Análise do recurso	
Resultado final	
Assinatura do(s) termo(s) de concessão	

5.2 O candidato poderá se inscrever em mais de uma modalidade de auxílio, devendo ser indicado no formulário eletrônico. Contudo, a classificação será realizada

separadamente para cada auxílio.

5.3 Não serão aceitas inscrições fora do prazo.

5.4 Não serão aceitas inscrições que não sejam realizadas por meio do formulário eletrônico disponível na página do IFB do seu campus.

5.5 Para efetuar a inscrição é obrigatório declarar o conhecimento e a aceitação de todas as normas estabelecidas neste Edital e as respectivas retificações.

## **6. DO ESTUDO SOCIAL, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DESEMPATE**

6.1 No estudo social será feita a análise de documentação, podendo haver entrevistas e visitas domiciliares;

6.2 Durante o estudo social poderão ser solicitados outros documentos para subsidiá-lo, de acordo com Equipe de Serviço Social do Campus.

6.3 Após o estudo social a classificação dos (as) candidatos (as) selecionados (as) dar-se-á mediante pontuação decrescente (prevista nos critérios do anexo 1 - quadro de pontuação socioeconômica) em conformidade com a disponibilidade de auxílios conforme tabela 1, e ainda pelo parecer social do profissional do serviço social. Para o programa auxílio permanência presencial, os estudantes serão identificados nos Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3 que ficará em lista de espera.

6.4 No estudo social serão pontuados os seguintes critérios (conforme Anexo 1):

6.4.1 Renda familiar per capita – (A) somatório de todos os rendimentos das pessoas físicas que compõem o arranjo familiar; (B) de eventuais pessoas jurídicas, por exemplo, empresa ou pequenos negócios, e (C) renda de capital ou bens imóveis - divididos pelo número de membros que compõem o arranjo familiar;

6.4.1.1 Para análise da renda familiar per capita, serão consideradas as famílias com menor índice, em escala crescente de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo até o limite de 1 salário mínimo e meio per capita, conforme valores estabelecidos pelo PNAES (2010);

6.4.1.2. Arranjo familiar: o número de membros declarados no formulário socioeconômico;

6.4.2 Tipo de moradia: Alugada; Financiada; Cedido.

6.4.2.1 Local de moradia: igual ou superior a 50Km em relação ao campus; entorno; em região administrativa diversa ao seu campus; moradia estudantil do IFB.

6.4.3 Número de Filhos: De 0 a 12 anos incompletos; de 12 a 18 anos incompletos

6.4.4 Saúde: pessoas diagnosticadas com doenças graves/crônicas;

6.4.5 Pessoas com deficiência: Aluno e/ou membro da composição familiar (dependente)

6.4.6 Cor/etnia: Pessoas pardas, pretas, quilombolas, indígenas

6.4.7 Mulher chefe de família: Único responsável financeiro pelo sustento econômico da família

6.4.8 Situação de trabalho: Desemprego dos responsáveis (mantenedores), Desemprego do Educando (no caso de mantenedor)

6.4.9 Benefício Social: membros de famílias beneficiárias da seguridade social (exemplo: beneficiários do Programa Bolsa - Família e/ou que possuem familiar que recebe Benefício de Prestação Continuada - BPC);

6.5 São considerados critérios de desempate na seguinte ordem:

1º - Já ter sido selecionado em outro programa de promoção a permanência

2º - Ter estudado em escola pública ou em caso de escola particular como bolsista integral.

3º - Ser estudante de maior idade.

6.5.1 Serão também critérios de desempate na concessão do Auxílio Criança:

I – Maior número de filhos

II – Menor idade dos filhos

III – Menor renda *per capita*

6.6 Os dados do formulário de avaliação socioeconômica poderão ser utilizados pelas Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB para subsidiar estudos e pesquisas (resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos e o sigilo dos dados pessoais) para o desenvolvimento de projetos e ações da instituição.

6.7 Para a utilização dos dados do formulário de avaliação socioeconômica para fins de pesquisa deverão ser observadas e cumpridas as diretrizes e normas regulamentadoras nacionais sobre ética em pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS nº 466, de 12 dezembro de 2012.

## **7. DA ENTREGA DE DOCUMENTOS**

7.1 Todos os alunos inscritos deverão entregar sua documentação na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE) do campus.

7.2 No ato da entrega de documentos o aluno deverá obrigatoriamente preencher e entregar formulário para comprovação da renda (Anexo 02) assinado e acompanhado da cópia da documentação exigida (Anexo 03). Os modelos das declarações constam nos anexos 6 –A, B, C, D, E.

7.3 A documentação apresentada será de inteira responsabilidade do estudante, e a falta de documentos poderá acarretar no indeferimento do pedido.

7.4 A documentação exigida encontra-se no Anexo 3, devendo ser entregue na CDAE ou para a Equipe de Serviço Social do Campus, no horário de atendimento divulgado neste edital conforme tabela 3.

Tabela 3

<b>Horário de atendimento para entrega da documentação</b>			
Dia da semana	Manhã	Tarde	Noite
2ª feira			
3ª feira			
4ª feira			
5ª feira			
6ª feira			
Sábado			

7.5 No ato da entrega dos documentos será feita a conferência dos mesmos, sendo entregue a primeira via do checklist, para o aluno e a segunda via será arquivada junto ao pedido do(s) auxílio(s) solicitados, conforme Anexo 4.

7.6 Poderá ser indeferida a solicitação do estudante que tenha apresentado documentação ou formulário incompleto, ou fora dos prazos estabelecidos neste edital, ou com cópias ilegíveis, ou, ainda, que apresente informações de caráter duvidoso ou incoerentes.

7.7 A documentação comprobatória entregue para análise socioeconômica ficará arquivada pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de publicação deste edital. Transcorrido esse prazo, a documentação será descartada.

## **8. CONCESSÃO DOS AUXÍLIOS**

8.1 Os candidatos classificados dentro do número de benefícios disponíveis neste edital serão convocados para reunião da Assistência Estudantil e assinatura do Termo de Concessão. Os demais candidatos ficarão como excedentes e poderão ser convocados em caso de desistência e/ou aumento do número de benefícios concedidos.

8.2 O não comparecimento na reunião no prazo definido em convocação permitirá a

CDAE realizar novas convocações.

8.3 O aluno terá acesso ao Auxílio somente após participar da reunião e assinar o Termo de Concessão, junto ao setor responsável pela Assistência Estudantil do campus, confirmando seu conhecimento sobre as normas e critérios que regem o mesmo. Para alunos menores de 18 anos será necessária a assinatura do responsável legal.

8.4 O aluno selecionado deverá ao assinar o Termo de Compromisso entregar cópia do RG, do CPF e do seu cartão do banco (caso possua conta corrente).

8.5 A concessão do auxílio é pessoal, temporária e intransferível.

## **9. DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS**

9.1 Nos casos em que houver auxílios excedentes, estando todos estudantes de lista de espera contemplados, a CDAEI poderá realizar o remanejamento de auxílios, respeitando a ordem de classificação e disponibilidade orçamentária.

9.1.1 O remanejamento ocorrerá mediante parecer do Assistente Social do *campus* e deverá seguir os demais trâmites estabelecidos neste edital.

9.2 O Programa Auxílio Criança efetivar-se-á por meio de auxílio pecuniário a apenas um dos pais ou um dos responsáveis legais, estudante do IFB com matrícula e frequência regular, contemplado após a finalização da seleção e assinatura do termo de concessão do benefício.

9.2.1 O pagamento do auxílio criança ficará condicionado a apresentação de recibos comprobatórios das despesas mensais com instituições de educação tais como creche e/ou cuidador.

9.3 Para o Programa Auxílio Moradia caberá ao aluno contemplado apresentar a CDAEI, mensalmente, comprovante de pagamento de locação de imóvel, ou colaboração parcial em caso de república estudantil.

9.3.1 A não comprovação acarretará em desligamento no Programa.

9.3.2 Não será permitido o acúmulo de Auxílio Moradia e Residência Estudantil;

## **10. DO RESULTADO PRELIMINAR**

10.1 O resultado preliminar será divulgado no mural do Campus e no site do IFB, na data prevista no cronograma da Tabela 2, estabelecendo os classificados de acordo com o item 6.4 e de acordo com o quantitativo de auxílios descritos na tabela 1.

10.2 Os resultados da seleção para os programas serão divulgados por meio do número de matrícula do estudante.

10.3 Não será fornecido resultado por telefone, fax ou e-mail.

10.4 Cabe ao candidato acompanhar os resultados do processo, bem como tomar as providências necessárias em cada etapa.

## **11. DO RECURSO**

11.1 O estudante que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação socioeconômica para o(s) Programa(s) de Promoção a Permanência deverá preencher formulário próprio divulgado no site do IFB, conforme Anexo 5.

11.2 O recurso será analisado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição.

11.3 Os prazos de recurso e de análise constam no cronograma da Tabela 2.

11.4 Na apresentação do recurso não serão aceitos documentos que não foram entregues nos prazos estipulados neste edital.

11.5 O estudante que interpor recurso deverá dirigir-se CDAEI para solicitar informações sobre indeferimento do pedido.

11.6 Em hipótese alguma será divulgado publicamente o(s) motivo(s) do indeferimento, a fim de resguardar o sigilo profissional conforme previsto em Código de Ética do Assistente Social.

## **12. DO RESULTADO FINAL**

12.1 Após o período de análise dos recursos, o resultado final será publicado no mural do Campus e no site do IFB na data prevista no cronograma da Tabela 2.

12.2 A CDAE poderá convocar os alunos em lista de espera, a partir de desistências, término de curso ou de perda do benefício.

12.3 A concessão do auxílio ficará condicionada ao parecer do profissional de Serviço Social, podendo ser requeridos documentos e visitas domiciliares, a critério do profissional responsável pelo estudo social.

## **13. DO CANCELAMENTO DOS AUXÍLIOS**

13.1 O aluno terá o auxílio cancelado nos casos de:

- a) afastar-se da instituição sem aviso prévio (abandonar o curso);
- b) concluir o curso;
- c) trancar a matrícula;

- d) apresentar frequência inferior a 75% (apurada mensalmente), exceto os casos amparados legalmente pelo Decreto nº 715/69, Decreto Lei nº 1044/69 e Lei nº 6202/75;
- e) solicitar desistência do(s) auxílio(s) por vontade expressa formalmente pelo estudante ou representante legal em caso de adolescentes.
- f) não comparecimento dos prazos de resgate do auxílio no banco;
- g) não comparecimento do estudante, pais ou responsável legal do estudante menor de 18 anos, quando solicitado pela instituição, exceto por motivo legalmente justificado;
- h) omitir ou fraudar informações em qualquer fase do processo.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1 A participação do estudante implica no aceite das condições estabelecidas neste edital.
- 14.2 Caso o aluno seja desligado, poderá se candidatar a um novo processo seletivo condicionado às regras do novo edital.
- 14.3 O estudante poderá concorrer para obtenção do(s) Auxílio(s) previstos neste edital apenas no Campus em que está matriculado.
- 14.4 O estudante que estiver cumprindo somente dependência ou estágio obrigatório não poderá participar dos programas deste edital.
- 14.5 O auxílio não será suspenso se o estudante estiver em atendimento domiciliar, devendo ser encaminhado pela Coordenação de curso o relatório de atividades desenvolvidas pelo estudante à Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social.
- 14.6 O aluno beneficiário deverá comunicar a CDAEI quaisquer alterações em sua realidade socioeconômica e comunicar a desistência de um ou mais auxílios do programa.
- 14.7 Os estudantes selecionados neste processo seletivo terão direito ao(s) auxílio(s) a que forem contemplados pelos meses estabelecidos na tabela 2, a contar da data de assinatura do Termo de Concessão, observada a duração do curso e o acompanhamento sistemático pela CDAE (CDAE) do Campus.
- 14.8 A realização do parecer social compete aos/as assistentes sociais, de acordo com o artigo 5º, inciso IV, da Lei n. 8662/1993, que regulamenta a profissão do/da assistente social.
- 14.9 A manutenção do(s) Auxílio(s) está condicionada à frequência acadêmica mensal (igual ou superior a 75%) atestada pela Direção Geral do Campus, Direção de Ensino e Coordenação de Registro Acadêmico.
- 14.10 O aluno deverá participar das reuniões divulgada pela CDAEI.
- 14.11 O estudante que omitir ou fraudar informações terá sua solicitação indeferida ou



poderá perder o(s) auxílio(s), sem isenção de sanções disciplinares.

14.12 Poderá ser indeferida a solicitação do estudante que tenha apresentado documentação ou formulário incompleto, ou fora dos prazos estabelecidos neste edital, ou com cópias ilegíveis, ou, ainda, que apresente informações de caráter duvidoso ou incoerentes.

14.13 O repasse financeiro dar-se-á por depósito bancário em conta pessoal do (a) estudante, informada no ato da assinatura do Termo de Concessão, não sendo aceitas contas poupança, de terceiros e ou contas conjuntas.

14.13.1 Nos casos em que o aluno não possuir conta bancária o pagamento poderá ser creditado em CPF do estudante que deverá comparecer a qualquer agência do Banco do Brasil e apresentar documento oficial de identidade e CPF para sacar o auxílio, a partir das datas fornecidas pela CDAEI do Campus.

14.14 Quando o pagamento do(s) auxílio(s) for creditado em CPF e não for retirado no prazo de 7 dias, o aluno poderá perder a referida parcela.

14.14.1 O pagamento da parcela poderá ser feito novamente, mediante formulário de solicitação (ANEXO 7) preenchido pelo aluno, a ser entregue na CDAEI do Campus, em até 15 dias após o prazo para retirada do auxílio, explicando a motivação da perda do prazo acompanhado de documentação que comprove o impedimento para comparecer à agência bancária no período estabelecido para resgate da ordem de pagamento.

14.14.2 O aluno terá o auxílio cancelado, caso não retirá-lo na segunda vez que for depositado.

14.15 O beneficiário que, por qualquer motivo, receber o auxílio indevidamente, terá a obrigação de devolver o(s) valor(es) recebido(s).

14.16 A concessão do(s) auxílio(s) ficará vinculada ao repasse de recursos orçamentários para a rubrica Assistência ao Educando pela SETEC/MEC.

14.17 Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino, encaminhados pelo Diretor Geral do Campus, ouvidas as Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão do Campus.

**DIRETOR DO CAMPUS**

**ANEXO 3.1 – Edital de seleção - Quadro de pontuação socioeconômica**

<b>Item</b>	<b>Situação a ser considerada</b>	<b>Pontuação por faixas</b>	<b>Pontuação máxima</b>
Renda Per Capita	Até R\$181,00	7	7
	R\$181,01 até R\$362,00	4	
	R\$362,01 até R\$724,00	3	
	R\$724,01 até R\$1.086,00	2	
Tipo de Moradia	Alugada	5	5
	Financiada	4	
	Cedido	3	
Local de Moradia	Igual ou superior a 50 km em relação ao campus.	7	7
	Entorno	5	
	Em região administrativa diversa ao seu campus	2	
	Moradia Estudantil do IFB	2	
Número de Filhos	De 0 a 12 anos incompletos	2 (por cada filho)	10
	De 12 a 18 anos incompletos	1 (por cada filho)	5
Saúde	Doenças graves/crônicas (Aluno)	5	8
	Doenças graves/crônicas (dependente)	3	
PNE	Aluno	5	8
	Membro da composição familiar (dependente)	3	
Cor/Etnia	Pessoas pardas, pretas, quilombolas, indígenas	3	3
Mulher chefe de família	Único responsável financeiro pelo sustento econômico da família	5	5
Situação da Trabalho	Desemprego dos responsáveis (mantenedores)	5	7
	Desemprego do Educando (no caso de mantenedor)	5	
	Desemprego do Educando	2	
Benefício Social	Sim	5	5
<b>TOTAL MÁXIMA:</b>			<b>70</b>

**ANEXO 3.2 – Edital de seleção - Formulário para comprovação de renda**

1. IDENTIFICAÇÃO						
NOME						
CPF		MATRÍCULA				
CURSO						
TELEFONE FIXO/CELULAR						
2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR (você e todas as pessoas que residem sob o mesmo teto, ligadas por laços sanguíneos ou afetivos)						
Nº	NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA BRUTA R\$
1		ALUNO				
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
* O calculo da Per capta é: Renda total familiar ÷ nº de integrantes da composição familiar					TOTAL	
					*Per capta	
Por que você está buscando este auxílio? Descreva os motivos e a importância deste(s) benefício(s) para você.						

**Assinatura do aluno:**

### **ANEXO 3.3 – Edital de seleção – Relação de documentos**

#### **INSTRUÇÕES AO ALUNO E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

Para participar dos Programas de Promoção a Permanência implantados pela Política de Assistência Estudantil do IFB, será avaliada a sua situação socioeconômica e de sua família. Por essa razão você deverá responder a todas as perguntas do FORMULÁRIO SOCIOCONÔMICO ELETRÔNICO, disponível no site do IFB no endereço eletrônico [www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br). Caso seja selecionado, deverá apresentar cópia dos documentos listados abaixo, que comprovem a situação declarada, para que não haja prejuízo na análise da solicitação ou o indeferimento do pedido, conforme previsto neste edital.

**IMPORTANTE: Os documentos de comprovação de renda e residência/despesas não devem ser superior a 60 dias**

#### **Identificação do aluno e núcleo familiar (obrigatório)**

- a) Identidade ( RG);
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- c) Certidão de nascimento ou identidade dos dependentes legais de até 18 anos incompletos.

#### **Comprovantes de renda do aluno e Núcleo Familiar**

1. Carteira de Trabalho (frente e verso, página do último registro de contrato de trabalho - caso já tenha sido registrada - e a próxima em branco) do aluno e dos membros maiores de 18 anos que residem com a família (**obrigatório independente da situação de emprego**).
2. Para assalariado: contracheque ou declaração do empregador, constando cargo e salário mensal atualizados.

3. Para autônomo e trabalhador informal: declaração em que conste o rendimento mensal e a descrição da atividade, com a assinatura do declarante.
4. Para aposentado: contracheque/extrato trimestral de aposentadoria do INSS.
5. Para proprietário de microempresa: declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica com o recibo de entrega.
6. Para proprietários de imóvel(eis) de aluguel: cópia do(s) contrato(s) de locação ou declaração de locação autenticada em cartório.
7. Para proprietários de sítio(s) ou fazenda(s): declaração do Imposto Territorial Rural (ITR).
8. Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física dos mantenedores do núcleo familiar.
9. Para o assegurado por desemprego: Comprovante de seguro-desemprego (Rescisão de Contrato de Trabalho ou requerimento de seguro desemprego), ou comprovante bancário.
10. Afastamento em caso de saúde: Comprovação de afastamento pelo INSS (Atestado Médico e/ou Exames de Laboratório (se houver) ou Parecer da Perícia Médica atestando a incapacidade física e/ou mental para o trabalho ou para atividades pessoais e recibo bancário (se houver).
11. Casos de pensão (de alimentos, por morte) pago em espécie apresentar declaração do responsável pelo pagamento ou pelo recebimento, ou recibo bancário constando o valor depositado.

### **Membros de famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda e**

#### **benefícios sociais**

1. Membro de família beneficiária de programas sociais de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Família, Bolsa-Social, etc.): comprovante de recebimento do benefício e cópia de cartão de beneficiário ou cópia de documento constando número de NIS

(número de identificação social) ou apresente declaração expedida pelo CRAS ou CREAS atestando que recebem benefício social.

2. Para membro de família beneficiária de Benefício de Prestação Continuada (BPC: idoso/deficiente): comprovante do benefício recebido ou cópia de cartão de beneficiário (INSS).

### **Comprovantes de residência e despesas**

1. Aluguel ou Financiamento: contrato de locação do imóvel ou recibo de pagamento de aluguel; comprovante da prestação do financiamento (boletos bancários) ou declaração do locador do imóvel. (obrigatório aos casos de morador de aluguel ou financiamento de imóvel)
2. Educação: comprovante de pagamentos de mensalidades escolares.
3. Saúde: laudo médico, quando se tratar de pessoa com deficiência ou com doença crônica ou degenerativa, ou cópia da carteira de passe livre para pessoa com deficiência.
4. IPTU: página do carnê em que constem informações sobre o imóvel, tais como: proprietário, área construída, área do terreno, etc. Não é necessário estar quitado.
5. Comprovante de contas de água, condomínio, luz e telefone. Não é necessário estarem pagos, mas deve ser atual, não superior a 60 dias. (obrigatório para comprovação de residência)

### **Outros**

1. Termo de Guarda e Responsabilidade, Adoção ou Declaração de dependência econômica atualizada, com cópia da carteira de identidade do declarante, caso o estudante dependa de pessoas que não sejam seus pais/cônjuges.

2. Certidão de casamento, de óbito ou sentença de separação, conforme o caso.
3. Para os alunos que cursaram o ensino médio/fundamental em escola particular, com bolsa integral, apresentar comprovação.

**Observações**

- a) Outros documentos poderão ser solicitados pela equipe de assistentes sociais.
- b) Em caso de dúvidas ou empate, visitas domiciliares poderão ser agendadas pelas assistentes sociais.
- c) Ao entregar a documentação certifique-se que a mesma está completa, para não haver prejuízos na avaliação ou indeferimento da mesma.

### ANEXO 3.4 – Edital de seleção – Lista de checagem

Campus/Curso: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Candidato (a): \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Tipo	Caráter	Situação
Estudante de escola pública: Histórico Escolar ou declaração de conclusão do ensino fundamental e médio e/ou Estudante de escola particular com bolsa integral: declaração da escola que recebia bolsa integral.	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
RG e CPF do (a) aluno e de todas as pessoas que compõe o grupo familiar. Menores com até 18 anos incompletos deve ser apresentada Certidão de nascimento. Certidão de casamento ou declaração de união estável	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Carteira de trabalho (frente/verso, página do último registro e próxima em branco)	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Comprovantes de Renda do aluno e de todas as pessoas que compõe o grupo familiar. <u>São comprovantes de renda</u> : contracheque; declaração de trabalho autônomo; declaração de imposto de renda, etc.	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Comprovante de residência em nome do aluno ou de algum membro do grupo familiar. <u>Documentação atualizada, não superior a 60 dias.</u>	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Comprovantes de gastos mensais: moradia, educação, saúde, IPTU, contas (água, condomínio, luz e telefone), etc.	obrigatório	<input type="checkbox"/> Apresentou <input type="checkbox"/> Não apresentou documentos
Outros:	facultativo	<input type="checkbox"/> Apresentou <input type="checkbox"/> Não apresentou documentos



**Via do aluno**

Tipo	Caráter	Situação
Estudante de escola pública: Histórico Escolar ou declaração de conclusão do ensino fundamental e médio e/ou Estudante de escola particular com bolsa integral: declaração da escola que recebia bolsa integral.	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
RG e CPF do (a) aluno e de todas as pessoas que compõe o grupo familiar. Menores com até 18 anos incompletos deve ser apresentada Certidão de nascimento. Certidão de casamento ou declaração de união estável	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Carteira de trabalho (frente/verso, página do último registro e próxima em branco)	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação
Comprovantes de Renda do aluno e de todas as pessoas que compõe o grupo familiar. <u>São comprovantes de renda:</u> contracheque; declaração de trabalho autônomo; declaração de imposto de renda, etc.	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Comprovante de residência em nome do aluno ou de algum membro do grupo familiar. <u>Documentação atualizada, não superior a 60 dias.</u>	obrigatório	<input type="checkbox"/> Documentação completa <input type="checkbox"/> Documentação incompleta
Comprovantes de gastos mensais: moradia, educação, saúde, IPTU, contas (água, condomínio, luz e telefone), etc.	obrigatório	<input type="checkbox"/> Apresentou <input type="checkbox"/> Não apresentou documentos
Outros:	facultativo	<input type="checkbox"/> Apresentou <input type="checkbox"/> Não apresentou documentos

**ANEXO 3.5 – Edital de seleção – Formulário para recursos**

**Processo de Avaliação Socioeconômico para os Programas de Promoção a Permanência da**

**Assistência Estudantil: Auxílio Permanência Presencial; Auxílio Moradia Estudantil; Auxílio Criança; Auxílio PROEJA.**

**EDITAL Nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014**

**FORMULÁRIO PARA RECURSO**

**1. Identificação do aluno(a)**

Nome:		Campus:	
Matrícula:		CPF:	
Endereço:			
Bairro:		CEP:	
Cidade:		UF:	
Telefones:			
e-mail:			

**2. Solicitação**

Solicito revisão do resultado provisório do Processo de Avaliação Socioeconômico, conforme a(s) justificativa(s) a seguir:

---



---



---



---



---



---



---

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do candidato \_\_\_\_\_

**RESULTADO DA ANÁLISE**

JUSTIFICATIVA:

---

---

---

---

---

---

---

RECURSO : DEFERIDO( ) INDEFERIDO( )

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assistente Social: \_\_\_\_\_

**ANEXO 3.6 – Edital de seleção – Modelos de declarações****A - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL**

Eu \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ residente na

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_,  
DECLARO, em obediência ao Art. 299 e ao Art. 171 do Código Penal, que possuo rendimentos de aluguel no  
valor de R\$ \_\_\_\_\_, referente ao imóvel situado na

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**B - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENSÃO**

Eu,

\_\_\_\_\_ ,

RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,

residente a \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ,

DECLARO, em obediência ao Art. 299 e ao Art. 171 do Código Penal, que não recebo nenhum tipo de pensão formal ou informal.

\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_

Assinatura

**C - DECLARAÇÃO DE RENDA DE AUTÔNOMO, PRESTADOR DE SERVIÇOS OU  
PROFISSIONAL LIBERAL**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, declaro sob responsabilidade e penas da lei, que a renda média dos últimos seis meses, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ mensais, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de \_\_\_\_\_. Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal .

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

**D- DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ declaro sob as penas das Leis Civil e Penal que sou **Isento de Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física**, conforme regulamento da Receita Federal do Brasil. Pois no ano anterior não obtive rendimento provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias, pensões, aluguéis ou atividades rurais suficientes para declarar IRPF neste ano, e não me enquadro nos demais casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO DECLARANTE

**E - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS**

Eu,

\_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_, CPF

\_\_\_\_\_

residente na

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

DECLARO, em obediência ao Art. 299 e ao Art. 171 do Código Penal, que não percebo nenhum rendimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura



### ANEXO 3.7 – Edital de seleção – Formulário para repagamento do auxílio

#### 1. Identificação do aluno(a):

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 *Campus*: \_\_\_\_\_

1.3 \_\_\_\_\_ Curso:

1.4 \_\_\_\_\_ Módulo:

1.5 \_\_\_\_\_ Turno:

1.6 \_\_\_\_\_ Matrícula:

1.7 \_\_\_\_\_ CPF:

1.8 \_\_\_\_\_ Telefones:(\_\_\_\_)

1.9 \_\_\_\_\_ E-MAIL:

#### 2. Solicitação

Solicito repagamento da parcela referente ao mês de \_\_\_\_\_, conforme a(s) justificativa(s) a seguir:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do candidato

#### RESULTADO DA ANÁLISE

JUSTIFICATIVA:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

REPAGAMENTO: DEFERIDO( ) INDEFERIDO( )

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Coordenador de Assistência Estudantil ou Assistente Social

**ANEXO 4 – Formulário de inscrição**

Instituto Federal de Brasília

Pró Reitoria de Ensino

Coordenação de Assistência Estudantil

(Este formulário é o mesmo o que diferencia é a lista de cursos ofertados em cada *Campi*)

## Auxílio que deseja concorrer?

Marque aqui o auxílio que você pretende concorrer \*

OBS: O Auxílio Criança é exclusivo para estudantes pais/mães ou responsáveis legais por crianças, com idade de 0 a 12 anos incompletos, que apresentem situação de vulnerabilidade social e não tenham com quem deixar seus filhos nos horários de aula.

- Auxílio Permanência
- Auxílio Criança

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

**Nome Completo \***

Favor colocar nome completo

**Qual o seu curso? \***

- Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Agropecuária Subsequente
- Tecnólogo em Agroecologia
- Licenciatura em Biologia
- Curso FIC - com mais de 200h

**Matrícula \***

Somente números (Caso não saiba o seu número de matrícula procure o Registro Acadêmico do seu campus)

**CPF \***

Somente números

**Data de nascimento \***

Ex: 00/00/0000

**Qual sua faixa etária? \***

- até 14 anos
- de 14 a 17 anos
- de 18 a 29 anos
- de 30 a 60 anos
- acima de 60 anos

**Sexo \***

- Feminino
- Masculino

**Endereço completo \***

EX: Endereço, nº da residência, cidade, UF, CEP

**Zona \***

- Rural
- Urbana

**Telefone \***

(Fixo e/ou celular)

**Email**

**Com relação a Raça/Cor/Etnia como você se declara. \***

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Não declarada

**Possui alguma necessidade específica. \***

(pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação)

- Não
- Deficiência
- Transtorno global do desenvolvimento
- altas habilidades/superdotação
- doença crônica

**Se SIM qual necessidade específica?**

Responder apenas se tiver afirmado SIM na pergunta anterior (apresentar comprovantes na entrega de documentos)

**Possui algum benefício social? \***

Ex: Bolsa Família, Renda Minha

- Sim
- Não

**Se SIM qual o benefício social recebe?**

Responder apenas se tiver afirmado SIM na pergunta anterior (apresentar comprovantes na entrega de documentos)

**Qual seu estado civil? \***

- Solteiro(a)
- Casado(a), ou com companheiro(a)
- Separado(a), Divorciado(a)
- Viúvo(a)

**Tem filhos? \***

- Não
- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, 4 filhos
- Sim, 5 filhos
- Mais de 5 filhos

**Qual sistema de saúde utiliza? \*****Você ou algum membro familiar possui veículo próprio? \***

- Não
- Sim

**Qual forma de transporte utiliza com mais frequência para vir a escola? \***

- Carona
- Moto (própria)
- Automóvel (próprio)
- Transporte Coletivo
- Outros
- A pé
- Bicicleta

## 2. DADOS EDUCACIONAIS

---

### Reside na Escola? \*

- sim
- não

### Qual seu grau de instrução? \*

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Superior completo
- Superior incompleto
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

### Onde cursou/cursa o Ensino Fundamental? \*

- Somente em Escola pública
- Escola particular com bolsa
- Escola pública e particular com bolsa
- Escola pública e particular sem bolsa
- Escola particular sem bolsa

### Onde cursou/cursa o Ensino Médio? \*

- Somente em Escola pública
- Escola particular com bolsa
- Escola pública e particular com bolsa
- Escola pública e particular sem bolsa
- Escola particular sem bolsa
- Não cursei o Ensino Médio

**Há quanto tempo parou de estudar? \***

- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- mais de 5 anos
- nunca parou de estudar

**Qual razão de ter parado de estudar?**

Se necessário marque mais de uma opção

- Necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar
- Baixa condição financeira para se manter na escola
- Desinteresse pessoal
- Desvalorização da educação
- Outra razão
- não se aplica

**3. SITUAÇÃO FAMILIAR E SOCIOECONÔMICA**

**Qual sua situação de trabalho? \***

- Nunca trabalhou
- Não está trabalhando
- Trabalha no setor privado sem carteira assinada
- Trabalha no setor privado com carteira assinada
- Servidor público
- Aposentado
- Recebe benefício do INSS (auxílio doença, outros)
- Autônomo
- Estagiário

**Se estiver trabalhando atualmente, qual atividade você exerce?****Se não estiver trabalhando. Qual motivo?**

Ex: doença, nunca trabalhou, pouca qualificação, está recebendo seguro-desemprego, dificuldades para conseguir trabalho, etc.

**Recebe ou paga pensão alimentícia para manutenção dos filhos? \***

- Sim, recebo
- Sim, pago
- Não

**Em caso de receber ou pagar pensão alimentícia, qual valor?**

Pode ser o valor estimado formal (averbado judicialmente) ou informal

**Você reside em imóvel? \***



- Próprio quitado
- Próprio em financiamento
- Alugada
- Empréstada ou cedida

**Qual valor paga pelo imóvel?**

Somente para os casos de imóvel financiado ou alugado (apresentar comprovantes na entrega de documentos)

**Você ou sua família possui outros imóveis? \***

- Casa ou apartamento além do que reside
- Chácara (s) ou sítio (s)
- Fazenda (s)
- Terreno (s)
- Imóvel comercial/industrial
- não se aplica ao meu caso

**Quantas pessoas moram com você atualmente, incluindo você? \***

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

**Com quem mora atualmente? \***

- Pais
- Esposo (a), companheiro (a) e/ou filho (s)
- Parentes
- Sozinho (a)
- Amigo (s)
- Outros

**Possui alguma pessoa da família com necessidade específica. \***

(pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação)

- Não
- Deficiência
- Transtorno global do desenvolvimento

- altas habilidades/superdotação
- doença crônica

**Se a resposta é SIM, indique o nome do membro, parentesco, a doença e gastos mensais.**

As informações aqui prestadas deverão ser comprovadas na apresentação da documentação.

A vertical scrollbar is located on the left side of the page, indicating that the content below is scrollable. It consists of a vertical track with a small rectangular slider and arrows at the top and bottom.

#### **4. COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RENDA**

Você e todas as pessoas sob o mesmo teto, ligadas por laços sanguíneos ou afetivos.

**Renda Per Capita \***

O valor total dos rendimentos familiar, chamado de renda bruta familiar, dividido pelo número dos integrantes da família.

- Até 181,00
- R\$181,01 até R\$362,00
- R\$362,01 até R\$724,00
- R\$724,01 até R\$1.086,00
- Acima de R\$1.086,00

**ALUNO (A) \***

Nome:

**Idade \***

**Escolaridade \***

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

**Profissão \***

**Renda Bruta Mensal \***

**FAMILIAR 1**

Nome completo:

**Idade**

**Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto

- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré escolar
- Não alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal****FAMILIAR 2**

Nome:

Idade

**Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não alfabetizado

**Profissão**

**Renda Bruta Mensal**  
**FAMILIAR 3**

Nome:

**Idade****Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal****FAMILIAR 4**

Nome:

**Idade****Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo

- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal****FAMILIAR 5**

Nome:

**Idade****Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal**

**FAMILIAR 6**

Nome:

Idade

Escolaridade

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

Profissão

Renda Bruta Mensal

**FAMILIAR 7**

Nome:

Idade

Escolaridade

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização

- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal****FAMILIAR 8**

Nome:

**Idade****Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal****FAMILIAR 9**

Nome:



**Idade****Escolaridade**

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior Incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pré Alfabetização
- Não Alfabetizado

**Profissão****Renda Bruta Mensal****OBSERVAÇÕES DO ALUNO**

Justifique seu pedido e complete com informações que não puderam ser feitas no formulário e que você julgue importante sobre o seu caso.



**Declaração de aceite de todas as normas estabelecidas no edital**

A inveracidade das informações neste formulário, quando constatadas a qualquer tempo, implicará na perda do auxílio por ventura concedido e o preenchimento do formulário é de inteira responsabilidade do aluno. A declaração falsa é crime previsto no Código Penal Brasileiro em seu Art. 299, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Em caso de preenchimento de mais de uma inscrição será considerado as informações prestadas na última inscrição encaminhada. Por isso verifique se todos os campos foram devidamente preenchidos.

**PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA CONCLUIR SUA INSCRIÇÃO \***

- o  Declaro, portanto conhecer o edital e concordar com os termos do mesmo, sendo verdadeiras as informações aqui prestadas. Declaro ter sido informado e autorizo a utilização dos dados para estudos e pesquisas em ações da Assistência Estudantil do IFB.

**ANEXO 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE UNB PLANALTINA/FUP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

O(a) Senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa “*PNAES: uma análise da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília*”, de responsabilidade da pesquisadora Elisangela Marcia Cruz dos Reis, Mestranda em Gestão Pública pela Faculdade de Planaltina/Universidade de Brasília-UnB, sob orientação da Professora Dra. Andrea de Oliveira Gonçalves. O objetivo geral visa analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

O(a) Senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a).

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista e é para este procedimento que o(a) Senhor(a) está sendo convidado a participar. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável. Garantimos que os resultados do estudo serão socializados por meio de cópias da dissertação encaminhadas por e-mail aos participantes da pesquisa.

Pesquisas como esta podem fundamentar e subsidiar o processo de implementação da política pública na área da assistência estudantil, o que significa contribuições para a construção de novas perspectivas, beneficiando todos os sujeitos envolvidos.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. O(a) Senhor(a) é

livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer prejuízo ou constrangimento.

Caso o(a) Senhor(a) tenha dúvida em relação à pesquisa, poderá entrar em contato com a responsável pela pesquisa por meio do telefone (61)9273-5912 ou pelo e-mail: andreagon@unb.br.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora